

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FELIPE TOLEDO MAGANE

**CRÍTICA ONTOLÓGICA À TEORIA DA DEMOCRACIA COMO VALOR
UNIVERSAL DE CARLOS NELSON COUTINHO**

MESTRADO EM HISTÓRIA

SÃO PAULO

2007

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FELIPE TOLEDO MAGANE

**CRÍTICA ONTOLÓGICA À TEORIA DA DEMOCRACIA COMO VALOR
UNIVERSAL DE CARLOS NELSON COUTINHO**

Dissertação apresentada à banca examinadora do Programa de Estudos Pós-Graduados em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em História, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Rago Filho.

SÃO PAULO

2007

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Antônio Rago Filho (Orientador)

Profa. Dra. Vera Lúcia Vieira

Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade

Profa. Dra. Maria Ap. de Paula Rago
(Suplente)

Aos meus pais, Fátima e Magane, com muito amor.
À minha esposa Renata, com paixão.

AGRADECIMENTOS

O trabalho acadêmico é árduo, porém prazeroso e gratificante. Felizmente, não é de todo solitário, apesar dos dias e dias de isolamento para maturação e consolidação de idéias, de reflexões.

Neste caminho, surgem seres humanos fabulosos que nos tiram da solidão do escritório, da biblioteca, do pensamento. Dão-nos amparo, são pacientes. Enfim, constroem, com alicerces sólidos, a minha história, a nossa história, no ir e vir dos diversos relacionamentos existentes no mundo que nos cerca.

Com toda certeza, a lista nominal desses “seres humanos fabulosos” seria interminável, portanto mencionarei alguns destes. Desse modo, gostaria de estender os agradecimentos a todos que acompanharam e apoiaram a construção deste trabalho.

Em especial, ao meu grande amigo e orientador, Prof. Dr. Antonio Rago Filho, que, com tamanha habilidade, ética e paciência soube guiar esta pesquisa de maneira clara, humana e estimuladora. Muitíssimo obrigado!

À Profa. Dra. Vera Lúcia Vieira e ao Prof. Dr. Everaldo de Oliveira Andrade, integrantes da banca de qualificação, pelas interferências precisas e fundamentais para a conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas e professores da PUC-SP que, de algum modo, contribuíram para que esta pesquisa se concretizasse.

Dedico este trabalho, em especial e com muito amor, ao meu pai Anésio Luiz Magane, que, com toda certeza, esteve presente nesta pesquisa, assim como

estará sempre em minha vida. Onde quer que esteja, papai, te amarei sempre. Como disse o poeta Lourenço: *morreu cedo demais e, se vivesse cem anos, morreria cedo.*

À minha mãe Fátima, por ser uma mulher fantástica e batalhadora. Pela bravura com que suportou a dor da perda de meu pai, após um determinado momento trágico de nossas vidas. Enfim, por ser uma das grandes paixões da minha vida. Mamãe, te amo!

Ao meu irmão, Guilherme, com muito carinho.

À minha esposa e grande amor, Renata Possi Magane, com paixão, pelo companheirismo, paciência e amizade, ou simplesmente, por ser a mulher da minha vida. Rê, te amo!

A todos os meus amigos e parentes que sempre me apoiaram neste desafio.

Ao Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC-SP, que referendou a pesquisa.

À PUC-SP, pela excelência acadêmica, pelo auxílio na busca da capacitação intelectual e crítica, e pelo estímulo à pesquisa.

“É certo que a arma da crítica não pode substituir a crítica das armas, que o poder material tem que ser derrotado pelo poder material, mas também a teoria se transforma em poder material logo que se apodera das massas. A teoria é capaz de se apoderar das massas quando argumenta e demonstra *ad hominem*, e argumenta e demonstra *ad hominem* quando se torna radical; ser radical é tomar as coisas pela raiz. Mas a raiz, para o homem, é o próprio homem.”

MARX, *Crítica da filosofia do direito de Hegel*:
Introdução

SUMÁRIO

RESUMO.....	10
ABSTRACT.....	12
APRESENTAÇÃO.....	14

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO DE CARLOS NELSON COUTINHO.....	26
1.1 Coutinho por Coutinho.....	26
1.2 Os nódulos temáticos em Carlos Nelson Coutinho: via prussiana, revolução passiva, cidadania e partido político.....	32
1.3 A interlocução de Carlos Nelson Coutinho com os intelectuais do Partido Comunista Italiano.....	43
1.4 O ensaio “A democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho.....	59

CAPÍTULO 2

UMA VELHA QUESTÃO E SUA REPOSIÇÃO.....	89
2.1 A Social Democracia e seus críticos.....	89
2.2 A polêmica entre Kautsky e Lênin.....	109

CAPÍTULO 3

A TEORIA DA DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL NO BRASIL.....	114
3.1 Os comentadores da produção de Carlos Nelson Coutinho.....	114
3.2 A “revolução passiva” e a “via colonial de objetivação do capital” – “A determinação ontonegativa da politicidade”.....	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	145
FONTES.....	145
OBRAS.....	149

RESUMO

No momento histórico de auto-reforma da autocracia burguesa, em 1979, proclamada pela anistia política, no período inicial do governo de João B. Figueiredo, foi publicado, na *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* Nº 9, o ensaio de Carlos Nelson Coutinho "A democracia como valor universal" – que é a raiz de nosso trabalho. Esse seu ensaio é considerado por muitos - para o bem ou para o mal - como um divisor de águas na própria esquerda brasileira.

O principal objetivo desta pesquisa é o desvendamento da trama ideológica da visão de mundo de Coutinho, seus desdobramentos e sua consumação prática no interior da esquerda, bem como procura resgatar uma antiga discussão do movimento operário europeu sobre a validade, seja universal, seja de classe da democracia política. Tomando como ponto de partida os debates no interior da social-democracia alemã e russa, desenvolvemos os embates entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein e, posteriormente, as críticas de Lênin contra Kautsky. Objetivamos ainda apontar para a influência que a "teoria" de Carlos Nelson Coutinho sofreu do "eurocomunismo", particularmente da produção ideológica do Partido Comunista Italiano e de seus "intelectuais orgânicos".

O trabalho baseou-se em pesquisa bibliográfica específica, e em outros documentos históricos, através da crítica ontológica, constituída da análise imanente do objeto, sua determinação social e função no evoluir do processo histórico. Encontramos no decorrer das concepções de Coutinho apropriações problemáticas de transposição de conceitos acerca da arte, extraídos da obra de Karl Marx, para a esfera da política. Procuramos analisar suas limitações, com o auxílio dos lineamentos ontológicos do pensamento marxiano, sobre a determinação ontonegativa da politicidade, que especifica os limites da democracia política, não como a última forma de liberdade, pois que se assentam

nos pilares da sociedade civil regida pelo capital. A emancipação humana geral pressupõe “uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição para o livre desenvolvimento de todos” (Karl Marx).

Palavras Chave: Comunismo, Marxismo, Democracia, Política, Eurocomunismo.

ABSTRACT

ONTOLOGICAL CRITICISMS OF CARLOS NELSON COUTINHO'S "THEORY OF DEMOCRACY AS AN UNIVERSAL VALUE"

In a historic moment in which the bourgeois autocracy of the country was rebuilding itself, in the year of 1979, a process started by the proclamation of political amnesty at the beginning of the government of João B. Figueiredo, an essay by Carlos Nelson Coutinho was published in issue number 9 of magazine *Encontros com a Civilização Brasileira* (meeting of Brazilian culture), entitled "Democracy as an universal value". This essay is the very root of our present endeavor. It is an essay held by many – positively or negatively – as a watershed in left-wing Brazilian politics.

The main purpose of this present research is to unveil the ideologic pattern of Coutinho's worldview, its ramifications and practical advent within the left-wing. There is also an added concern of salvaging an old debate of the European worker's movement about the validity, universality or class-related, of political democracy. Taking as a starting point the debates within German and Russian social-democracy, we considered the disputes between Rosa Luxemburg and Eduard Bernstein, and, later, Lenin's criticism of Kautsky. Furthermore, it is also our intention to remark on the influence exerted on Carlos Nelson Coutinho's "theory" by the trend of "Euro-communism", particularly from the ideological output of the Italian Communist Party and its "organic intellectuals".

The project was based on a specific bibliographic research and in other historical documents, made through ontological criticism, containing an immanent analysis of the subject, its social determination and function in the evolving of the historical process. Sifting through Coutinho's concept-linking, we located many problematic appropriations, wherein concepts about art, taken from the works of

Karl Marx, were transposed to the sphere of politics. We made an effort to analyze Coutinho's limitations, with the aid of the ontologic lineaments of marxist thought. About onto-negative determination of politicity, with specify the limits of political democracy, not as ultimate liberty, due to its being supported by the pillars of a civil society driven by capital. The emancipation of mankind in general requires "an association in which the free development of each is a condition for the development of all" (Karl Marx).

Key-words: Communism, Marxism, Left-wing politics, Political Democracy, Euro-communism

APRESENTAÇÃO

Nosso intento surgiu da preocupação em compreender a divulgação dos escritos de Carlos Nelson Coutinho, em especial o seu ensaio intitulado “A democracia como valor universal”, influências do revisionismo de Bernstein, a teorização da questão democrática a partir da disseminação das posições do eurocomunismo italiano, e a “renovação democrática” proposta por um grupo do PCB.

A posição anterior, dos comunistas brasileiros, defendia o acabamento da revolução democrático-burguesa, e nela a democracia política como um espaço pelo qual as massas poderiam ser incorporadas. A democracia era vista pelos comunistas brasileiros como forma a ser instrumentalizada, e não como objetivo final, portanto, sendo um meio para a ação das massas que permitiria a organização popular para se alcançar a ditadura do proletariado e a sociedade socialista no futuro.

As posições do eurocomunismo, de sua parte, recusavam tanto o empreendimento bolchevique, como também as estratégias *taticistas* do stalinismo. A democracia, agora, passa a ser considerada como um fim, mais ainda, como um autêntico patrimônio da humanidade, um valor universal, independente das posições antagônicas das classes sociais e da própria ordem do capital.

É bom que se recorde que desde o XX Congresso em 1956¹, com a denúncia dos crimes de Stalin e com a Declaração de Março de 1958,

¹ XX Congresso do PCUS; leitura do relatório de Khruchtchev sobre o estalinismo; adoptada a tese da coexistência pacífica (14-24 de Fevereiro). O processo de mudança na URSS culmina no XX Congresso do PCUS, quando Khruchtchev, aí apresenta, em sessão à porta fechada, um incisivo relatório, onde é particularmente denunciado o sistema de governo de Estaline: o nosso partido, todos nós condenamos resolutamente Estaline pelos erros e deformações grosseiras que

internamente o PCB buscará a sua reformulação. Já em 1961, Luis Carlos Prestes, então secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, apontava para a preocupação com o regime democrático, afirmando a luta pela democracia e a pelo pluralismo de partidos.

Num momento histórico de auto-reforma da autocracia burguesa bonapartista em sua institucionalização, em 1979, consagrada pela anistia política consentida, no período inicial do governo de João B. Figueiredo, foi publicado o ensaio de Carlos Nelson Coutinho – que tem como centro a teoria da democracia como valor universal – na *Revista Encontros com a Civilização Brasileira Nº 09*, considerado por muitos como um marco divisor no interior do debate da esquerda brasileira.

Este estudo pretende retomar a designada formulação do ensaio de Carlos Nelson Coutinho, tal como foi difundido e disseminado na realidade brasileira, buscando teorizar a “questão democrática” desenvolvida por Coutinho.

Tendo em vista a crise de seu partido, o PCB, cuja direção no exterior dera maioria para a corrente eurocomunista, Carlos Nelson Coutinho se estabeleceu na Itália.

O Partido Comunista Italiano adota a nova concepção da “*terza via*”, buscando um caminho ao socialismo que não seguisse o bolchevismo e tampouco o stalinismo, transfigurando as suas posições programáticas, até então vinculadas ao modelo russo, expressivamente sintetizada por Enrico Berlinguer no discurso

causaram um grave prejuízo à causa do partido e à causa do Povo. Aprovada a doutrina da coexistência pacífica: os conflitos ideológicos e políticos entre Estados não devem resolver-se por meio de guerras. Khruchtchev, nas suas Memórias, *op. cit.*, p. 68, assinala que o relatório em causa resultou do trabalho de uma comissão presidida por Piotr Pospelov, secretário do Comitê Central do partido, que, de 1940 a 1949, fora director do Pravda. Nas mesmas Memórias, salienta-se que as delegações dos partidos comunistas da França e da Itália, após a leitura do relatório, sentiram uma profunda ansiedade emocional. Pareceu-me que a sua preocupação ultrapassava a de outros partidos irmãos. O que era compreensível. Eram, e ainda são, grandes partidos de massas proletárias. Tanto Togliatti como Thorez tinham estado presentes nos julgamentos públicos.

pronunciado em Moscou, por ocasião do 60º aniversário da Revolução de Outubro em 1977, em que proclamou o valor universal da democracia.

Desse modo, Coutinho nos traz essa tese – segundo a qual pela via democrática, por meio de sua constante conquista, conservação e aprofundamento, juntamente com a formação de um “bloco histórico”, unido num verdadeiro “compromisso histórico”, buscando a gradativa inserção do referido “bloco” e o aperfeiçoamento político no Estado –, o que provocaria mudanças estruturais e conjunturais que levariam o nosso país progressivamente ao socialismo.

Em nosso país, essa “terceira via” ao socialismo pretendia derrotar a ditadura militar mediante a construção de um “bloco histórico” liderado pelo PMDB, do democrata Ulysses Guimarães, a fim de isolar as forças políticas de sustentação da autocracia. Há que salientar que, após a irrupção das greves operárias do ABC paulista, irradiadas para o movimento dos trabalhadores, foram criados os dispositivos do PT em 1980 e uma Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Dessa forma, Carlos Nelson Coutinho, expressa o seu alinhamento político ao “eurocomunismo” da direção partidária do PCB, recusava a centralidade operária na própria conquista da democracia e num projeto alternativo da perspectiva do trabalho, vendo o PT como uma força desagregadora. Assumir o PMDB seria uma oportunidade da própria esquerda abandonar o seu antigo taticismo na manipulação da democracia como meio e, assim, sair em defesa do valor universal da democracia – considerada um autêntico patrimônio histórico da humanidade, – passando a construir um “compromisso histórico”, capaz de não só derrotar a autocracia burguesa, mas de abrir caminho para o “socialismo democrático”, sem conhecer os revezes de uma transição traumática, que o PCI prognosticava no caso chileno.

É bom que se recorde que as posições do eurocomunismo italiano, que se difundiram amplamente na Europa, não só afirmavam a universalidade da

democracia política, como também se contrapunham à propositura marxiana da superação do capital e da política, por meio da revolução, configurando uma nova perspectiva para o partido, mudando completamente as bandeiras revolucionárias do marxismo, os lemas do bolchevismo, passando a assumir declaradamente a estratégia do “compromisso histórico” com as forças progressistas.

Ainda que as origens dessa estratégia decorressem da própria situação italiana, a partir da derrota do governo Salvador Allende, em 11 de setembro de 1973, no Chile, o PCI avalia que o fracasso das forças progressistas da Unidade Popular, derrotadas pelo golpe liderado pelo general Augusto Pinochet, se devia, fundamentalmente, ao fato de a esquerda não ter consubstanciado uma aliança de forças em torno da questão democrática, e, com isso, difundindo uma cultura democrática, construindo um sólido “compromisso histórico” com todas as forças progressistas da nação, o que tornaria impossível o golpe de Estado vitorioso.

Além dos objetivos já elencados acima, procuraremos resgatar uma antiga discussão do movimento operário europeu sobre a validade universal da democracia ou como expressão de interesses de classe, a partir dos debates no interior da social-democracia alemã, particularmente nos embates entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein.

Entre as grandes disputas no interior da social-democracia européia destaca-se, em particular, a luta entre a posição bolchevique contra a tendência majoritária do partido alemão, a controvérsia entre Lênin e Kautsky. Para Kautsky, essa luta é, na verdade, resumida no confronto entre o método *democrático* e o método *ditatorial*. A questão reside acerca da democracia, que para Kautsky deve ser pautada pelo livre exercício do embate de idéias, ao passo que a ditadura do proletariado pressupõe a supressão, pela violência, de qualquer discussão de posições. Kautsky se pôs, desse modo, a refutar as posições leninianas, que polarizam de modo antagônico a democracia e o socialismo. Segundo a posição revisionista, a democracia era estreitamente pensada como um meio, que ao final

se tornaria um obstáculo à construção da sociedade socialista. Por essa razão, Kautsky adverte, no Programa de Erfurt, que não é o socialismo “nosso objetivo final”, mas sim a supressão de toda a espécie de exploração e opressão existente na sociedade. Ora, como seria possível alcançar uma associação de indivíduos livres, contra as formas do capital e do Estado, sem a revolução social?

Por essas razões, objetivamos estudar a trama ideológica desse ensaio, seus desdobramentos e sua consumação prática no interior do Partido Comunista Brasileiro e da esquerda brasileira, bem como entre nossa *intelligentsia*, que congregava muitos intelectuais, tais como Francisco Weffort, Fernando Henrique Cardoso, entre outros, analisando suas repercussões e influências na sociedade brasileira.

Procuraremos contrastá-la com as idéias de Karl Marx e a do filósofo italiano Antônio Gramsci, que é a referência no século XX, e de seus pretensos seguidores, tais como Palmiro Togliatti, Enrico Berlinguer, Luciano Gruppi e Pietro Ingrao, e também o marxista brasileiro Carlos Nelson Coutinho para, com isso, apontarmos a influência que seu ensaio sofreu do “eurocomunismo”, particularmente com a produção dos “intelectuais orgânicos” do Partido Comunista Italiano, citados há acima.

Buscaremos ainda, na discussão filosófica, problematizar, fundamentado na reflexão marxiana, a questão da natureza ontológica da política para o processo de edificação humana do ser genérico como produto histórico.

* * *

Mesmo sem a pretensão de exaurir a questão teórica e metodológica, seguiremos uma orientação, com base nos lineamentos ontológicos de Marx e que

se aproximam dos trabalhos desenvolvidos no século passado por Georg Lukács e aqui, no Brasil, por J. Chasin. O filósofo húngaro demonstrou que as afirmações marxianas eram sempre afirmações de natureza ontológica. Ou seja, as categorias histórico-sociais são categorias modais, em sua complexidade objetiva, exprimem modos de ser, formas determinadas de existência. Nelas, há uma transitividade entre subjetividade e objetividade, a consciência não desempenha um papel passivo e epifenômico, mas operacionaliza atos teleológicos, dando forma subjetiva no processo de objetivação concreta.

Sem termos, portanto, a preocupação de oferecer um contorno mais amplo dos resultados da *Ontologia do ser social*, de Lukács – interlocutor privilegiado na produção de Carlos Nelson Coutinho, e que teve parte de sua obra traduzida e difundida por este, – e tampouco os estudos de J. Chasin sobre o estatuto ontológico do pensamento de Marx e suas diferenças com o mestre húngaro, apresentaremos algumas dessas afirmações que constituem os supostos e as determinações da autoconstituição dos indivíduos sociais.

Expondo suas reflexões sobre a pesquisa histórica, Lukács aponta para os caminhos necessários da busca de conexões entre as formas da imediatidade e de seus nexos constitutivos a serem investigados: “Creio, então, que o caminho que devemos, e com o qual já entramos de cheio nos problemas ontológicos, é o da pesquisa genética. Isto é: devemos tentar pesquisar as relações nas suas formas fenomênicas iniciais e ver em que condições estas formas fenomênicas podem tornar-se cada vez mais complexas e mediatizadas”. Por essa razão, o filósofo húngaro salienta a importância em compreender a lógica específica dos objetos históricos, porque

[...] a tarefa é a de investigar o ente com a preocupação de compreender o seu ser e encontrar os diversos graus e as diversas conexões no seu interior.²

² LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 15.

Tendo em vista a complexa estruturação de nossa sociedade, na ontologia lukacsiana, a problemática está em se buscarem os nexos que desvendados explicam os fenômenos imediatos em sua teia de relações, cabendo assinalar que o ser social em sua composição e existência efetiva é um ser complexo, múltiplo, relacional, constituído de formas mutáveis. Dessa maneira

[...] quanto mais uma coisa é complexa, tanto mais ilimitado, seja extensivamente seja intensivamente, é o objeto diante do qual se encontra a consciência do homem, de modo que mesmo o melhor saber só pode ser um conhecimento relativo e aproximativo.³

A ontologia lukacsiana, ao indicar os inúmeros e complexos nexos causais que compõem a teia societária, nos remete a uma análise em que, sendo o ser social composto de indivíduos vivos e ativos que transformam a sua própria natureza ao se autoconstituírem, Marx, em especial na obra *A ideologia alemã*, indica que

[...] indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações políticas e sociais determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre estrutura social e política e a produção. A estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como realmente são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes de sua vontade. A produção de idéias, de representações, da consciência, está, de início, diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real.⁴

³ LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 17.

⁴ MARX, Karl. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 35, 36 e 37.

Por essa razão, partindo da produção e reprodução da vida social nos inúmeros nexos causais que compõem a estruturação social, Marx especificou a natureza e a determinação social do pensamento humano, tendo em mira que,

[...] o representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens, aparecem aqui como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo ocorre com a produção espiritual, tal como aparece na linguagem política, das leis, da moral, da religião, da metafísica, etc., de um povo. [...] A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Não é a consciência que determina a vida, mas é a vida que determina a consciência.⁵

Portanto, como se pode perceber, as categorias que buscamos refletir aqui têm sua conformação dada em sua própria efetividade histórica, pois essa apreensão se baseia nos lineamentos vincados no estatuto ontológico imanente, descobertos e investigados por José Chasin em seus estudos sobre a “redescoberta de Marx”, ao pensamento de marxiano. Com o percurso dos estudos da “redescoberta de Marx”, J. Chasin afirma que nos tempos da antiga *Gazeta Renana*, jornal dos liberais alemães, cuja vigência abrange o período que vai de 1842 a 1843, Marx ainda estava possuído de uma visão que afirmava a ontopositividade da política: o Estado era apresentado como demiurgo da realidade. Partia-se do Estado para a sociedade civil. Do céu para a terra. Há que salientar que a maioria do pensamento contemporâneo toma a política na sua ontopositividade, como uma forma permanente da vida humana, e não vê que em Marx ela torna-se ontonegativa. A percepção de Marx altera-se com seus estudos, no momento em que rompe radicalmente com a concepção da ontopositividade da política, a partir de sua viragem ontológica, da crítica da filosofia especulativa, segundo a qual a idéia gera o ser, e da crítica da politicidade, não mais tomada como esfera eterna e fundante da vida social, mas com caráter de ontonegatividade. Portanto, Marx se dá conta da significação ontológica da *atividade prática sensível*, como esfera central do ser social.

⁵ MARX, Karl. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 35, 36 e 37.

Calcado em tal perspectiva de análise, descrita anteriormente, visaremos compreender e observar estas reflexões que ora apresentamos acerca de “A teoria da democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho, articuladas em sua reciprocidade dialética, teoria essa composta em três níveis, sendo estes: 1. A *análise imanente*, ou a constituição interna do objeto histórico, que busca respeitar a configuração própria de sua efetivação societária; 2. A *produção histórico-social*, a compreensão de que o autor e sua obra estão situados historicamente, a saber, a busca dos nexos constitutivos e tramas reais de onde o objeto nasce, brota, se produz. É a captura de sua historicidade, a busca de sua gênese histórica e, por fim; 3. A *função social*, a finalidade que cumpre o objeto nas contradições e tensões da trama real em que nasce e viceja, a saber, em nosso caso, qual foi o peso efetivo da teoria política de Coutinho e como foi apropriada nas práticas sociais, centrando-as nas disputas da esquerda.

Adita a esses três níveis, que estão separados para efeito de análise, mas que se acham vinculados, há que problematizar os seus próprios interlocutores, suas influências, seus derivativos, assim como o resgate da discussão política em torno das concepções estratégicas acerca da luta pelo socialismo, principalmente no movimento operário europeu a partir das posições da II Internacional Comunista, em que, de certo modo, Coutinho aponta para uma perspectiva de caminho para o socialismo através do “reformismo revolucionário”. Para tal, nos valem de documentos históricos e da bibliografia específica, que expomos de modo condensado no decorrer deste trabalho.

Nossa dissertação está composta de três capítulos e as considerações finais.

No capítulo 1, apreciamos a construção e o desenvolvimento do pensamento de Carlos Nelson Coutinho, indicando seu itinerário de formação, desde sua juventude até a concretização de seus escritos, principalmente o ensaio *A democracia como valor universal*.

Nesse itinerário está previsto o percurso do primeiro contato com as obras de Marx e Engels, *O manifesto do partido comunista* e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, que levaram o filósofo baiano “a fazer “política”. A amizade com Leandro Konder e seu ingresso no PCB em 1961. Sua mudança para o Rio de Janeiro que o aproxima ainda mais de Konder e outros intelectuais cariocas. Devido à repressão do regime militar, resolveu deixar o Brasil em março de 1976, quando partiu para Itália, tomando contato com o Partido Comunista Italiano, construindo relações com seus “intelectuais orgânicos” e apropriando-se da teoria do “eurocomunismo”. Coutinho considera sua ida à Itália fundamental na formação de seu pensamento, considerando que o ensaio, que ora apreciamos nesta dissertação, não teria sido escrito se não houvesse tal viagem à Itália.

No capítulo 1 estudamos ainda os escritos de Coutinho, analisando seu arcabouço teórico, seus núdulos centrais e a disseminação de seu pensamento no interior da sociedade brasileira.

No capítulo 2, analisamos e resgatamos o embate entre as teorias do movimento operário europeu, particularmente, as da Segunda Internacional Comunista, referentes à validade da democracia, e os embates no interior da social-democracia alemã entre Rosa Luxemburgo e Eduard Bernstein.

Desenvolvemos também uma das grandes polêmicas no interior da social-democracia européia, concretizadas por Kautsky e Lênin envolvendo, para aquele, a ideologia de tendência majoritária do partido alemão e, para este, as concepções bolcheviques.

Observamos que tais preocupações sobre a validade e os predicados atribuídos à democracia, burguesa, participativa, universal, de classe, etc. são anteriores ao pensamento de Coutinho e, como estudioso que é, o filósofo baiano utiliza-se dessa fonte rica de discussão e teorização para tecer seus estudos e escritos.

No capítulo 3, estudamos a disseminação dos escritos de Carlos Nelson Coutinho no interior da sociedade brasileira. Analisamos seus interlocutores, críticos como João Quartim de Moraes e elogiosos como Francisco Weffort, Jacob Gorender, etc.

Consta, ainda, o estudo da “revolução passiva” e a “via colonial”, em que indicamos contradições no interior do pensamento de Coutinho, bem como apropriações indevidas do pensamento marxiano, que o faz afirmar a ontopositividade da política, definindo-a como essencial à edificação de uma nova realidade social.

Está claro que, nos limites desta dissertação, não nos foi possível um exame mais apurado dos movimentos de ingresso e formação de partidos como o PT e PSOL, respectivamente, operacionalizados por Carlos Nelson Coutinho, visto que, com a entrada desse autor no Partido dos Trabalhadores, há que reconhecer certa influência de sua posição ideológica no debate interno do partido e, mais ainda, com a expulsão dos chamados “radicais”, Coutinho e dissidentes criam um novo partido: o PSOL. Essa influência da teoria do eurocomunismo no PT foi considerável nos tempos de sua difusão no interior dos embates com os comunistas, que passaram a sofrer os mesmos dilemas da social-democracia europeia. No caso, no período da “*abertura democrática*”, a “*transição transada*”, levada a cabo pelo regime militar, como os comunistas tentaram garantir uma transição democrática forjada numa frente popular tal como foi formulada pela “*linha eurocomunista*” do PCB, e como esta mesma teoria influenciou e demarcou o desenvolvimento democrático em nosso país, chegando a propor aos grevistas do ABC em 1980 uma espécie de Pacto de Monclôa (Espanha, 1977), a fim de que não “*agudizassem as contradições*” e batalhassem por uma Assembléia Nacional Constituinte com o próprio poder: a “*Constituinte com João*”, parodiando a “*Constituinte com Vargas*” de 1945.⁶

⁶ Em 1980 com a greve já decidida pelas assembléias operárias do ABC, os operários eurocomunistas do PCB, convidados para um almoço, imploram a Lula que a greve não saísse a fim de não “agudizar as contradições”, proclamando-se favoráveis a uma “Constituinte com João”.

Não foi possível, também, desenvolver um debate profundo no interior da *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* – que publicou, pela primeira vez, o ensaio de Coutinho com a temática da teoria da democracia como valor universal – entre Carlos Nelson e os demais intelectuais que escreveram e publicaram ensaios relevantes e polêmicos em tal revista, problematizando e apontando perspectivas e possibilidades para construção de uma sociedade brasileira mais justa e solidária.

Confluindo nesse sentido com as posições do ministro Delfim Neto que propunha, a fim de “fechar o laço”, um “pacto com os trabalhadores numa trégua de dois anos sem greves”. Ver editorial, *Revista Escrita/Ensaio*, São Paulo: Editora Ensaio, ano 4, n. 7, abr., 1980, p. 03.

CAPÍTULO 1

O PENSAMENTO DE CARLOS NELSON COUTINHO

1.1 Coutinho por Coutinho

Tendo em vista que o filósofo baiano, Carlos Nelson Coutinho, possui uma história rica e respeitável, traduzida em seus trabalhos literários, filosóficos e políticos, em diversas traduções, seja também por sua corajosa atuação política nos enfrentamentos e diálogos com socialistas, revolucionários e liberais, faz-se necessário explorar e descrever rápida biografia preliminar para que possamos situar o autor e o tema deste trabalho.

Em entrevista de grande valor, inscrita na obra *Conversas com filósofos brasileiros*, realizada em outubro de 1999, Carlos Nelson falará um pouco de sua formação intelectual, necessária para entendermos seus posicionamentos teóricos.

Carlos Nelson Coutinho nasceu em 1943, em Salvador, Bahia. Formou-se em Filosofia pela Universidade Federal da Bahia e, em 1964, mudou-se para o Rio de Janeiro em razão da repressão política. Permaneceu na Europa entre 1975 e fins de 1978. Em 1986, tornou-se professor titular da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, função que ocupa até hoje. É um dos principais tradutores das obras dos intelectuais italianos, principalmente a dos *Cadernos do cárcere*, de Antonio Gramsci.⁷

⁷ COUTINHO *apud* REGO; NOBRE, 2000, p. 373. Esta entrevista foi realizada em outubro 1999.

Carlos Nelson Coutinho, filho de poeta, com livros publicados e deputado udenista – apesar de não considerar seu pai conservador, e sim uma pessoa progressista – o filósofo baiano iniciou sua formação intelectual cedo. Ao vasculhar a biblioteca de seu pai, deparou-se com o que determinou como “marco” da sua formação intelectual, por volta dos 13 ou 14 anos: as obras *O manifesto comunista* e *Do socialismo utópico ao socialismo científico*, de maneira que

[...] a primeira coisa fundamental, de que me lembro bem, foi ter descoberto aos 13 ou 14 anos, na biblioteca do meu pai, *O Manifesto Comunista* e *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*.⁸

Ao ler as obras descritas acima, Coutinho tomou algumas decisões. Uma delas foi a de fazer política,

[...] um pouco porque meu pai fazia e um pouco pelo avesso dele, porque eu ia fazer pela esquerda e ele fazia pela UDN, mas eu tomei claramente essa decisão.⁹

Considerava-se um autodidata, por não ter orientação de alguém em suas leituras, até que, por volta de 17 anos, Coutinho tem indicações de leitura do seu professor de história do terceiro ano colegial, Paulo Farias,

[...] entre elas uma pela qual lhe sou eternamente grato, a de Gramsci.¹⁰

Posteriormente, com 18 anos, Coutinho fica amigo de Leandro Konder, ponto fundamental em sua formação intelectual com quem, até os dias de hoje, mantém forte e sólida relação fraternal de amizade, com percursos itinerários muito próximos. Seu ingresso no PCB data de 1961.

⁸ COUTINHO *apud* REGO; NOBRE, 2000, p. 373.

⁹ *Ibid.*, p. 373.

¹⁰ *Ibid.*, p. 374.

Outro aspecto importante foi ter vivido na virada dos anos 50 para os anos 60, quando houve de fato, na Bahia,

[...] uma floração cultural extremamente significativa, um período em que você tem o surgimento de Glauber Rocha, de João Ubaldo Ribeiro, de Caetano, de Gil, etc.¹¹

Coutinho relata que quando veio para o Rio encontrou um ambiente de discussão artística muito similar ao vivido na Bahia. Portanto, Coutinho, desde cedo, possuiu um sério vínculo com o meio de discussões artísticas sobre a validade da estética realista, que vai configurar basicamente toda a sua obra futura.

Mudou-se para o Rio de Janeiro “muito em função do golpe militar”. Nesse período, em seu novo domicílio, consolidou muito sua amizade com Leandro Konder e outros intelectuais cariocas. Durante o ano de 64 “[...] eu respondi processo e passei praticamente todo o ano, [...] no Rio, evitando a prisão”.¹² Relata que num dado momento, viver no Brasil ficou complicado, dada a situação de repressão política em que nos encontrávamos, uma vez que o exército o persegue cotidianamente. O filósofo baiano optou, portanto, por deixar o Brasil.

Escolhi ir para a Itália exatamente porque meu grande modelo era o Partido Comunista Italiano. [...] Minha decisão tem então muito a ver com meu amor pelo PCI.¹³

Partiu para Itália, precisamente, em março de 1976 e retornou no final de 1978, “porque no dia primeiro de janeiro de 1979 acabava o AI-5”. O autor ficou um ano e meio na Itália, por volta de três meses em Portugal e um ano em Paris.

¹¹ COUTINHO *apud* REGO; NOBRE, 2000, p. 377.

¹² *Ibid.*, p. 378.

¹³ *Ibid.*, p. 378.

Fiz muita política no exterior. Lá, além de redator da Voz Operária, tornei-me assessor da Comissão Executiva do PCB [...].¹⁴

O autor considera que a sua ida para Itália foi crucial para sua formação, e, “progressivamente, me tornei *eurocomunista*, a partir de minha experiência com o PCI”. O envolvimento entre o autor e a dinâmica do PCI é colocado com tal dimensão e transparência que, o ensaio

[...] a democracia como valor universal não teria sido escrito se não fosse esse meu período italiano.¹⁵

Para muitos, o grande modelo era o Partido Comunista da União Soviética, e a própria União Soviética, a “*patria-mãe do socialismo*”. Coutinho é muito claro quando faz referência à sua simpatia ao PCI:

Para mim, a grande dor não foi a queda do muro de Berlim ou o fim da URSS, mas o fim do Partido Comunista Italiano.¹⁶

Carlos Nelson, em suas próprias palavras, divide em duas fases diferentes a sua produção intelectual. Assim, no âmbito conceitual, “[...] o primeiro foi o conceito de razão, que tem claramente a sua origem em Lukács, e que corresponde ao meu período lukácsiano, firmemente, *fanaticamente lukácsiano*”¹⁷, apontando como marca desse posicionamento teórico as obras *Literatura e humanismo* (1967) e *O estruturalismo e a miséria da razão* (1972). O segundo momento é apontado como um “reencontro com Gramsci”, no período dos anos de 1970.

Trata-se do momento em que minha preocupação teórica maior passou a ser a política, a reflexão sobre o estatuto ontológico da política [...]. Além disso, um tema importante da minha produção foi seguramente a

¹⁴ COUTINHO *apud* REGO; NOBRE, 2000, p. 379.

¹⁵ *Ibid.*, p. 379.

¹⁶ *Ibid.*, p. 378.

¹⁷ *Ibid.*, p. 382.

questão da democracia. A democracia como valor universal é expressão disso [...].¹⁸

Quando questionado na entrevista sobre qual seria o papel da esquerda hoje, o autor vislumbra que,

[...] a grande tarefa da esquerda é a de polarizar tudo, no sentido dessa palavra, ou seja, de relacionar todas as grandes questões que são colocadas no mundo de hoje com as estruturas, de apontar para o universal, para o nível ético-político, para usar uma outra expressão de Gramsci.¹⁹

Seus questionamentos sobre as formas de discussão e da possibilidade de concretização na realidade perpassam sempre a via institucional, sendo necessário mais do que isso, “é preciso dar à democracia formas institucionais”. O seu valor universal

[...] não é esta específica forma de democracia, mas sim o processo de democratização, que se expressa na participação política e na socialização do poder.²⁰

Ao propor que o poder e a política sejam socializados, Coutinho romperá com as teses de Marx, Lênin e Rosa Luxemburgo sobre as teorias do “fim do Estado”, apontando que essa tese deve ser revista no âmbito do marxismo,

[...] se ela for entendida como o fim do governo, como o desaparecimento de qualquer tipo de governo. Essa idéia esta muito presente em Lênin, que insiste em que o Estado se extingue ao longo da fase da “ditadura do proletariado”. Acho que essa idéia de que o Estado vai se extinguir levou a que não se discutisse qual é a forma do Estado no socialismo.²¹

¹⁸ COUTINHO *apud* REGO; NOBRE, 2000, p. 383.

¹⁹ *Ibid.*, p. 387.

²⁰ *Ibid.*, p. 391.

²¹ *Ibid.*, p. 393.

Na seqüência, o filósofo baiano se pergunta: “Qual vai ser a forma *política* do comunismo?” Sua resposta é muito clara:

[...] para mim, a forma política é o Estado de direito, com alta participação popular, com institutos de democracia de base corrigindo as deformações da representação. Mas é um Estado de direito que tem instituições garantidas por uma Constituição, naturalmente reformável.²²

Quando se pergunta: “Mas o comunismo será o fim do mercado, a estatização de todos os meios de produção?” A resposta dada por Coutinho – e que acreditamos ser uma ruptura clara com os pressupostos e posições marxianas – é bem explícita:

Eu diria que não. Estou convencido hoje de que algo de mercado poderá existir depois do desaparecimento do capitalismo – afinal, o mercado é uma forma de interação que antecedeu o capitalismo. [...] Penso um socialismo em que há mercado, e em que pode haver um pluralismo de formas de propriedade.²³

Coutinho prossegue dando exemplos, na mesma direção, de algumas possibilidades de tipos de propriedade privada no socialismo:

[...] pode-se ter propriedades realmente estatais – em alguns casos, isso é necessário, – pode-se ter propriedades cooperativas, e pode-se até ter propriedade privada, em alguns setores.²⁴

Após breve exposição do itinerário de Carlos Nelson, procuraremos desenvolver seus nódulos temáticos no próximo item da dissertação.

²² COUTINHO *apud* REGO; NOBRE, 2000, p. 393.

²³ *Ibid.*, p. 393.

²⁴ *Ibid.*, p. 393.

1.2 Os nódulos temáticos em Carlos Nelson Coutinho: *via prussiana*, *revolução passiva*, *cidadania* e *partido político*

A publicação do ensaio objeto de reflexão de nosso trabalho – “A democracia como valor universal” – foi publicada na *Revista Encontros com a Civilização Brasileira* Nº 9, em meados de 1979, momento em que, com a anistia dada aos opositores do regime militar e com a “abertura democrática” do Governo Figueiredo, os exilados retornam a fim de reorganizar os seus dispositivos partidários. É nesse contexto que a direção do PCB retorna e mostra a sua profunda divisão. Prestes já estava isolado e cercado de um pequeno grupo, Anita Leocádia, Agliberto Guimarães, Gregório Bezerra e outros, e o grupo majoritário em torno do “cabo” Giocondo Dias, com apoio dos “eurocomunistas”. A nova concepção os dividia. Segundo Leandro Konder, o autor

[...] aprofundou seus vínculos com o Partido Comunista Italiano. E, relendo Gramsci, extraiu das posições do fundador do PCI implicações e conseqüências que iam além do alcance das interpretações feitas na época em que o havia traduzido para o português.²⁵

A partir desse ensaio que o consagra, o nosso autor desenvolveu outros artigos para dar consistência prática e teórica à sua formulação principal, em que se destacam pontos nodais no pensamento do autor, como os de *via prussiana*, *revolução passiva*, *cidadania* e *partido político*. Carlos Nelson Coutinho lança agora o livro, com o mesmo título do ensaio de 1979, *A democracia como valor universal*, em 1980, propugnando a formação de uma frente de massas que garantisse a transição democrática no país, visando à formalização do “*compromisso histórico*”, para dar cabo da ditadura militar brasileira, em prol do desenvolvimento da democracia, abarcando ainda outros setores progressistas, em especial a própria burguesia nacional, para que nessa aliança futuramente

²⁵ KONDER, L. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991, p. 122.

possa alcançar o “*socialismo democrático*” no Brasil, sem que, no entanto, se refira à abolição do mercado, das classes, do Estado, em suma, do capital.

1º Nódulo - O tema da via prussiana

No seu ensaio que, em 1980, foi editado em forma de livro, Coutinho estrutura o que seria um dos pontos centrais em sua teoria, a *via prussiana* de desenvolvimento capitalista no Brasil, em que,

[...] no plano econômico, pode-se observar que o Brasil praticamente não conheceu um período de capitalismo concorrencial como todos os países de industrialização tardia (e, no Brasil, podemos mesmo falar em hipertardia), o capitalismo brasileiro experimentou um processo de monopolização precoce.²⁶

Esses contornos configuram a particularidade da constituição do capitalismo no Brasil, que desconhecerá a revolução democrática propriamente dita. Coutinho em sua obra *Literatura e humanismo*, escrita em 1967, já operava com a reflexão lukacsiana sobre as relações entre cultura e via prussiana, a fim de compreender o nosso “intimismo à sombra do poder”, a cooptação dos intelectuais brasileiros pela burguesia.

Em *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira* (1974), obra coletiva, Carlos Nelson Coutinho especificava que, ao contrário da via clássica, a via brasileira seguiu uma transição num quadro de conciliação com o atraso:

Ao invés das velhas forças e relações sociais serem extirpadas através de amplos movimentos populares de massa, como é característico da “via francesa” ou da “via russa”, a alteração social se faz mediante conciliações entre o novo e o velho, ou seja, tendo-se

²⁶ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 100.

em conta o plano imediatamente político, mediante um reformismo “pelo alto” que exclui inteiramente a participação popular.²⁷

Como território colonial, a transição para o capitalismo em nosso país partia de uma subordinação formal do trabalho ao capital, conhecendo formas escravistas, e, assim, conservando as estruturas sociais arcaicas, constituindo uma modernização conservadora. Abria-se um espaço sem a radicalidade burguesa, de extração humanista e iluminista. Há em nossa história uma espécie de conciliação entre o velho e o historicamente novo:

No Brasil, bem como na generalidade dos países coloniais ou dependentes, a evolução do capitalismo não foi antecedida por uma época de ilusões humanistas e de tentativas – mesmo utópicas – de realizar na prática o “cidadão” e a comunidade democrática. Os movimentos nesse sentido, ocorridos no século passado e no início deste século, foram sempre agitações superficiais, sem nenhum caráter verdadeiramente nacional e popular. Aqui a burguesia se ligou às antigas classes dominantes, operou no interior da economia retrógrada e fragmentada. Quando as transformações políticas se tornaram necessárias, elas eram feitas “pelo alto”, através de conciliações e concessões mútuas, sem que o povo participasse das decisões e impusessem organicamente sua vontade coletiva. Em suma, o capitalismo brasileiro, ao invés de promover uma transformação social revolucionária – o que implicaria, pelo menos momentaneamente, a criação de um “grande mundo” democrático – contribui, em muitos casos, para acentuar o isolamento e a solidão, a restrição dos homens ao pequeno mundo de uma mesquinha vida privada.²⁸

As transformações “pelo alto” para Carlos Nelson Coutinho marcam toda a formação histórica da sociedade brasileira, nesse sentido,

²⁷ COUTINHO, C. N. *Realismo e anti-realismo na literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974, p. 03.

²⁸ COUTINHO, C. N. *Literatura e humanismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967, p. 142.

[...] todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e Revolução de 1930), encontraram uma solução “pelo alto”, ou seja, elitista e antipopular.²⁹

Mas Coutinho acredita que o processo de modernização capitalista propiciada pelo golpe de Estado de 1964, na medida em que desenvolveu as estruturas do “*capitalismo monopolista de Estado*”, o quadro se completa para a realização do salto democrático, haja vista que,

[...] o regime pós-64 modernizou definitivamente o país: e modernizar, mesmo que de modo “conservador”, significa desenvolver as bases objetivas sobre as quais se assenta a possibilidade de construir uma sociedade civil efetivamente autônoma.³⁰

Na análise de Coutinho, o “*regime autoritário*” implantado em nosso país se diferencia do regime de tipo “*fascista*”, portanto esse processo de transição do autoritarismo à democracia poderá ser “*pacífica e negociada*”.

Não requer uma guerra externa e/ou uma resistência armada interna para ser superado. [...] Mas, ao mesmo tempo, implica um risco: o de que esta possibilidade seja usada para reproduzir, ainda que num nível mais “modernizado”, a velha política elitista, com a conseqüente tentativa de reduzir as massas trabalhadoras à tradicional condição de amorfismo e subalternidade. Encontrar o justo *tertium datur* entre os dois extremos feridos – a conciliação a qualquer preço ou a confrontação potencialmente suicida – é o desafio que se coloca a esquerda brasileira.³¹

Cabe assinalar que Coutinho mais uma vez empresta o modelo europeu como exemplaridade histórica, como no antigo marxismo vulgar e sua dogmática,

²⁹ COUTINHO, C. N. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999, p. 196.

³⁰ COUTINHO, C. N. Alternativas na transição In: *Revista Presença*, São Paulo: Editora Caetés, n. 03, 1984, p. 13.

³¹ *Ibid.*, p. 15.

só que agora se servindo de uma *particularidade histórica*, a via italiana de transição do fascismo à democracia. No caso brasileiro, como veremos, houve um processo de auto-reforma da autocracia burguesa bonapartista para a autocracia institucionalizada. Portanto, a nossa particularidade histórica inviabiliza qualquer aplicação do modelo italiano à realidade brasileira. A célebre “transição transada” ou a “distensão democrática” conduzida *pelo alto* pelos generais Ernesto Geisel e João Figueiredo, a “abertura democrática” sob as rédeas da própria ditadura militar, que na expressão de Florestan Fernandes, é o processo de “liberalização outorgada”, “lenta, gradual e segura”.

Está claro que não podemos esquecer a ampla movimentação social existente à época, como, por exemplo, o movimento grevista e o movimento de resistência democrática das massas trabalhadoras; todavia, essas ações não foram suficientes para pôr abaixo o regime militar, como no caso italiano, em que a luta armada popular pôs abaixo a ditadura de Mussolini, contando, ainda, com as forças dos países aliados.

Em suma, Coutinho estrutura o conceito de *via prussiana* de desenvolvimento capitalista no Brasil, que reitera a possibilidade de que a democracia liberal se efetive em nossa formação histórica, visto que em sua análise,

[...] como a renovação democrática do conjunto da vida brasileira é o único caminho para erradicar definitivamente os vícios autoritários e elitistas que sempre caracterizam e continuam a caracterizar nossa sociedade; a renovação democrática aparece assim como alternativa à “via prussiana” de transformação social seguida por nosso país que marcou – com seu selo profundamente antidemocrático e antipopular – as várias esferas do ser social brasileiro.³²

E, analisando seu presente, Coutinho busca ainda mostrar que o ingresso do Brasil no sistema capitalista monopolista de Estado levou nossa sociedade a

³² COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 14.

uma modernização que tornou mais complexa a nossa estrutura social e política, acentuando o caráter pluralista da sociedade civil brasileira impondo:

[...] o completo abandono de qualquer veleidade golpista, com a conseqüente compreensão do valor estratégico da democracia política na luta pela transformação socialista no Brasil.³³

2º Nódulo – O tema da revolução passiva

Essa complexidade na estrutura social, atrelado ao processo de democratização e socialização da política, impõe à realidade um novo momento histórico e abre portas para o que denomina “reformismo revolucionário”.³⁴

Coutinho entende que com a “ampliação” do Estado capitalista, este deixa de ser “comitê executivo da burguesia”³⁵, já que se expandiu e “se abriu” à outras demandas sociais. O foco agora centra-se em concessões, sendo elemento essencial, na concepção do autor, a nova dinâmica de estruturação do Estado capitalista “ampliado” para sua governabilidade.

Essa alteração na ordem do Estado capitalista, “[...] determinou uma mudança substantiva na estratégia do movimento operário e socialista”.³⁶ Para explicar tal mudança, Coutinho apropria-se das formulações de Gramsci na diferenciação entre sociedades ocidentais e orientais.

Nas “sociedades orientais”, onde não ocorreu uma significativa socialização da política, portanto, não existindo “sociedade civil pluralista e desenvolvida”, a disputa pelo poder gira em torno do Estado-coerção, mediante um “assalto

³³ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 15.

³⁴ COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 44.

³⁵ MARX *apud* COUTINHO, 2000, p. 38.

³⁶ COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 39.

revolucionário”. Já nas sociedades “ocidentais”, onde o Estado se “ampliou, as lutas por transformações se dão no âmbito da “sociedade civil”, visando à conquista e ao consenso da população, buscando influir e obter espaços

[...] no seio dos próprios aparelhos do Estado, já que esses são agora permeáveis à ação das forças em conflito.³⁷

No primeiro caso, a estratégia se orienta para a “guerra de movimentos”, para um choque frontal, “explosivo” e concentrado na tomada imediata do Estado; no segundo, o centro a luta é a “guerra de posições”, conquistando pouco a pouco não só os espaços no interior da “sociedade civil”, mas também, por meio e a partir desta, no próprio seio do Estado.

Carlos Nelson Coutinho afirma que a “guerra de posições”, na medida em que fortalece a sociedade civil e conseqüentemente sua representação nos órgãos de poder do Estado, leva as massas trabalhadoras organizadas à importantes avanços, pois à medida que se fortalece obriga a burguesia a fazer concessões.

A nova conjuntura histórica iniciada, segundo Coutinho, na metade do século XIX e de maneira mais incisiva no século XX, se dá pela mudança estrutural interna do capitalismo. Segundo ele,

[...] no protocapitalismo, a exploração do trabalhador se dava muito mais pela extração da mais-valia absoluta do que da mais-valia relativa, ou seja, muito mais pela intensificação da jornada de trabalho e/ou pela redução do salário real do que pelo aumento de produtividade, o que implica no processo de pauperização absoluta.³⁸

Há outro fator decisivo para Coutinho afirmar tal alteração na estrutura da sociedade capitalista. Devido ao baixo grau de socialização da política, não seria

³⁷ COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 39.

³⁸ *Ibid.*, p. 41.

possível propor um modo de ação efetiva sobre o poder de Estado que não fosse a sua conquista completa e imediata por meio de um “assalto revolucionário”.

Após o início desta “nova conjuntura histórica”, a batalha dos trabalhadores passou a ser longa e “progressiva”, na qual foram muitas vezes vitoriosos, pela conquista de direitos políticos e sociais. Na base econômica ocorre a mudança dada pelo aumento da produtividade do trabalho que, segundo Coutinho, levou a que a exploração do trabalho passasse a operar pela extração de mais-valia relativa;

[...] isto permite um aumento simultâneo de lucros e salários e, por conseguinte, abre espaço para negociações e “concessões”.³⁹

Diante de tal quadro, Coutinho afirma que não foi por acaso que os setores majoritários do movimento operário e socialista dos países “ocidentais” (no sentido gramsciano da expressão) passaram a adotar uma política reformista. O autor indica Eduard Bernstein como o primeiro a propor claramente, diante das possibilidades de “concessões”, já em 1898, que os partidos socialistas abandonassem a luta pelo “objetivo final”, e se empenhassem num movimento progressivo de reformas constantes. Embora Bernstein tivesse sido politicamente derrotado quando formulou sua proposta,

[...] esta se tornou paulatinamente hegemônica na ala majoritária do movimento operário ocidental, ou seja, na social-democracia.⁴⁰

Nesse momento, Coutinho afirma que a social-democracia e sua opção pelo reformismo teve papel histórico fundamental e possibilitou às classes trabalhadoras do “ocidente” significativas e duradouras conquistas sociais e democráticas,

³⁹ COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 42.

⁴⁰ *Ibid.*, p. 43.

[...] certamente mais amplas – sobretudo no que se refere à democracia – do que aquelas obtidas nos países “orientais” que seguiram um caminho não capitalista (nos países do chamado “socialismo real”).⁴¹

Coutinho acredita que esse reconhecimento à social-democracia é condição para superar o antagonismo entre “comunismo histórico” e social-democracia, que se tornou um poderoso obstáculo ao fortalecimento do movimento dos trabalhadores em sua luta mundial pelo socialismo e pela democracia. Contudo, Coutinho afirma que não se deve abandonar a crítica aos limites do movimento social-democrata expressos, sobretudo,

[...] na incapacidade de transformar o significativo processo reformista que desencadeou num efetivo movimento de superação da lógica do capital e de suas mais gritantes contradições (desemprego estrutural, degradação do meio ambiente, fenômeno de apatia e de alienação etc.).⁴²

Carlos Nelson Coutinho indica os possíveis limites do reformismo social democrata em duas manifestações principais, articuladas entre si, um no terreno econômico, outro no terreno político. No plano econômico, o limite do reformismo social-democrata reside no fato de que a ampliação crescente dos direitos sociais é, a longo prazo, incompatível com a lógica de acumulação capitalista. Para romper essa contradição, Coutinho propõe a “radicalização da política de reformas”, definindo que o

[...] objetivo deveria ser a obtenção do consenso político necessário para reformas de novo tipo, efetivamente estruturais, que tenham como objetivo a progressiva construção de uma nova lógica de acumulação e de investimento, não mais concentrada na busca do lucro e na satisfação do consumo puramente privado, mas no crescimento do bem-estar social e dos consumos coletivos.⁴³

⁴¹ COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 43.

⁴² *Ibid.*, p. 43 - 44.

⁴³ *Ibid.*, p. 46.

Como operacionalizar tal perspectiva na sociedade globalizada, com os mercados financeiros e proprietários visando ao lucro a qualquer custo? Podemos observar clara impossibilidade da implementação da “reforma de novo tipo” no mundo concreto.

Ocorre que Coutinho segue desenvolvendo esse raciocínio, afirmando que essas “alterações estruturais” demandariam

[...] modificações no estatuto da propriedade, que levem a um efetivo controle público (não necessariamente estatal) dos setores-chave da economia; não se trata de eliminar o caráter misto da propriedade (expressão do pluralismo no mundo econômico), mas sim de fazer com que o setor público – com controle público – se torne hegemônico, o que implica conceber também a propriedade como um direito social.⁴⁴

Diante de tais considerações observamos que Coutinho não milita pela abolição da propriedade privada e do Estado, logo como pode “radicalizar” com reformas se os pressupostos estruturais do capitalismo são mantidos? E o mercado financeiro globalizado “autorizaria” pôr em prática o “reformismo revolucionário”?

No plano político, para Coutinho, o limite do reformismo social-democrata tem consistido em sua incapacidade de superar uma visão “neutra” e “instrumental” da burocracia estatal.

A proposição de um “reformismo revolucionário”, superando, na concepção de Coutinho, as estratégias históricas da social-democracia, significa que o autor expressa concepções importantes para implementação de tal perspectiva.

⁴⁴ COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 46.

3º e 4º Nódulos – Os temas: cidadania e partido político

Ao enfatizar a cidadania e o partido político, Carlos Nelson Coutinho entende democracia como “sinônimo de soberania popular”, ou seja,

[...] podemos defini-la como presença efetiva de condições sociais e institucionais que possibilitam ao conjunto dos cidadãos a participação ativa na formação do governo e, em consequência, no controle da vida social.⁴⁵

Deriva da “soberania popular” sua concepção de cidadania. A cidadania passa pela reabsorção dos bens sociais pelo conjunto dos cidadãos – o que melhor expressa, portanto, a democracia é precisamente o conceito de cidadania. Como nas próprias palavras de Coutinho:

Cidadania é a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso da democracia efetiva), de se apropriarem dos bens socialmente criados, de utilizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto historicamente determinado.⁴⁶

E cabe ao partido político, de acordo com Coutinho, o objetivo de transformação radical da sociedade, não podendo resignar-se a ser um “museu, ainda que repleto de peças interessantes”. O partido político deve,

[...] ao contrário, ser um organismo vivo, dinâmico, que – por meio de suas diferentes correntes e tendências – tem como objetivo organizar uma vontade coletiva, ou seja, a ação solidária e unitária de um novo bloco histórico efetivamente transformador.⁴⁷

⁴⁵ COUTINHO, C. N. *Contra a corrente*. São Paulo: Cortez, 2000, p. 50.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 50.

⁴⁷ *Ibid.*, p. 20.

Para finalizar, resumindo, Coutinho estrutura o itinerário de sua teoria afirmando a positividade de reformas radicais, via Estado, que levariam progressivamente às mudanças estruturais propostas por Coutinho. Nesse contexto, o partido político deve ter papel fundamental em agregar e potencializar diversas correntes e tendências oriundas das diversas camadas sociais, e, nesse aspecto, não somente os trabalhadores, mas a “sociedade civil”, que agrega também outros setores ditos “progressistas”, a fim de potencializar a “democracia de massas”, afirmando o cidadão no mundo concreto.

Mas algumas perguntas são necessárias. Quais são os limites da teoria de Coutinho? Será que o reformismo pode ser revolucionário? Será possível uma nova ordem com a manutenção do Estado e da propriedade privada?

Essas são algumas perguntas que procuraremos elucidar durante o desenvolvimento desta dissertação.

1.3 A interlocução de Carlos Nelson Coutinho com os intelectuais do Partido Comunista Italiano

Como se pode depreender da análise imanente dos textos de Carlos Nelson Coutinho, Antônio Gramsci e os neogramscianos – intelectuais ligados ao PCI (Partido Comunista Italiano) – constituem a principal fonte sobre a qual Coutinho embasa a construção de uma nova teoria do Estado para, com base nesta teoria, buscar uma “nova estratégia de transição”, em que a democracia política seja o caminho para o socialismo.

Coutinho e outros integrantes dessa “nova corrente”, conhecida como *eurocomunista*, adpta da teoria da democracia como valor universal, como Leandro Konder, Marco Aurélio Nogueira, Werneck Vianna, Armênio Guedes,

dentre outros, naquele momento histórico, após a “anistia consentida”, buscavam reformular a concepção estratégica de luta dentro do PCB. A atuação desse grupo no interior do PCB resultou na derrota do grupo prestista, que já havia sido aliado do Comitê Central no exterior, mas dada a nova composição com o novo secretário geral, Giocondo Dias, asseguraram fatias no interior dessa agremiação de esquerda. Mais adiante, o grupo *eurocomunista*, e com eles Coutinho, acreditou que o PMDB de Ulysses Guimarães se transformaria numa frente de massas que contribuiria para consolidar a transição rumo às instituições democráticas de modo sólido.

Tratava-se, pois, de conferir à democracia uma formulação teórica e prática que se caracterizava pela novidade e pela ruptura com as concepções até então dominantes nas esquerdas. A democracia política era tomada enquanto meio, instrumental, tática, e não como fim último. A luta interna no PCB foi se dando na “guerra de posições”, gradualmente, tomando direções partidárias. A batalha continuaria no PMDB, como uma frente a se converter num partido de massas.

Apenas a título de ilustração uma entrevista de Armênio Guedes, da direção partidária do PCB, nos esclarece essa posição reformista diante da aparição de um partido criado pelos próprios trabalhadores:

O exemplo do PT é óbvio: ele poderia desempenhar um papel importante nessa conjuntura, mas é um partido que tem uma vocação tremenda ao gueto e abomina a idéia de aliança, o que é, ao contrário do que acreditam suas lideranças, a essência da atuação de qualquer partido sério que se pretenda ligado ao movimento operário. O Partido Comunista Italiano, por exemplo, caracteriza-se, exatamente, por buscar os aliados certos nas diferentes conjunturas, visando à consecução dos seus objetivos. O PT persegue, ao contrário, a preservação de sua “pureza”.⁴⁸

⁴⁸ Entrevista com Armênio Guedes. PMDB: as novas tarefas do partido da transição democrática. In: *Presença – Revista de Política e Cultura*, São Paulo: Centro de Pesquisas e Difusão Cultural, n. 09, fev., 1987.

Em lugar de uma revolução violenta, em Gramsci, segundo Coutinho, a transição revolucionária para o socialismo é de caráter “processual e molecular”.

A expansão da hegemonia das classes subalternas implica a conquista progressiva de posições através de um processo gradual de agregação de um novo bloco histórico, que inicialmente altera a correlação de forças na sociedade e termina por impor a emergência de uma nova classe (ou bloco de classes) ao poder do Estado.⁴⁹

Portanto, a transição para o socialismo exige uma “longa marcha através da sociedade civil e do Estado”.⁵⁰

Para Coutinho, os termos reforma e revolução estão interligados, haja vista que nas sociedades capitalistas, e também com forças políticas democráticas,

[...] as reformas são hoje o caminho da revolução e não uma das forças alternativas de luta.⁵¹

O autor considera necessário retomar a contribuição de Bernstein, quanto à formulação de um sentido reformista para a “luta do proletariado”, por mais que reafirme que Bernstein e a social-democracia alemã tenham perdido seu objetivo final na luta pelo socialismo. Podemos constatar que esse debate acerca dos conceitos de reforma e revolução já faziam parte, de longa data, do debate da esquerda europeia. Coutinho traz novamente à cena o mesmo debate, aproximando-se de Bernstein no que diz respeito ao reformismo, por mais que diga que foi além por formular a estratégia de um “reformismo revolucionário”.

Os principais líderes do Partido Comunista Italiano, Palmiro Togliatti, Enrico Berlinguer, Pietro Ingrao, entre outros, desenvolveram as teses das quais Carlos Nelson Coutinho se apropriará para o desenvolvimento de toda sua teoria.

⁴⁹ COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 68 - 69.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 66.

⁵¹ COUTINHO, C. N. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992, p. 17.

Entre elas, está a afirmação de Enrico Berlinguer acerca do “compromisso histórico”. Já em 1972 no XIII Congresso do PCI, Berlinguer havia insistido na necessidade de estabelecer, na Itália, um entendimento mais estreito entre as diversas correntes de pensamento e ação existentes no país. Em setembro e outubro de 1973, nos artigos dedicados aos acontecimentos ocorridos no Chile, o então secretário-geral do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer, usou pela primeira vez a expressão “compromisso histórico”. Com ela queria afirmar e reafirmar a necessidade da busca de entendimento e convergência entre as diversas forças populares e nacionais da Itália, entre elas os comunistas, os socialistas, as massas populares de inspiração católica, entre outras, em torno do desenvolvimento e consolidação da democracia.

A tese do “compromisso histórico”, portanto, desenvolvida por Berlinguer, parte da experiência chilena, em que a unidade entre comunistas e socialistas, naquele país, fruto da ação política, havia levado à vitória eleitoral da Unidade Popular e a eleição de Allende para presidente da República. A iniciativa da “esquerda”, da Democracia Cristã chilena, em retirar a candidatura própria no processo eleitoral para presidente da República e posterior orientação para votação na Unidade Popular foi fator determinante para a eleição de Allende. A crise econômica herdada pelos regimes anteriores, a falta de um plano econômica do governo para equacioná-la, a articulação das forças reacionárias chilenas e estadunidenses para aplicação de um golpe de Estado fizeram por implodir a aliança entre comunistas, socialistas e católicos em torno da estabilidade e manutenção da democracia no Chile. Essa fragmentação possibilitou a implementação do golpe de Estado no governo da Unidade Popular e a morte de Salvador Allende. A “fórmula” do “compromisso histórico” teria por objetivo fundamental a construção de um amplo leque de alianças sociais e políticas, para evitar a repetição do episódio chileno sendo, portanto, “um compromisso necessário, justo e revolucionário”.⁵²

⁵² GRUPPI, Luciano. *El compromiso histórico*. Barcelona: Grijalbo, 1978, p. 11.

Para Luciano Gruppi, trata-se de distinguir entre os diversos tipos de compromisso. Há um compromisso que afeta a autonomia política e as idéias da classe trabalhadora, convertendo-a em subalterna da hegemonia burguesa. “*Ése há de rechazarse*”. O “compromisso histórico”, na realidade, consiste no compromisso que permite aos trabalhadores, com plena autonomia, realizar alianças, orientar-se a seu favor, convergindo movimentos distintos para o objetivo da busca de progresso político e social. Luciano Gruppi sintetiza tal conceituação afirmando que,

[...] el acuerdo, pues –y también los compromisos sobre los que éste se construye– entre las grandes fuerzas nacionales de los comunistas, los socialistas y las masas populares católicas tiene hoy en Itália un valor revolucionário porque sirve para aislar la injerencia imperialista, los trusts internacionales, lãs fuerzas reacionárias y conservadoras.⁵³

Quando Gruppi faz menção ao movimento católico, vislumbra a ala progressista da Democracia Cristã e todas as demais forças católicas, como os sindicatos de inspiração católica, as associações, etc. O foco central deve ser um governo de cooperação entre todas as forças democráticas e populares, em torno de amplas alianças.

Sin embargo, llegados aquí es preciso mirar hacia atrás para considerar algunas constantes de la política del Partido Comunista Italiano. Es evidente, por otra parte, que ninguna política se deja encerrar em una fórmula, y que la política del Partido Comunista Italiano no puede, desde luego, encerrarse en el “compromisso histórico”, aunque éste indique uno de sus elementos esenciales, un elemento característico de lo que, con definición más general, llamamos “via italiana al socialismo”. La propia vía italiana al socialismo há de verse, por lo demás, em sus articulaciones concretas.⁵⁴

⁵³ GRUPPI, Luciano. *El compromiso histórico*. Barcelona: Grijalbo, 1978, p. 12.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 16 - 17.

Gruppi afirma que para consubstanciar os pressupostos da “via italiana” deve-se remontar, ainda que brevemente, à guerra de libertação nacional contra o nazismo e o fascismo, não tendendo ao retorno da democracia pré-fascista, mas sim estabelecendo uma democracia com nova forma, “progressista”, “capaz de arrancar las raíces económicas y sociales del facismo, a través de las reformas necesarias y confiando cada vez más a los trabajadores la dirección del Estado”.⁵⁵ Nota-se que com a afirmação de Luciano Gruppi não há perspectiva de eliminação do Estado, mas sim reformas do respectivo, contrariando os pressupostos de Marx.

Para Luciano Gruppi, a luta de libertação contra o nazismo e fascismo tomava contornos de um processo revolucionário, sendo uma via para o socialismo, que não repetiam as formas das revoluções proletárias do passado, porque o antifascismo, na concepção do autor, se convertia em um elemento constitutivo do processo revolucionário, pois este oferecia uma plataforma unitária a uma pluralidade de forças sociais e estabelecia um nexos mais estreito entre democracia, liberdades políticas e socialismo. No curso desse processo, a classe operária encontrava forças e vislumbrava seu objetivo socialista, “elevándose al papel de intérprete de los intereses nacionales, de los intereses de capas sociales muy amplias, sobre la base de grandes objetivos como la independencia nacional y la democracia”.⁵⁶

Em continuidade ao desenvolvimento das teses denominadas de “via italiana para o socialismo”, na obra *Socialismo e democracia*, traduzida por Coutinho, publicada em 1980, Palmiro Togliatti aponta o caminho a ser seguido pelo Partido Comunista, pois,

[...] se uma intensa atividade ideológica foi sempre necessária a um partido comunista, ela é indispensável no presente momento, dado o ponto de desenvolvimento em que se encontra o movimento

⁵⁵ GRUPPI, Luciano. *El compromiso histórico*. Barcelona: Grijalbo, 1978, p. 17.

⁵⁶ *Ibid.*, p. 20.

operário não apenas em nosso país, mas também internacionalmente, e dado o ponto de desenvolvimento em que se encontra o próprio marxismo. O marxismo – como vocês leram em todos os lugares – não é um dogma, um catecismo, mas um guia para a ação. Pois bem: a ação da classe operária chegou hoje a um ponto tal que, para desenvolver-se, tem de seguir caminhos novos, jamais percorridos no passado. Traçar esses caminhos, prever o modo como podem evoluir e percorrê-los com passo seguro: essa é a tarefa a ser hoje cumprida pelos dirigentes de um partido operário marxista. Não é possível repetir as colocações e as formulas do passado; é necessário saber criar algo novo através de uma ação política e organizadora, adequada às condições nacionais e internacionais nas quais se desenvolve em todo o mundo a luta pela democracia e pelo socialismo.⁵⁷

E, afirmando este novo posicionamento, Togliatti revela que a sua preocupação reside em romper também com os paradigmas estratégicos do passado, pois,

[...] a experiência internacional nos diz que, nas condições atuais da luta de classes em todo o mundo, a classe operária e as massas trabalhadoras de vanguarda podem encontrar, para chegarem ao socialismo – ou seja, para desenvolverem a democracia até o limite extremo, que é precisamente o socialismo, – caminhos novos, diferentes, por exemplo, dos caminhos seguidos pela classe operária e pelos trabalhadores da União Soviética.⁵⁸

Tendo em vista as vias particulares de transição ao socialismo “vemos que em cada país, de acordo com a diferença de desenvolvimento do capitalismo, de acordo com as tradições e as características nacionais, e de acordo também com a posição ocupada por este país no curso da grande guerra mundial, o caminho para a democracia assume formas particulares”.⁵⁹ Mas se pensarmos nas particularidades, implicaremos de certa maneira numa confrontação de idéias com os conceitos gramscianos de “sociedade oriental” e “sociedade ocidental”, pois, de

⁵⁷ TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Ilha, 1980, p. 65.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 65.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 66.

alguma maneira, Gramsci generaliza a particularidade de cada país ressaltada anteriormente.

Mas se isso é verdade – e creio que é verdade – deriva daqui que nossa tarefa é adquirir a capacidade ideológica, política e de organização que nos permita encontrar nosso caminho, o caminho italiano, o caminho ditado pelas particularidades, tradições e contradições de nosso país, o caminho de desenvolvimento da democracia e da luta pela realização das reformas democráticas mais avançadas e pelo socialismo.⁶⁰

E, acreditando nesse processo de criação de um “compromisso histórico”, de um bloco que reúna os mais diversos setores progressistas da nação italiana, Togliatti considera que:

[...] temos de restabelecer a verdade, aprender como a história de nosso país é história da luta de classes, e indicar – através dessas lutas – o esforço democrático das forças progressistas, avançadas, primeiro da burguesia, depois dos camponeses, dos operários, etc., para tentar democratizar a Itália.⁶¹

Togliatti, que escrevera esses artigos no período de 1944 a 1964, afirmou que nos encontrávamos diante de uma grande “virada”, tanto o movimento internacional dos trabalhadores quanto o movimento operário e o movimento popular em geral na orientação no sentido do socialismo.

A maior contribuição para determinar o que é essa virada foi dada pelo XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Esse Congresso partiu – e efetivamente é preciso partir – de algumas constatações. Em primeiro lugar, da constatação de que se criou no mundo um sistema de Estados Socialistas[...], e um amplo sistema de Estados Socialistas. [...] Ao mesmo tempo, deve-se constatar o colapso do colonialismo como sistema de domínio do mundo por uma pequena minoria de Estados

⁶⁰ TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Ilha, 1980, p. 66.

⁶¹ *Ibid.*, p. 67.

imperialistas. Mais ainda: Em consequência desses dois fatos, encontramos-nos diante da presença de uma modificação das estruturas objetivas do mundo inteiro; e é em consequência dessa modificação das estruturas objetivas que assistimos a profundas modificações, algumas já realizadas, outras ainda em curso, nas orientações ideológicas e práticas do homem.⁶²

As ilusões democratistas e a incompreensão do desenvolvimento contraditório das sociedades pós-revolucionárias levam a que o dirigente italiano do PCI afirme confiante:

O socialismo – e essa é a grande novidade – apresenta-se aos homens como uma imponente força real de desenvolvimento, que avança, que tende a ampliar cada vez mais a esfera de seu domínio. As forças produtivas estão em desenvolvimento tanto no mundo capitalista quanto nos países socialistas. Nos países socialistas, porém, o desenvolvimento das forças produtivas não entra em contradição, mas se harmoniza, com as formas de organização da vida econômica.⁶³

Tendo em vista a conjuntura que já foi descrita unida à esperança iniciada em 1917, que de certo modo impulsionou a classe operária a um desenvolvimento no que diz respeito a esses “novos desafios” a serem enfrentados, bem como a consolidação de outros países com regime socialista, portanto “disso resulta a afirmação de que o método democrático, na luta pelo socialismo e no avanço para ele, adquire hoje uma importância que nem sempre pôde ter no passado. Ou seja: é possível obter determinados e grandes resultados na marcha para o socialismo sem abandonar esse método democrático, seguindo caminhos diversos” – e aqui criticando a concepção golpista da esquerda – “dos que já foram trilhados e eram quase obrigatórios no passado, evitando as rupturas e os ásperos contrastes que foram então necessários”.⁶⁴

⁶² TOGLIATTI, P. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Editora Ilha, 1980, p. 133.

⁶³ *Ibid.*, p. 134.

⁶⁴ *Ibid.*, p. 134.

Se, como vimos, essas posições serão ultrapassadas pela realidade histórica – é bom recordar que Togliatti falece no ano de 1964, – outra posição *eurocomunista* será apreciada por Coutinho, na figura de um continuador: Pietro Ingrao. Em entrevista dada a Romano Ledda, em outubro de 1978, *Crise e terceira via*, obra publicada pela Editora de Ciências Humanas, em 1981, com tradução de Carlos Nelson Coutinho, o comunista Pietro Ingrao dando continuidade à busca de um “método democrático” na luta pelo socialismo, apontava para o risco do isolamento – após as experiências negativas da via chilena, – sugerindo,

[...] para as organizações de classe, a exigência de não se fecharem em si mesmas, de trabalharem para envolver numa comum experiência coletiva também forças organizadas no plano corporativo. Por isso, não creio numa política de contraposição frontal, nem tampouco num puro apelo moralista à ‘disciplina’. Mais do que nunca, o que conta é a capacidade concreta de agregar ou reunificar as massas em torno de um projeto de conjunto e de uma perspectiva internacional.⁶⁵

Como se pode constatar, o objetivo dessa tendência política é a consolidação de um bloco social visando ao constante aprimoramento democrático da sociedade.

Com a denúncia dos crimes cometidos por Stalin no XX Congresso do PCUS, em 1956, que, de certa maneira deixou momentaneamente as massas trabalhadoras e grupos de intelectuais sem um caminho a ser seguido, desenvolveu-se também uma nova investigação estratégica iniciada na Itália. Segundo Pietro Ingrao,

o Eurocomunismo tem aí uma de suas raízes mais profundas, de onde viria depois a crescer. E o eurocomunismo, a meu ver, trabalha sobre a seguinte hipótese: um processo democrático que muda o

⁶⁵ INGRAO, P. *Crise e terceira via*. Entrevista com Romano Ledda. São Paulo: LECH, 1981, p. 33.

Estado, um desenvolvimento da democracia que rompe o cupulismo e o isolamento do Estado.⁶⁶

Ingrao deixa clara a concepção a ser orquestrada no caminho para o socialismo e aponta para a “compreensão de nossa estratégia das reformas de estrutura enquanto combinação de iniciativa de massa a partir de baixo e de renovação simultânea das instituições”.⁶⁷ Os partidos políticos são “pontes entre sociedade e Estado”, e “[...] o correto funcionamento dessas pontes é essencial para que se tenha uma eficiência democrática”.⁶⁸

Por ocasião do centenário da morte de Marx, em 1983, na coletânea *Por Que Marx?*, Carlos Nelson Coutinho, no ensaio intitulado “Sobre a questão democrática em Marx e em alguns marxistas”, pretende demonstrar os avanços que o marxismo teve enquanto renovação para se pensar o caráter e o valor que a democracia política tem assumido nas lutas por transformações sociais em nosso tempo. Considerando que esse vínculo entre democracia e socialismo não se restringe apenas ao campo do marxismo, Coutinho se apropria das concepções de Palmiro Togliatti, formuladas em 1956, segundo as quais

[...] a aspiração a uma sociedade socialista não só pode abrir caminho em homens que têm uma fé religiosa, mas essa aspiração pode encontrar um estímulo na própria fé religiosa, quando colocada diante dos dramáticos problemas do mundo contemporâneo.⁶⁹

Para comprovar a afirmação de Togliatti, Coutinho utiliza-se de uma idéia de que o próprio mundo católico vem estruturando uma nova maneira de pensar o problema da luta pela democracia e pelo socialismo tendo como exemplo as investigações ligadas à Teologia da Libertação. Como se sabe, o PCI de Togliatti

⁶⁶ INGRAO, P. *Crise e terceira via*. Entrevista com Romano Ledda. São Paulo: LECH, 1981, p. 65.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 66.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 67.

⁶⁹ TOGLIATTI *apud* COUTINHO, 1983, p. 64.

visava a uma composição com a Democracia Cristã italiana, daí a tática inferida nessa aproximação com fins nitidamente políticos.

Além da Teologia da Libertação, são inúmeros os movimentos sociais específicos: das mulheres, dos jovens, das minorias em geral, que, – de certo modo, articulados em razão de carências concretas e motivações culturais e ideológicas – colocam em questão a necessidade de serem realizadas reformas na sociedade de ser pensada a questão da liberdade. Esses múltiplos e diferentes sujeitos sociais, políticos e ideológicos dinamizam a formação de uma “sociedade civil” viva e reflexiva.

Em razão do ao crescimento dos múltiplos agentes sociais, Coutinho enfatiza a necessidade da busca do desenvolvimento e expansão da democracia representativa, em “defesa de uma vida cultural aberta e pluralista”.

Marx, desde os seus primeiros trabalhos, explicou o processo material da vida capitalista; o mecanismo básico do capitalismo; o crescimento da socialização do trabalho; a socialização das forças produtivas, apontando também o caráter contraditório da dinâmica do modo de produção capitalista em que a apropriação é individual ou privada dos frutos desse trabalho social. Todavia, segundo Coutinho, Marx pouco refletiu sobre a participação das massas na vida política. Segundo ele,

Um outro aspecto da dinâmica capitalista – organicamente relacionado a esse – nem sempre, porém, foi percebido com igual intensidade: refiro-me ao que poderia ser chamado de socialização da política, ou seja, a crescente participação das massas na vida política.⁷⁰

A história do capitalismo, se observada de determinado ângulo, é “a história dessa crescente ampliação do número de pessoas, direta ou indiretamente envolvidas em atividades políticas”. E surge outra contradição, a socialização da

⁷⁰ COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 66.

participação política e a apropriação privada ou individual (ou “grupista”) dos aparelhos de poder. Coutinho utiliza-se da terminologia “jovem Marx”, que bem o sabemos é um corte problemático nas interpretações da filosofia marxiana e, com isso, aponta a idéia de que na democracia plenamente realizada desapareceria a “alienação política”:

O Estado democrático seria a expressão do homem socializado.⁷¹

Mais ainda: “A democracia – diz Marx – é o enigma resolvido de todas as constituições [...] A Constituição aparece como o que é; como livre produto do homem... A democracia é a essência de toda constituição política”.⁷² Coutinho conclui com essa breve passagem afirmando que,

[...] ao proclamar a soberania popular, a igualdade de todos na formação das leis etc., a democracia liberal proclama de certo modo – em princípio – a socialização da política e do poder. Todos são cidadãos: e isso quer dizer que todos podem participar na formação do poder.⁷³

A crítica desenvolvida por Marx mostrou sempre o caráter puramente formal dessa igualdade proclamada nas leis, sendo limitada e até mesmo anulada no plano econômico. Essa crítica de princípio aos limites de toda democracia puramente formal conserva sua plena validade. “Mas há ainda outro aspecto que deve ser levado em conta: é que essa universalização (ou socialização) da política era formal também a nível político”.⁷⁴ Tomando como referência as experiências européias do século XIX, da democracia, em que o executivo se subordina ao parlamento, assumindo uma espécie de “soviete dos proprietários”, pois o voto era censitário, na medida em que os vários agentes sociais vão se posicionando,

⁷¹ COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 66.

⁷² MARX *apud* COUTINHO, 1983, p. 66.

⁷³ COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 66.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 66.

lutando por seus interesses, vai se “tornando realidade a universalização da política”.

Coutinho recorda neste texto a seguir que a Lei Le Chapelier de 1791 restringia a associação dos trabalhadores e a formação de organizações sindicais. Nesse sentido, demonstra o formalismo jurídico que caracterizava a política liberal dessa época, no entanto, devido aos múltiplos agentes sociais que surgem na sociedade burguesa contemporânea,

[...] já não existem mais, de um lado, indivíduos atomizados, puramente privados, lutando por seus interesses econômicos imediatos; e, de outro, o Estado como único representante dos interesses ditos “públicos”. Surge uma complexa rede de organizações coletivas, de sujeitos políticos coletivos. O pluralismo deixa de ser um pluralismo de indivíduos atomizados para tornar-se cada vez mais um pluralismo de organismos de massa. Com isso, a esfera política se amplia além do âmbito do Estado em sentido estrito, ou seja, o das burocracias ligadas aos aparelhos executivos e repressivos.⁷⁵

Segue analisando Coutinho: “Ao lado do Estado, surge o que Gramsci chamou de “sociedade civil”, ou seja, o conjunto dos “aparelhos privados de hegemonia”; desse modo, o filósofo italiano “amplia” a teoria do Estado que herdara de Marx e Lênin, nela incluindo a esfera da hegemonia e do consenso (cujo portador material é a “sociedade civil”), precisamente para dar conta dos novos fenômenos que a ampliação da democracia introduz na vida social”.⁷⁶

Para Coutinho, a socialização da política – a democracia se aprofundando como resultado das lutas dos trabalhadores – coloca-se de maneira potencialmente oposta ao capitalismo. Segundo ele,

⁷⁵ COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 68.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 68.

Lênin disse, certa feita, que o capitalismo cria as premissas para que todos participem do poder; mas que, se todos efetivamente participassem, o capitalismo não poderia subsistir.⁷⁷

Há uma contradição inerente a esse processo de socialização da política e a apropriação privada ou grupista do poder. Portanto,

[...] se o liberalismo de participação restrita foi, em dado momento, a forma adequada da dominação burguesa, a democracia de massas que se vai construindo a partir das lutas populares é, a longo prazo, incompatível com a perpetuação do capitalismo.⁷⁸

Por essa razão, a democracia se vai alargando num *continuum*, configurando um novo quadro para a atuação dos trabalhadores, uma vez que “a compreensão desse valor novo – revolucionário e anticapitalista – da ampliação da democracia impõe alterações estratégicas de luta da classe operária e das massas trabalhadoras”.⁷⁹ Daí resulta a superação da atitude conspirativa, imediatista e golpista da revolução. Mais uma vez, apoiando-se em Gramsci assegura:

Gramsci assume, em conseqüência, uma posição nitidamente antiblanquista, antigolpista: a estratégia do proletariado deve se basear numa “guerra de posições”, na conquista do máximo de posições no interior da sociedade civil, já que só com o consenso da maioria – com hegemonia – é possível empreender transformações sociais em profundidade. Com isso, Gramsci me parece ter colocado com rigor teórico os fundamentos de uma teoria da transição democrática ao socialismo; uma teoria que leva em conta o ‘desafio democrático’ enfrentado pelo movimento operário e pelo pensamento marxista.⁸⁰

⁷⁷ COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 68.

⁷⁸ *Ibid.*, p. 69.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 69.

⁸⁰ *Ibid.*, p. 77.

Coutinho direciona seu pensamento, ancorado nas reflexões “gramscianas” dos intelectuais do PCI, como a resposta mais lúcida ao pensamento marxista contemporâneo sobre a questão democrática desenvolvendo o conceito de *democracia progressiva*, elaborado por Togliatti, e o de *democracia de massas*, de Pietro Ingrao. Em seus próprios termos:

O conceito togliattiano de “democracia progressiva” concretiza a teoria gramsciana de guerra de posições, da necessária luta prévia pela hegemonia e pelo consenso nas formações sociais onde existia uma sociedade civil poderosa e complexa: trata-se de um regime democrático que – combinado as instituições representativas tradicionais com novos organismos de democracia direta – orienta-se gradualmente no sentido de hegemonia das massas trabalhadoras, da superação do capitalismo mediante profundas reformas de estrutura. Concebida como um regime que avança, a democracia aparece em Togliatti – e nos documentos do Partido Comunista Italiano – como um momento ineliminável da luta pelo socialismo e da própria sociedade socialista.⁸¹

Um exame mais acurado das concepções de Gramsci certamente desembocaria nas concepções do partido revolucionário e da ditadura do proletariado, porém, na versão de Coutinho

[...] o conceito de “democracia de massas”, com o qual Ingrao leva adiante as formulações de Gramsci e Togliatti, parte da idéia de que, com a “socialização da política”, com a gestação de uma rede de organismos de massa cada vez mais difusa e complexa, criou-se não apenas em novo terreno para a luta pelo socialismo, como também já se esboçaram – no seio do próprio capitalismo – certas formas estatais da futura democracia socialista. O conceito de hegemonia, de origem gramsciana, ganha uma dimensão mais concreta ao se articular com o pluralismo: “Falamos hoje – diz Ingrao – de hegemonia e pluralismo. Eu diria mais precisamente: hegemonia da classe operária no pluralismo. É a fórmula que não se limita a indicar a direção da classe operária baseada no consenso; é

⁸¹ COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 78.

uma fórmula que já alude a uma precisa forma política e estatal do consenso”.⁸²

Recusando o dogmatismo stalinista, o jovem marxista vê a saída na *terceira via* aberta pelo comunismo italiano, que pretendia superar tanto o stalinismo como a ditadura bolchevista. Daí o seu empenho em divulgar o pensamento italiano, centrado basicamente em Antônio Gramsci, mas faz conhecer também o pensamento de Palmiro Togliatti, do secretário-geral do PCI, Enrico Berlinguer, e dos intelectuais Luciano Gruppi, Pietro Ingrao, etc.

Diante do que foi exposto até o presente momento, verificamos a principal fonte teórica de Carlos Nelson Coutinho na elaboração de seus escritos, além da discussão da Segunda Internacional Comunista – que será apreciada posteriormente nesta dissertação – para desenvolvermos no próximo item deste estudo a análise imanente da “Teoria da democracia como valor universal” de Coutinho.

1.4 O ensaio “A democracia como valor universal” de Carlos Nelson Coutinho

Para que possamos situar melhor a problemática que nos dispomos a trabalhar, faz-se necessário traçarmos brevemente as idéias e discussões realizadas no interior da *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, em que Coutinho publica, pela primeira vez, o ensaio “A democracia como valor universal”, no volume nº 9 da *Encontros*, em março de 1979.

⁸² COUTINHO, C. N. Sobre a questão democrática em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983, p. 78.

A *Encontros* nasce com o objetivo de fomentar e debater os rumos da sociedade brasileira, reconhecendo que, embora restem ainda sobre a vida nacional cargas de arbitrariedade e violência,

[...] torna-se cada vez mais forte o amplo movimento de opinião pública que, lutando em todas as áreas pelas liberdades democráticas, vem conquistando aberturas que já permitem ampliar o ostensivo debate de idéias, essencial ao progresso cultural do País.⁸³

A *Revista* convoca a sociedade brasileira para debater sobre as perspectivas de construção de uma sociedade livre e democrática, entendendo que “é dever de todos os intelectuais intensificar sua participação nesse esforço, e, sobretudo, colaborar para que ele valha também como base para a edificação de valores individuais e coletivos que, filosoficamente, se ofereçam como pontos de apoio de estruturas sociais mais justas e humanas”.⁸⁴

Com o propósito, em suma, que leitores, escritores e colaboradores, juntos, possam auxiliar a sociedade brasileira a “romper as trevas culturais que ainda a cobre e o muro de preconceito que a cerca”, pois na análise do escritor Ênio Silveira, diretor responsável pela *Revista*, sem esse salto, nosso país dificilmente cumprirá seu “destino histórico de nação independente e democrática”.

Tendo em vista o debate que visa a construção de uma sociedade livre e democrática, a *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, composta em seu conselho consultivo de intelectuais importantes como, por exemplo, Fernando Henrique Cardoso, Antonio Candido de Mello e Souza, Carlos Nelson Coutinho, Darcy Ribeiro, Leandro Konder, Octavio Ianni, entre outros, a multiplicidade de idéias e correntes ideológicas no interior desse debate travado na *Encontros* caracteriza a fonte como importante documento, visto que as discussões

⁸³ SILVEIRA, Ênio. *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 1, 1978, p. 07.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 07.

perpassam pólos essenciais às perspectivas vislumbradas pela *Revista*, assim como a arte, política, economia, entre outros.

Com o propósito de situar o ensaio de Carlos Nelson Coutinho e sua publicação no volume de nº 9 da *Encontros com a Civilização Brasileira*, podemos ilustrar o ingresso das idéias do eurocomunismo na *Revista*, pois a partir, basicamente, já do volume de nº 04, no item “Dossier sobre o Eurocomunismo”, Eric Hobsbawm em entrevista datada de 25 de março de 1977 lança as primeiras discussões sobre o que seria eurocomunismo:

[...] parece-me que se entende por “eurocomunismo” duas coisas, uma mais restrita e uma mais geral. A mais restrita – e a mais superficial – diz que os países da Europa, os membros, por exemplo, da Comunidade Econômica Européia, têm em comum certos problemas, ao contrário do que ocorria antigamente. A mais geral diz respeito à análise a longo prazo dos países que têm uma estrutura burguesa desenvolvida, análise que exige a elaboração de estratégias políticas, econômicas, sociais, culturais, institucionais, etc.⁸⁵

Hobsbawm, apesar de não desdobrar tal problemática analítica neste texto, indica indícios de uma base de discussão centrada basicamente nos desdobramentos de estratégias políticas como foco central, e, como veremos, tal afirmação poderá ser constatada no decorrer desta dissertação.

Para que possamos ter uma amplitude ainda maior do debate sobre o eurocomunismo – que potencializará e concretizará a publicação do ensaio de Coutinho, que é o foco de nosso trabalho – o artigo do representante do Partido Socialista Popular Dinamarquês, no secretariado do grupo comunista da Assembléia Européia, publicado no *Information* (Copenhague), em 24 de agosto de 1977, aponta para a discussão de que “[...] o eurocomunismo é o grande assunto do debate atual, mas esse debate se realiza entre outras coisas, sobre a

⁸⁵ HOBBSAWM, E. O Eurocomunismo e a Longa Transição Capitalista. In: *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 4, 1978, p. 226.

questão de se saber se este eurocomunismo existe realmente”.⁸⁶ O calor do debate é fortíssimo, visto que para o chefe do Partido Comunista Português Álvaro Cunha, “[...] não existe eurocomunismo, assim como não existe comunismo mediterrâneo”.⁸⁷ Em outro canal de comunicação, o jornal alemão *Die Welt* escreve que “[...] o eurocomunismo é uma das criações mais bem sucedidas no domínio da ficção política, mas não tem conteúdo real”.⁸⁸

A isso é conveniente acrescentar que, mesmo quando se reconhece certa realidade a esse “fenômeno”, discute-se, sobretudo, seu conteúdo. O secretário do Partido Comunista Búlgaro, Todov Jivkov, declara que “[...] o eurocomunismo é uma nova forma de anti-sovietismo” e ‘uma traição ao socialismo’.⁸⁹ Seguindo na contramão de tal opinião, temos a defesa feita pelo secretário do Partido Comunista Húngaro, Janos Kadar, que declara: “O eurocomunismo é uma via que pode conduzir à realização do socialismo na Europa Ocidental”.⁹⁰

Enrico Berlinguer, secretário-geral do PCI, deu sua resposta com relação à existência do eurocomunismo, dizendo em setembro de 1977 que cabe aos partidos comunistas da Europa Ocidental a tarefa de “[...] realizar o socialismo nos pontos altos do capitalismo, de fazer a ‘revolução no Ocidente’, demonstrando que o socialismo pode e deve estar indissolúvelmente ligado a todas as liberdades civis, culturais e religiosas”.⁹¹ Para o então secretário geral do Partido Comunista Italiano realizar o socialismo, partindo das premissas eurocomunistas significa formular e consolidar um “compromisso histórico” em torno da democracia política para que as múltiplas forças sociais progressistas firmem um pacto em prol do desenvolvimento e aprofundamento da democracia institucional, promovendo reformas estruturais e gradativas que levariam a sociedade ao socialismo.

⁸⁶ LARSEN, N. O Eurocomunismo e sete preceitos. In: *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 4, 1978, p. 238.

⁸⁷ CUNHA *apud* LARSEN, 1978, p. 238.

⁸⁸ Jornal alemão *Die Welt apud* LARSEN, 1978, p. 238.

⁸⁹ JIVKOV *apud* LARSEN, 1978, p. 238.

⁹⁰ KADAR *apud* LARSEN, 1978, p. 238.

⁹¹ BERLINGUER *apud* RADICE, 1979, p. 15.

Em meio a essas considerações está o ensaio de Coutinho denominado “*A democracia como valor universal*”, considerado por muitos como polêmico, e politicista.

Dessa forma, a teoria da democracia como valor universal tem o objetivo, segundo o autor, de retomar o debate sobre o vínculo entre democracia e socialismo, avaliando a importância da democracia na luta pela “renovação política, econômica e cultural da sociedade brasileira”.

Coutinho esboça seu posicionamento em relação à concepção teórica formulada pelo Partido Comunista Italiano, mais precisamente do “eurocomunismo”, cuja concepção foi sintetizada em 1977 pelo dirigente do PCI Enrico Berlinguer, no 60º aniversário da Revolução de Outubro:

A democracia é hoje não apenas o terreno no qual o adversário de classe é obrigado a retroceder, mas é também o valor historicamente universal sobre o qual fundar uma original sociedade socialista.⁹²

O autor nos mostra ainda a preocupação com a questão democrática no pensamento brasileiro, anterior às formulações do PCI, citando como exemplo o apontamento de Leandro Konder de se pensar “a questão democrática pós 1958 com um outro tratamento, progressivamente liberta de instrumentalismos, dentro do Partido Comunista Brasileiro”.⁹³ Esse novo tratamento da questão democrática teve como ponto mais alto a dura crítica realizada em 1967, no VI Congresso do PCB, feita à concepção instrumental golpista do processo de transformação social. Mas, já em 1961, o então secretário geral Luiz Carlos Prestes dizia:

⁹² BERLINGUER *apud* COUTINHO, 1980, p. 20. Enrico Berlinguer assume a direção do PCI em 1972. Filho de um socialista, Berlinguer se junta aos comunistas em 1943. No ano seguinte, passa três meses preso por participar de manifestação antifascista. Elege-se secretário-geral em 1972. No final dos anos 70 e início dos 80, faz críticas ao regime soviético e promove o eurocomunismo. Morre em 1984.

⁹³ KONDER *apud* COUTINHO, 1980, p.14.

Os comunistas brasileiros reafirmam ainda uma vez que não são contra o regime democrático. Ao contrário, lutam pela democracia e são favoráveis à pluralidade dos partidos, que exprime os diversos interesses e tendências do povo brasileiro. Reconhecem os comunistas que o povo brasileiro é herdeiro de um rico patrimônio de tradições liberais. Essas tradições são valores que os comunistas querem enriquecidos para todo o povo e não apenas para as camadas mais afortunadas, como, de fato, tem ocorrido em nossa história.⁹⁴

Coutinho se predispõe a não formular termos puramente abstratos e teóricos, e sim a mostrar e analisar aspectos decisivos da realidade brasileira e as razões do porquê de optar pelo caminho democrático para chegarmos ao socialismo apontando que,

[...] a renovação democrática do conjunto da vida brasileira é o único caminho para erradicar definitivamente os vícios autoritários e elitistas que sempre caracterizam e continuam a caracterizar nossa sociedade; a renovação democrática aparece assim como alternativa à “via prussiana” de transformação social seguida por nosso país que marcou – com seu selo profundamente antidemocrático e antipopular – as várias esferas do ser social brasileiro.⁹⁵

E, analisando seu presente, busca ainda mostrar que o ingresso do Brasil no sistema capitalista monopolista de Estado levou a nossa sociedade a uma modernização que tornou mais complexa a nossa estrutura social e política. Acentuando-se, portanto, o caráter pluralista da sociedade civil brasileira impõe-se,

[...] o completo abandono de qualquer veleidade golpista, com a conseqüente compreensão do valor estratégico da democracia política na luta pela transformação socialista no Brasil.⁹⁶

⁹⁴ PRESTES *apud* COUTINHO, 1980, p. 14.

⁹⁵ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 14 - 15.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 15.

Esse caminho traçado por Carlos Nelson Coutinho deverá ser “democrático no preciso sentido de que somente com a *conquista, conservação e aprofundamento* da democracia política será possível agregar o bloco social necessário para empreender – sem o risco de retrocessos autoritários – as transformações estruturais que levarão progressivamente o Brasil ao socialismo”.⁹⁷ Em decorrência do grau de complexidade já atingido pela sociedade brasileira, o socialismo que melhor parece atender à realidade social nacional, visando à participação e o consenso das camadas populares “é *um socialismo fundado na democracia política*”.⁹⁸

O ensaio “A democracia como valor universal” é dividido em três partes, mas o autor inicia a discussão propriamente dita no primeiro tópico dessa divisão, chamando a primeira parte de “premissa”. Coutinho assinala que a discussão da questão do vínculo entre democracia e socialismo esteve presente desde o início do processo de constituição do pensamento marxiano, e que, por muitas vezes, a discussão se deu em meio a inúmeras controvérsias. Aponta que Marx antes mesmo de formular sua crítica da economia política, já havia “esboçado” os pressupostos de uma crítica da política, e que Engels já se preocupara com a questão da conquista do sufrágio universal no meio operário. Em meio às controvérsias podemos observar que as questões que referendam a democracia, logo após a morte de Engels, os “ortodoxos” limitam-se a buscar dogmaticamente a aplicação de fórmulas prontas que, como observa, são “incapazes” de dar conta da realidade social do movimento operário, e os “revisionistas”, entre eles os pensadores Bernstein e Kautsky aproximam o pensamento marxiano do liberalismo. Portanto, surge um importante debate no interior da esquerda mundial após a Revolução de Outubro entre Rosa Luxemburgo, Lênin e Trotski.

⁹⁷ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 15.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 15.

Posteriormente o *taticismo stalinista*⁹⁹, e seu método de transposição de sua teoria contra-revolucionária para o Ocidente, conduz os operários a inúmeras derrotas trágicas. No mesmo momento ainda, nos cárceres do fascista Mussolini, surge Antônio Gramsci, pensando as diferenças estruturais da constituição socio-econômica do Ocidente e do Oriente “refundando a teoria marxista” e colocando a questão democrática no centro da transição. E, ainda dentro desse espaço temporal italiano, periodizado por Coutinho e com a finalidade de afirmar a processualidade da discussão no período, com Antônio Gramsci¹⁰⁰, Palmiro Togliatti¹⁰¹, Enrico Berlinguer e outros membros do Partido Comunista Italiano, é que o “eurocomunismo” começa a dar os primeiros passos, proclamando o “valor universal da democracia”.

Coutinho aponta que “precisamente por ser universal, o valor da democracia não se limita a áreas geográficas”¹⁰², e uma grande prova disso é o debate polêmico surgido no interior das “forças progressistas brasileiras” e da própria esquerda nacional acerca da luta pela democracia em nosso país. Portanto, nos assinala que nenhum meio ou corrente de pensamento

⁹⁹ Em sua “Carta sobre o Estalinismo” (Lisboa: Seara Nova, 1978), Lukács caracteriza de modo correto o significado do taticismo estalinista: “começo por uma questão de método, aparentemente muito abstrata: a tendência estalinista é sempre a de abolir, quanto possível, todas as mediações, e a de instituir uma conexão imediata entre os factos mais crus e as posições teóricas mais gerais. Precisamente aqui, aparece claramente o contraste entre Lenine e Estaline. Lenine distinguia com clareza entre a teoria, a estratégia e a tática, estudando-as sempre com o maior cuidado e levando em conta todas as mediações existentes entre elas e que freqüentemente as relacionam de modo contraditório. [...] A grande autoridade do marxismo, no tempo de Lenine, baseava-se no facto de que a unidade dialéctica de fundamentação teórica, estabilidade de princípios e elasticidade táctica era percebida por todos. A nova ‘metodologia’ de Estaline fez com amplos círculos, nem sempre *a priori* hostis ao marxismo, passassem a não ver nas afirmações teóricas de Estaline senão justificações amiúde sofisticadas e em muitos casos pseudoteóricas, de medidas puramente tácticas e de validade bastante contingente. Estaline vinha de encontro assim aos anseios teóricos de muitos pensadores burgueses para os quais o marxismo seria apenas uma ‘ideologia’ política, como qualquer outra”. (p. 22,23 e 26).

¹⁰⁰ Junta-se ao Partido Socialista em 1914. Fundador do PCI, em 1921. Em abril de 1924, torna-se presidente do PCI e é eleito deputado. Dois anos mais tarde é preso pelo governo fascista. Durante os onze anos na prisão, escreve “Cartas do Cárcere” (publicado postumamente). Libertado devido a problemas de saúde, morre em hospital de Roma em 1937.

¹⁰¹ Também fundador do PCI, assume, no exílio, o comando do partido após a prisão de Gramsci, em 1926. Em 1944, participa do governo como ministro sem pasta do gabinete liderado pelo premiê Pietro Badoglio. Dois anos mais tarde torna-se vice-premiê de Alcide de Gasperi. Morre em 1964.

¹⁰² COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 20.

“responsável” duvida da importância da busca da edificação das liberdades político-formais e democráticas em nosso país. Todavia, como nas palavras do próprio autor,

[...] há correntes e personalidades que revelam ter da democracia uma visão estreita, instrumental, puramente tática; segundo tal visão, a democracia política – embora útil à luta das massas populares por sua organização e em defesa dos seus interesses econômico-corporativos – não seria, em última instância e por sua própria natureza, senão uma forma de dominação da burguesia, ou, mais concretamente, no caso brasileiro, dos monopólios nacionais e internacionais.¹⁰³

As tarefas que visam à edificação do socialismo em nosso país não podem ser identificadas como imediatistas, mas sim como um combate “árduo e provavelmente longo” visando à criação de “pressupostos políticos, econômicos e ideológicos” para a consolidação desse socialismo. A renovação democrática não pode ser vista como um objetivo tático imediato, mas como um “conteúdo estratégico” da etapa atual da revolução brasileira.

Na segunda parte do artigo denominada como “Algumas questões de princípios sobre o vínculo entre socialismo e democracia política”, Coutinho parte da polêmica entre Lênin e Kautsky acerca da questão sobre a democracia. Contra a concepção liberal de democracia defendida por Kautsky, em que o Estado democrático deveria se colocar como “neutro” e situado acima das classes, Lênin aponta que não existe “democracia pura”, Estado neutro, a democracia ou é burguesa ou é proletária. Coutinho analisa que Lênin tinha em vista combater o formalismo kautskyista, e não negar a validade do substantivo democracia – Berlinguer substantiva o valor universal da democracia – e que a democracia da sociedade burguesa aparece sempre adjetivada, no plano do conteúdo histórico concreto, em outras palavras, Lênin afirmava não existir Estado sem determinação de classe equacionada pela sociedade do capital.

¹⁰³ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 21.

Coutinho aponta que Lênin tendo combatido desde a sua juventude as interpretações redutoras e economicistas do marxismo, “[...] não poderia negar a autonomia relativa das superestruturas no seio da totalidade social; a acentuação do papel da subjetividade na práxis, do papel da política, em oposição às interpretações economicistas, tem sua base teórica nessa visão dialética da autonomia relativa das superestruturas”.¹⁰⁴ Coutinho nos diz que se quisermos ser fiéis às formulações e ao “método” de Lênin temos que chegar à conclusão de que inúmeras liberdades democráticas terminaram por abrir – nas revoluções burguesas e nos movimentos de massa – “o espaço político necessário para a consolidação e reprodução da economia capitalista, portanto as *condições históricas de sua gênese*”; mas, dando continuidade ao seu raciocínio, “[...] é igualmente verdade que, para o materialismo histórico, não existe identidade mecânica entre *gênese e validade*”.¹⁰⁵ E, buscando a legitimação de sua teoria, o filósofo baiano se apropria de uma passagem de Marx segundo a qual,

[...] a arte de Homero não perde sua validade universal – inclusive sua função de modelo – com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui o pressuposto necessário de sua gênese histórica.¹⁰⁶

Aponta que se a observação de Marx tem alcance metodológico geral (independente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia:

Nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal muitas das objetivações ou formas de relacionamento social

¹⁰⁴ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 22.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 22. Carlos Nelson Coutinho vai se apropriar de uma afirmação de Marx sobre a arte grega, quando distingue a sua gênese histórica com sua validade universal. Aquilo que é adequado para o campo da arte, Coutinho lança para a esfera política. Segundo Marx, a política é tratada como uma esfera inessencial à entificação do gênero humano, porque é gestada nos conflitos práticos da humanidade. A arte, ao contrário, é uma esfera essencial ao devenir homem do próprio homem.

¹⁰⁶ MARX *apud* COUTINHO, 1980, p. 22.

que compõem o arcabouço institucional da democracia política.¹⁰⁷

Quando se refere à conceituação de “valor”, Coutinho ressalta que tal valor não se trata de uma norma “abstrata e intemporal” – como no pensamento de Kant – que teria como resultado um significado universalista moral, a idéia do valor da universalidade democrática estaria separada da concretude histórica, sendo portanto uma idéia, ou melhor, uma “razão” inata e eterna. O autor enfatiza que sua análise parte das premissas do materialismo-histórico, e baseiam-se nos escritos de Georg Lukács em que este indica que o valor em geral, e conseqüentemente o valor do meio político resulta,

[...] em última instância, da crescente socialização das forças produtivas, do processo econômico necessário que leva a um progressivo “recoo das barreiras naturais” (Marx), um processo que amplia e complexifica tanto os carecimentos humanos quanto as faculdades humanas.¹⁰⁸

Ao mostrar que no processo de movimentação do carecimento humano de determinadas objetivações ao desenvolvimento das faculdades humanas no itinerário da sociabilidade, ressalta que essas objetivações, dependendo da “natureza do carecimento, podem se dar em qualquer esfera do ser social” desde a economia à ética e a estética, e até mesmo na da esfera política.

Buscando explicitar a teorização de Lukács, Coutinho enfatiza em seu texto uma passagem de Agnes Heller acerca da questão do valor:

Que entendemos por valor? Tudo o que faz parte do ser genérico do homem e contribui, direta ou indiretamente, para a explicitação desse ser genérico [...]. As componentes da essência genérica do homem são, para Marx, o trabalho (a objetivação), a sociabilidade, a universalidade, a consciência e a liberdade [...]. Pode-se considerar “valor” tudo o que,

¹⁰⁷ MARX *apud* COUTINHO, 1980, p. 23.

¹⁰⁸ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 23.

em qualquer das esferas (do ser social) e em relação à situação de cada momento, contribua para o enriquecimento daquelas componentes essenciais.¹⁰⁹

E para afirmar o afastamento de qualquer aproximação à conceituação kantiana ou neokantiana, cita outro trecho de Heller em que,

[...] o valor, portanto, é uma categoria ontológico-social; como tal, é algo objetivo; mas não tem objetividade natural (apenas pressupostos ou condições naturais) e sim objetividade social. É independente das avaliações dos indivíduos, mas não da atividade dos homens, pois é expressão e resultante de relações e situações sociais.¹¹⁰

Portanto as objetivações da democracia – “que aparecem como respostas, em determinado nível histórico-concreto da socialização do trabalho, ao desenvolvimento correspondente dos carecimentos de socialização da participação política”¹¹¹, edificam-se como valor universal, na medida em que promovem a explicitação dos componentes do ser social, ou seja, do ser genérico do homem social. Essas objetivações se dão em formações econômico-sociais distintas, “ou seja, tanto no capitalismo quanto no socialismo”, basta observar os inúmeros exemplos citados pelo autor que vão perpassando o surgimento da pluralidade de sujeitos políticos, a autonomia dos movimentos de massa e dos organismos civis em relação ao Estado, a liberdade de associação e organização, a obtenção da legitimidade do consenso majoritário dos indivíduos, surgidos dentro da própria sociedade capitalista. Esse “valor” aprofunda a elaboração de institutos democráticos e tem seu caráter de conservação e realização, para o autor, graças à “luta do movimento operário organizado”, opondo-se aos interesses da burguesia. Coutinho afirma categoricamente que,

[...] tanto na fase de transição quanto no socialismo plenamente realizado, continuarão a ocorrer situações que só a democracia política será capaz de resolver no

¹⁰⁹ HELLER *apud* COUTINHO, 1980, p. 23.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 23.

¹¹¹ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 24.

sentido mais favorável à explicitação do gênero humano.¹¹²

Coutinho afirma que mesmo no socialismo existirão interesses e opiniões distintas, divergentes, que diferentemente da concepção stalinista em que o processo de extinção de classe levaria a uma unidade, e não necessariamente a uma homogeneização. Portanto, essa multiplicidade de interesses só pode encontrar solução numa “forma de representação política adequada”.

As conquistas democráticas nas sociedades capitalistas – a liberdade de organização, a pluralidade e autonomia de sujeitos políticos, a legitimação da hegemonia respeitando o consenso da maioria, etc. – continuam a ter pleno valor numa sociedade socialista, e, para afirmar essa análise, Coutinho recorda-se da famosa polêmica entre Lênin e Trotski em 1921, afirmando que Lênin foi um dos primeiros a reconhecer esse valor, defendendo a autonomia dos sindicatos operários em face do Estado Socialista. Portanto,

[...] para os que lutam pelo socialismo em nome dos interesses histórico-universais dos trabalhadores, na convicção de que o socialismo é capaz de promover a libertação de toda a humanidade, a democracia política não é um simples princípio tático: é um valor estratégico permanente, na medida em que é condição tanto para a conquista quanto para a consolidação e aprofundamento dessa nova sociedade.¹¹³

Ressalta que a democracia socialista, mesmo do ponto de vista político-institucional, não pode ser vista como uma mera continuidade da democracia liberal, até mesmo porque a concepção segundo a qual a velha máquina estatal deve ser absorvida pelos “organismos autogeridos da ‘sociedade civil’” para a implementação de uma nova sociedade, para Coutinho, a democracia continua a ter seu pleno valor de princípio. E, assumindo uma conotação “concreta”, a democracia pressupunha,

¹¹² COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 23.

¹¹³ *Ibid.*, p. 24 - 25.

[...] de um lado, a criação de novos institutos políticos que não existem, ou existem embrionariamente, na democracia liberal clássica; e por outro, a mudança de função de alguns velhos institutos liberais.¹¹⁴

Mas para o filósofo seria um erro pensar que essa “nova democracia” só possa ser efetivada em sua completude quando as classes trabalhadoras conquistarem o poder. Para exemplificar, aponta que as “forças produtivas materiais” – necessárias para a criação de uma nova sociedade, uma nova formação econômico-social – já se desenvolvem na dinâmica da sociedade capitalista, assim como os elementos dessa “nova democracia” (da democracia de massas) também se esboçam – em oposição aos interesses da classe detentora do capital e dos teóricos clássicos do liberalismo – nos regimes políticos democráticos ainda dominados pela burguesia. As propostas para a consolidação dessa “nova democracia” giram em torno de duas questões para Coutinho. No primeiro caso, no que diz respeito às “forças produtivas materiais”, trata-se de desenvolvê-las plenamente suprimindo as relações de produção capitalista; no segundo caso,

[...] trata-se de eliminar o domínio burguês sobre o Estado a fim de permitir que esses institutos políticos democráticos possam alcançar pleno florescimento e, desse modo, servir integralmente à libertação da humanidade trabalhadora.¹¹⁵

A formação desses novos institutos políticos democráticos refere-se aos mecanismos de representação direta dos trabalhadores – comitês de bairro, partidos de massa, sindicatos, etc. – organizando-se de baixo para cima, construindo “sujeitos políticos coletivos” – “não previstos e mesmo condenados pela atomística liberal clássica”.¹¹⁶ O desenvolvimento desses “sujeitos políticos coletivos”, para o autor, está na vinculação aos processos de socialização das

¹¹⁴ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 25.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 25.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 26.

forças produtivas que se acentuam no capitalismo. Assinala que essa correspondência se dá em dois planos:

Em primeiro lugar, agrupando massas humanas e unificando seus interesses, a reprodução capitalista enquanto fenômeno global impõe essa crescente socialização da política, ou seja, a ampliação do número de pessoas e de grupos empenhados na defesa de seus interesses específicos. Em segundo lugar, a possibilidade de que tal carecimento – a auto-organização popular – seja satisfeito resulta também da dinâmica material do próprio capitalismo: foi o aumento da produtividade social do trabalho que permitiu a redução da jornada laborativa, uma redução que – ampliando o tempo livre das massas trabalhadoras – é pressuposto básico para o incremento da organização popular, para a intensificação da socialização da política.¹¹⁷

Afirma seu exemplo com a célebre máxima de Marx: “[...] a humanidade só se propõe problemas (no caso: a socialização da política) quando existem as condições materiais para a sua solução (no caso: um grau razoavelmente alto de socialização do trabalho)”.¹¹⁸

Portanto, para Coutinho, o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista e de sua respectiva democracia – em que a máxima da democracia liberal é a afirmação da soberania popular, de que todos são cidadãos e participam do processo de formação de uma vontade política geral – nos primeiros regimes liberais, não se efetiva na realidade. Mas à medida que o capitalismo socializa a produção agrupando um grande número de pessoas, surge uma complexa rede de organização dos trabalhadores, de “sujeitos políticos coletivos”, que passam a questionar a burguesia e a lutar em defesa de seus interesses. “O pluralismo deixa de ser um pluralismo de indivíduos atomizados para se tornar um pluralismo de organismos de massa”.¹¹⁹ Assim,

¹¹⁷ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 26.

¹¹⁸ *Ibid.*, p. 26.

¹¹⁹ *Ibid.*, p. 27.

[...] essa socialização objetiva da participação política – que implica tendencialmente a passagem de uma democracia liberal clássica para uma democracia de massas – põe a necessidade de socializar também os meios e os processos de governar o conjunto da vida social. Como a socialização das forças produtivas impõe a socialização dos meios de produção, do mesmo modo a socialização da política coloca a questão da socialização do poder.¹²⁰

Nesse sentido, o socialismo não se limita apenas a sociabilizar os meios de produção, que se tornou possível graças à constituição de “sujeitos políticos coletivos”, devido ao surgimento de uma grande rede de organização dos trabalhadores, mas consiste também “numa progressiva socialização dos meios de governar”.¹²¹ E essa socialização se torna possível na medida em que há uma crescente participação das massas organizadas na vida política através – como já foi dito – da formação dos “sujeitos políticos coletivos”.

Em outras palavras, Carlos Nelson Coutinho aponta que “o socialismo não elimina apenas a apropriação privada dos frutos do trabalho coletivo; elimina também – ou deve eliminar – a apropriação privada dos mecanismos de dominação e de direção da sociedade em seu conjunto”.¹²² Portanto, muito mais do que a superação da “alienação econômica”, o socialismo deve superar também a “alienação política” e, essa superação pressupõe o fim do “isolamento” do Estado, sua progressiva reabsorção pela sociedade que o produziu e da qual ele se alienou. Afirma Coutinho:

Ora, com o atual nível de complexidade social, essa reapropriação só se tornará possível por meio de uma articulação entre os organismos populares de democracia de base e os mecanismos “tradicionais” de representação indireta (como os parlamentos). Essa articulação fará com que esses últimos adquiram uma nova função – ampliando o seu grau de representatividade – na medida em que se torna síntese política dos vários sujeitos coletivos. E essa

¹²⁰ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 27.

¹²¹ *Ibid.*, p. 27.

¹²² *Ibid.*, p. 27 - 28.

síntese é imprescindível se não se quer que tais sujeitos coletivos se coagulem ao nível da defesa corporativa de interesses puramente grupais e particularistas, reproduzindo assim, em outro nível, a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à perpetuação do domínio burguês.¹²³

O autor ressalta que a idéia de articulação entre democracia direta e democracia representativa já fazia parte do patrimônio teórico do marxismo. Utilizando como exemplo as observações do austromarxista Max Adler, segundo o qual a ausência de meios de representação política geral poderia levar a democracia às inúmeras disputas de grupos corporativistas impossibilitando a operacionalização de uma direção hegemônica na sociedade. Por isso, Adler propunha a articulação entre a representação parlamentar e a dos conselhos operários no processo de transição para o socialismo. Coutinho observa que uma preocupação similar “num nível de complexidade e atualidade maior” aparece nas análises do comunista italiano Pietro Ingrao no que diz respeito a concretizar o conceito togliattiano de “democracia progressiva”. Para Ingrao, essa articulação se daria da seguinte forma:

Os organismos da democracia de base [...] devem ser entendidos e construídos como verdadeiros e próprios momentos institucionalizados de intervenção e de decisão, que se ligam e articulam com a vida das grandes assembleias eletivas, de modo a assegurar uma presença difusa e organizada das massas, desferindo um golpe contra a separação e o cupulismo das assembleias e dos próprios partidos políticos. Portanto, uma articulação organizada entre democracia representativa e democracia de base, que favoreça a projeção permanente do movimento popular no Estado, transformando-o. Esse ponto – conclui Ingrao – me parece essencial [...] para dar corpo a uma “democracia progressiva”.¹²⁴

Ingrao ainda observa e dá ênfase à formulação de um partido político de massas que seja decisivo nessa articulação, devendo promover uma força de

¹²³ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 28.

¹²⁴ INGRAO *apud* COUTINHO, 1980, p. 28 - 29.

“síntese geral”, combatendo a fragmentação da corporativização dos sujeitos políticos coletivos.

A convicção de Coutinho tem como ponto fundamental a articulação entre as “formas de representação tradicionais e os organismos de representação direta”. Essa articulação é fundamental para o filósofo gramsciano, pois, deve promover a síntese dos vários sujeitos políticos, síntese essa que tem como princípio respeitar a autonomia e o pluralismo dos movimentos de base. O que se propõe é a constituição do “autogoverno dos produtores associados”, a que Marx e Lênin fazem referência. Mas, como aponta o autor

[...] a grande novidade contida na formulação da “democracia progressiva” de Togliatti e Ingrao é a idéia de que aquela hegemonia e esse autogoverno podem e devem construir seus pressupostos já antes da plena conquista do poder estatal pelas massas trabalhadoras.¹²⁵

Ao trabalhar o conceito de hegemonia, Coutinho preocupa-se em pontuar a discriminação entre liberalismo e democracia, ou melhor, entre “concepção burguesa” e “concepção marxista” da democracia. Ele escreve que talvez não seja justo dizer “marxista” pois faz menção ao *Contrato social* de Rousseau ressaltando que já há uma distinção entre “vontade de todos” e a “vontade geral”, indicando “o momento de hegemonia como elemento integrante essencial da democracia”.

A teoria liberal “parte do reconhecimento de uma pluralidade de sujeitos individuais autônomos” e idealiza o mecanismo de auto-regulação do mercado como harmonizador e coordenador dos múltiplos interesses plurais dos tais sujeitos. Caberia a famosa “mão invisível” prevista por Adam Smith operacionalizar que a “máxima explicitação dos interesses egoístas individuais desembocasse num aumento do bem-estar geral”. O autor expõe ainda:

¹²⁵ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 24.

[...] como tal teoria se apóia numa falsidade de base, ao pressupor uma inexistente igualdade real (e não apenas formal) entre os sujeitos econômicos, ou seja, ao abstrair-se do fato de que uns são donos dos meios de produção e outros apenas de sua força de trabalho, o modo prático pelo qual se dava aquela “harmonização” era a progressiva subtração do poder executivo de qualquer controle público, mesmo através do parlamento burguês.¹²⁶

Essa “burocratização ligada ao Executivo” e esse isolamento do Estado, legitimado por uma neutralidade, regulam a sociabilidade do capital, garantindo sua reprodução. Ao verificar a aproximação da social-democracia daquele período à teoria liberal moderna, Coutinho sintetiza que a teoria socialista “deve colocar claramente a questão da hegemonia e da dominação como questão central de todo poder de Estado”, em que “[...] as classes trabalhadoras devem pôr abertamente sua candidatura à hegemonia, ao mesmo tempo em que lutam para superar a dominação burguesa de uma restrita oligarquia monopolista sobre o conjunto da sociedade”.¹²⁷

Para que esse “processo de libertação do proletariado” se efetive é “necessário a criação de uma democracia de massas que inverta progressivamente essa tendência à burocratização e à alienação do poder. Nessa democracia de massas, a dialética do pluralismo – a autonomia dos sujeitos políticos coletivos – não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, do que Gramsci chamou de “vontade coletiva”, a ser construída de baixo para cima, através da obtenção hegemônica do consenso majoritário. Essa unidade democraticamente conquistada será o veículo de expressão da dominação dos trabalhadores, a manifestação concreta de uma nova direção política do conjunto da sociedade”.¹²⁸

O autor finaliza sinteticamente esta parte do ensaio frisando que,

¹²⁶ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 31.

¹²⁷ *Ibid.*, p. 30 - 31.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 31.

[...] a democracia socialista é assim, uma democracia pluralista de massas; mas uma democracia organizada, na qual a hegemonia deve caber ao conjunto dos trabalhadores, representados através da pluralidade de seus organismos de massa (sindicatos, comitês de empresa, comunidades de base, etc.) e sob a direção política do(s) partido(s) de vanguarda da classe operária. Se o liberalismo afirma teoricamente o pluralismo e mistifica/oculta a hegemonia, se o totalitarismo absolutiza a dominação e reprime o pluralismo, a democracia de massas funda sua especificidade na articulação do pluralismo com a hegemonia, na luta pela unidade na diversidade dos sujeitos políticos coletivos autônomos.¹²⁹

Segue Coutinho:

Por outro lado, não se deve esquecer – se quisermos pensar a longo prazo – que a apropriação social da política é, em última instância, sinônimo de extinção do Estado, ou seja, de extinção dos aparelhos de dominação enquanto aparelhos apropriados individualmente e postos aparentemente “acima” da sociedade. É nesse sentido que cabe entender a lúcida observação de Gramsci, segundo a qual a “sociedade regulada” (sem classes) é aquela na qual o Estado será absorvido pelos organismos autogeridos da “sociedade civil”. Podemos concluir esse rápido esboço afirmando que a relação da democracia socialista com a democracia liberal é uma relação de superação (Aufhebung): a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda.¹³⁰

Na terceira e última parte do artigo, “o caso brasileiro: a renovação democrática como alternativa à ‘via prussiana’”, Carlos Nelson Coutinho vai tracejar uma alternativa, ou melhor, um caminho para concretização e desenvolvimento da democracia em nosso país, tendo em vista o histórico da formação nacional. Mais do que derrotar definitivamente o “regime de exceção” implantado em nosso país no pós-1964, o

¹²⁹ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 31.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 31.

[...] valor da democracia adquiriu para nós outra dimensão mais profunda [...] quando elevamos à consciência o fato de que o regime de exceção – até então em vigor – é apenas a expressão atual – uma expressão extrema e radicalizada – de uma tendência dominante ao longo da história brasileira. Refiro-me ao caráter elitista e autoritário que assinalou toda a evolução política, econômica e cultural do Brasil, mesmo em seus breves períodos “democráticos”.¹³¹

É baseado nessa elitização do poder com seu mando “autárquico” e na verticalização desse desenvolvimento nacional – pontos centrais na caracterização de nossa formação história – que o filósofo gramsciano enquadrou o processo de transformações políticas e modernização econômico-social no Brasil no conceito de “via prussiana”,

[...] ou seja, através da conciliação entre frações da classe dominante, de medidas aplicadas de cima para baixo, com a conservação de traços essenciais das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional.¹³²

Esse processo da “via prussiana”, da “conciliação pelo alto”, teve como causa e efeito principal, para o autor, a busca da marginalização das massas populares da participação ativa na vida social em geral, mas principalmente das grandes decisões políticas nacionais. Os exemplos citados vão desde a proclamação de nossa independência política por um príncipe português; a proclamação da República orquestrada pela velha oligarquia agrária; a “Revolução de 1930” que não passou de uma ‘rearrumação’ do antigo bloco de poder, que cooptou – e, desse modo neutralizou e subordinou – alguns setores mais radicais das camadas médias urbanas; a burguesia industrial floresceu sob a proteção de um regime bonapartista, o Estado Novo, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo em que conservava quase intocado o poder latifundiário, etc. O ápice da “via prussiana”

¹³¹ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 32.

¹³² *Ibid.*, p. 32.

(Lukács e Lênin) – que gerou uma grande debilidade histórica da democracia no Brasil – ou de “revolução-restauração” (Gramsci)

[...] no atual regime militar, que criou as condições políticas para a implantação em nosso país de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado, radicalizando ao extremo a velha tendência a excluir tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas as grandes massas da população nacional.¹³³

Essa democracia débil não deve ser associada somente ao plano do pensamento social, mas também à forma de relacionamento entre Estado e sociedade civil, já que a natureza truculenta e autoritária do primeiro gerou a amorfia e a atomização da segunda.

Para que esse processo de formação nacional seja revertido – e deve ser encarado como prioritário, – o autor aponta algumas diretrizes – “[...] que num primeiro momento, ao nível da organização estatal, não deverão provavelmente ultrapassar os limites da democracia liberal [...] que não altera o valor dessas conquistas liberal-democráticas para as forças populares e, em particular, para a classe operária”, – em que para o conjunto da sociedade deve buscar-se um amplo alcance no combate a essa tendência “prussiana”, “elitista”, e para eliminar suas conseqüências nas “várias esferas do ser social brasileiro”.

A luta pela eliminação do “russianismo” confunde-se com a profunda renovação democrática do conjunto da vida brasileira. Essa renovação aparece, portanto, não apenas como alternativa histórica à “via prussiana”, como o modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou aberta em nosso país, mas também – e precisamente por isso – como o processo de criação dos pressupostos necessários para um avanço do Brasil no rumo do socialismo.¹³⁴

¹³³ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 33.

¹³⁴ *Ibid.*, p. 33.

Os avanços dos pressupostos necessários para o Brasil alcançar o socialismo, ainda que esbarrando nos limites da democracia liberal, significam,

[...] em primeiro lugar, a criação de um regime de liberdades formais que representaria a superação da figura política atual da “via prussiana”, ou seja, do regime mais profundamente autoritário que já conhecemos em nossa história; e, em segundo, a consolidação de um regime de democracia política aparece como pressuposto que deverá ser reposto – conservado ao mesmo tempo aprofundado – em cada etapa da luta pela completa realização dos objetivos finais das correntes socialistas. Em outras palavras: a conquista de um regime de democracia política não é uma etapa no caminho do socialismo, a ser posteriormente abandonada em favor de tipos de dominação formalmente não democráticos. É, antes, a criação de uma base, de um patamar mínimo que deve certamente ser aprofundado (tanto em sentido econômico quanto em sentido político), mas também conservado ao longo de todo o processo. O que antes afirmamos em nível teórico vale também para o caso brasileiro: a democracia de massas que os socialistas brasileiros se propõem construir conserva e eleva a nível superior as conquistas puramente liberais.¹³⁵

Essa “elevação a nível superior” consiste em medidas a serem tomadas para que eliminem as bases de reprodução do sistema econômico-social que privilegia a emergência da “via prussiana”, “elitista e oligárquica”, e sua reprodução. Em poucas palavras o autor sintetiza que o principal alvo a ser focado trata

[...] de democratizar a economia nacional, criando uma situação na qual os frutos do trabalho do povo brasileiro – que se torna cada vez mais produtivo – revertam em favor da grande maioria da população.¹³⁶

A luta pela quebra do modo de reprodução do chamado “capitalismo selvagem” aparece como “indispensável para integrar a sociedade nacional”. Uma das medidas a serem tomadas – sendo destacada como central – gira em torno da

¹³⁵ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 34.

¹³⁶ *Ibid.*, p. 34.

realização da reforma agrária, para que possa haver uma “integração de regiões e movimentos sociais [...] no processo de modernização econômica e social”, e que possa desenvolver a formação sólida de uma economia familiar ou cooperativizada. Independente das vantagens econômicas, Coutinho afirma que “[...] uma reforma agrária desse tipo implicaria a elevação à cidadania política de milhões de trabalhadores rurais”. Para a dinâmica teorizada pelo autor, a reforma agrária, “[...] sua efetivação, portanto, é momento imprescindível da renovação democrática de nosso país”.¹³⁷ Coutinho acredita ainda que a efetivação do projeto de reforma agrária em nosso país poderia obter consenso da maioria da população brasileira, inclusive a de setores importantes do capital monopolista.

A médio prazo, “[...] a democratização da economia requer também a aplicação de medidas antimonopolistas, dirigidas em particular contra os monopólios internacionais, as quais começariam por pôr em discussão os modelos de desenvolvimento e os padrões de consumo antinacionais que nos são impostos pelo imperialismo, e chegariam até a propor concretamente a *nacionalização de empresas monopolistas*”.¹³⁸ Medida essa que interessaria não somente à classe operária e ao campesinato, mas interessaria também à pequena e média burguesia nacional.

Para que esse programa se consolide e possa ser efetivamente colocado em prática, o filósofo gramsciano afirma que

[...] um programa de democratização da economia nacional deve resultar de um *amplo debate* que envolva todas as forças interessadas (partidos, sindicatos, associações profissionais, etc.); só assim ele obterá o *consenso majoritário* necessário para a realização conseqüente, e, mais que isso, contribuirá – ao transformar as camadas trabalhadoras em sujeitos ativos da gestão da economia – para o processo geral de renovação democrática do nosso país.¹³⁹

¹³⁷ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 35.

¹³⁸ *Ibid.*, p. 35.

¹³⁹ *Ibid.*, p. 35.

Carlos Nelson continua a exposição afirmando que,

[...] a “elevação a nível superior”, todavia, pressupõe igualmente um aprofundamento político da democracia: a ampla incorporação organizada das grandes massas à vida política nacional – a socialização crescente da política – é o único antídoto de eficácia duradoura contra o veneno da “via prussiana”.¹⁴⁰

Coutinho aponta que durante esse período de “modernização conservadora” de “cima para baixo”, apesar do caráter altamente repressivo, multiplicaram-se “organismos da democracia direta, sujeitos políticos coletivos de novo tipo (comissões de empresa, associações de moradores, comunidades religiosas de base, etc.)”. São muitos os exemplos de sujeitos políticos citados; autonomia de órgãos que praticamente se desligaram praticamente da tutela do Estado, organismos de massa, aparelhos privados de hegemonia, como a OAB, CNBB, ABI, desenvolvimento e ascensão do movimento feminista, organismos em defesa da ecologia e da vida. Essa desenvoltura e esse fortalecimento da “sociedade civil” ampliam as possibilidades concretas de intensificação da luta pelo “aprofundamento da democracia política no sentido da democracia organizada de massas”.

“Ampliar”. Coutinho direciona sua análise apostando na multiplicação dos vários organismos de representação dos diversos setores da sociedade, respeitando a autonomia e a diversidade dos mesmos, empenhando suas forças para a unificação da luta em torno de um poderoso “bloco democrático e nacional popular”, combativo do programa antilatifundiário e antimonopolista, na luta para a transição ao socialismo.

A formação desse “bloco unitário”, além de organizar a sociedade e direcionar os vetores de luta, deve ser instrumento de pressão e controle sobre a

¹⁴⁰ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 35.

ação dos institutos de representação indireta, como os parlamentos locais e nacionais. A atribuição decisiva a ser desenvolvida

[...] nesse processo de unificação deverá ser desempenhada pelos partidos democráticos de massa (em particular, os da classe operária), cujos programas de renovação social só se tornarão hegemônicos se assumirem todas as reivindicações democráticas dos movimentos específicos e encaminharem corretamente – a nível (sic) global – sua solução política.¹⁴¹

Para demonstrar melhor a idéia de um partido de massa a ser construído, Carlos Nelson Coutinho cita uma reflexão de Palmiro Togliatti sobre o “partido novo”, desenvolvida em 1956;

Houve, antes de mais nada, o propósito de construir em partido que, por sua própria composição, pelo número de seus aderentes, pela própria estrutura e por seu modo de funcionamento, fosse capaz de realizar uma função positiva construtiva; fosse capaz não apenas de fazer propaganda, agitação, de pregar os grandes princípios, mas de dirigir dia a dia a classe operária, as massas trabalhadoras e a maioria da população no sentido de compreenderem seus interesses e, principalmente, de consolidarem o regime democrático e desenvolvê-lo na direção de profundas reformas sociais.¹⁴²

A crescente luta pela “renovação democrática” deve proceder de “baixo para cima”, através da crescente incorporação de “novos sujeitos coletivos”, deve ser encarada pelas forças populares como “método” de luta política, opção essa apontada por Gramsci e denominada como “guerra de posição”.

A progressiva obtenção de posições firmes no seio da sociedade civil é a base não só para novos avanços, que gradativamente tornarão realista a questão da conquista democrática do poder de Estado pelas classes trabalhadoras, mas é sobretudo o meio de

¹⁴¹ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 37.

¹⁴² TOGLIATTI *apud* COUTINHO, 1980, p. 37.

evitar precipitações que levem a recuos desastrosos.¹⁴³

Essa renovação democrática mediante constante inserção das forças populares no cenário político deve evitar o “golpismo de esquerda”, sendo essa renovação caracterizada como “[...] uma resposta equivocada e igualmente ‘prussiana’ aos processos de direção pelo alto de que sempre se valeram as forças conservadoras e reacionárias em nosso país”.¹⁴⁴ Coutinho afirma que o PCB, uma importante força da esquerda, em 1967 já buscara sua reformulação interna quanto à estratégia de luta, desferindo duras críticas à concepção golpista da esquerda.

O revés sofrido em 1964 pôs a nu muitas das nossas debilidades e revelou, com maior clareza, a nefasta influência que ainda exerce em nossas fileiras, a começar pela direção, uma falsa concepção que se manifesta, de maneira predominante, nos momentos decisivos de nossa vida. É uma concepção errônea do processo revolucionário, de fundo pequeno-burguês e golpista, e que consiste em admitir a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação de cúpula ou do Partido. Ela imprime à nossa ação um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente pelos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado.¹⁴⁵

A concepção “golpista” da esquerda desse período levou-a a dois grandes equívocos:

A observação concreta foi falsamente generalizada numa posição de princípio; o Parlamento seria em si uma instituição conservadora, incapaz de refletir a correlação de forças real e sua dinâmica [...], a desvalorização do Parlamento se articulava com a defesa aberta ou velada de posições “golpistas”: as

¹⁴³ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 37.

¹⁴⁴ *Ibid.*, p. 37.

¹⁴⁵ “Resolução Política do VI Congresso do PCB”, Dezembro de 1967, In: PCB: *Vinte anos de política, 1958 – 1979. Documentos*, São Paulo, LECH, 1980, p. 185.

forças progressistas deveriam se apossar do Executivo e encaminhar de cima para baixo, sem consideração pelo Parlamento, às reformas necessárias ao progresso social.¹⁴⁶

Essa busca pela ascensão direta ao poder Executivo, apoiando-se na ideologia golpista, trilhando o caminho da “via prussiana” levou à concentração da mobilização política das diversas forças democráticas e progressistas da sociedade a concentrar-se somente nessa busca, ou na pressão sobre o mesmo poder, com a “conseqüente subestimação da importância central da organização autônoma das massas populares”. Sendo assim, o Parlamento caracteriza-se como peça fundamental, que segundo Coutinho, resulta da

[...] concepção da democracia como elemento estratégico da luta pela renovação social do conjunto da nação. Como vimos já se esboça no Brasil a formação de uma sociedade civil articulada e pluralista, fundada sobre a emergência de sujeitos políticos coletivos. No processo de renovação democrática, essa rede de organizações coletivas de base deverá se articular com os parlamentos (tanto com o Congresso Nacional quanto com as Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais), de modo a fazer com que esses expressem efetivamente o dinamismo da sociedade, o seu pluralismo real, deixando assim de ser a mera representação de eleitores atomizados e manipulados, ouvidos de quatro em quatro anos.¹⁴⁷

Coutinho atribui ainda uma função que se caracteriza como essencial ao Parlamento, ou seja,

[...] o de servir como local privilegiado de síntese política entre vários organismos coletivos, impedindo que suas lutas setoriais se limitem à simples defesa de interesses puramente corporativistas e grupais. (Na formação dessa síntese, um papel decisivo deverá caber aos partidos de massa enquanto mediação entre os organismos de base e os institutos legislativos e executivos). Assim, à medida que se for construindo em nosso país uma democracia de massas, o

¹⁴⁶ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 38.

¹⁴⁷ *Ibid.*, p. 39.

Parlamento – com poderes ampliados – poderá funcionar como um instrumento unitário que corporifique (no quadro do respeito ao pluralismo e à alternância de poder) a progressiva hegemonia das classes trabalhadoras na vida política brasileira. Teríamos um exemplo concreto de como a democracia de massas, além de criar organismos de intervenção política de tipo novo, pode também alterar a função de institutos herdados da tradição liberal.¹⁴⁸

Coutinho observa em nota de rodapé que essas novas funções não poderiam ser previstas no tempo de Lênin, mas em 1956, no XX Congresso do PCUS, já se afirma que graças à política de amplas alianças a classe trabalhadora pode,

[...] conquistar uma sólida maioria no Parlamento e transformá-lo, de órgão da democracia burguesa, em instrumento da autentica vontade popular.¹⁴⁹

A luta deve ser encarada como uma “guerra de posições”, concebendo a “unidade como valor estratégico”, legitimada pelo “consenso majoritário das correntes políticas e das classes e camadas sociais”. Portanto, sendo

[...] a tarefa da renovação democrática, implicando a crescente socialização da política, a incorporação permanente de novos sujeitos individuais e coletivos ao processo de transformação social, não poderá ser obra de um único partido, de uma única corrente ideológica e nem mesmo de uma classe social. É tarefa que deve envolver a participação de múltiplos sujeitos sociais, políticos e culturais. Como a autonomia e a diversidade desses sujeitos deverão ser respeitadas, a batalha pela unidade – uma unidade na diversidade – torna-se não apenas um objetivo tático imediato na luta pelo fim do atual regime, mas também um objetivo estratégico no longo caminho para “elevar a nível superior” a democracia.¹⁵⁰

¹⁴⁸ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 39

¹⁴⁹ *XX Congresso del Partito Comunista dell'Unione Sovietica*, Roma, 1956, p. 42 e ss. *apud* COUTINHO, 1980, p. 39.

¹⁵⁰ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 40.

Ao finalizar o ensaio, Carlos Nelson Coutinho resume quais são as tarefas para a “renovação democrática”:

[...] trata-se de conquistar e depois consolidar um regime de liberdades fundamentais, para o que se torne necessária uma unidade com todas as forças interessadas nessa conquista e na permanência das ‘regras do jogo’ a serem implantadas por uma Assembléia Constituinte dotada de legitimidade. [...] trata-se de construir as alianças necessárias para aprofundar a democracia no sentido de uma democracia organizada de massas, com crescente participação popular; e, nesse nível, a busca da unidade terá como meta a conquista do consenso necessário para empreender medidas de caráter antilatifundiário e antimonopolista e, numa etapa posterior, para a construção em nosso país de uma sociedade socialista fundada na democracia política. A dialética desse duplo movimento de alianças corresponde, precisamente, à articulação da democracia de massas por que lutamos: uma democracia que, ao mesmo tempo, conserva e eleva a nível superior as conquistas da democracia puramente liberal ou formal.¹⁵¹

Após o exame exaustivo das concepções de Coutinho que começam a ser monocórdicas, aparentemente, faremos uma digressão, pois essa temática, no fundo, não é tão nova. Ela surge no mundo europeu, na universalidade de suas revoluções quando Rosa Luxemburgo enfrenta essa questão com Eduard Bernstein e Lênin enfrenta as questões do reformismo de Kautsky.

Portanto, veremos que diante das considerações propostas por Carlos Nelson Coutinho, observaremos que, de certo modo, partem também de outro “chão histórico e teórico”, além do PCI e seus intelectuais orgânicos. Teorizamos no próximo capítulo a “discussão européia” do movimento operário, para afirmar outra fonte histórica – o da social-democracia européia – trabalhada pelo filósofo gramsciano.

¹⁵¹ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 41.

CAPÍTULO 2

UMA VELHA QUESTÃO E SUA REPOSIÇÃO

O debate no movimento operário europeu, anterior à tese defendida por Coutinho, demonstra sua apropriação e falta de originalidade na construção do arcabouço teórico de sustentação à sua respectiva tese.

A questão sobre o debate, no movimento operário europeu, acerca da democracia como valor universal remete à história do revisionismo no interior de um partido “revolucionário”, o da social democracia alemã.

2.1 A social-democracia e seus críticos

Partindo dos anos em que vigoraram as chamadas “leis anti-socialistas”, que entraram em vigor em 28 de outubro de 1878, notamos que as atividades legais do Partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) no Império Alemão limitavam-se à propaganda eleitoral para a renovação do *Reichstag* e dos *Lanstag*. Mesmo em meio ao aparato repressivo do Estado alemão sob Bismarck, entre 1878 – ano da implantação das “leis anti-socialistas” – e 1890, o número de eleitores do SPD saltou de 437.000 para 1.427.000, respectivamente. Sendo assim, Engels em 1895 já indicara a eficiência dessa tática pacífica:

Com essa eficiente utilização do sufrágio universal, entrara em ação um novo método de luta do proletariado, que rapidamente foi se desenvolvendo. Revelou-se que as instituições do Estado, nas quais se organiza o domínio da burguesia, oferecem ainda

outros instrumentos através dos quais a classe operária pode combater essas mesmas instituições estatais. Participou-se nas eleições para diferentes Dietas, conselhos municipais, juízes de paz; disputou-se com a burguesia todos os postos em cuja conquista pudesse participar uma parcela suficiente do proletariado. E ocorreu assim que a burguesia e o governo chegaram a temer muito mais a ação legal do partido operário, muito mais as vitórias eleitorais do que as resultantes de uma rebelião.¹⁵²

Engels, analisando o desenvolvimento das técnicas militares depois de 1848, observa que a perspectiva de vitória de uma revolução armada havia se reduzido:

Passou-se o tempo dos golpes de surpresa, das revoluções feitas por pequenas minorias conscientes à frente de massas inconscientes. Quando se trata de uma transformação completa das organizações sociais, nela devem participar as próprias massas; as próprias massas, em tal transformação, devem já compreender do que se trata, do porque que estão dando seu sangue e suas vidas.¹⁵³

Este “trabalho longo e paciente” consistia no esclarecimento político dos objetivos e das tarefas do movimento operário e nas organizações dos sindicatos e do Partido Social-Democrata.

Nesse período, o partido era composto por diversas tendências em seu interior, no qual predominavam duas vertentes: a dos jornalistas que escreviam no Sozialdemokrat situados à esquerda – lembrando que Georg von Vollmar e Eduard Bernstein, os futuros reformistas, apresentavam-se naquele momento como homens de esquerda; – e o grupo que tinha assento no *Reichstag* e que controlava a direção do partido. Essas divergências no período da legislação anti-socialista não eram tão visíveis, mas após a negativa do *Reichstag* em 25 de janeiro de 1890 para a manutenção da referida legislação, os embates internos se

¹⁵² MARX, K. , ENGELS, F. *As lutas de classe na França (1848 – 1850) – obras escolhidas*. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, v. 1, 1980, p. __.

¹⁵³ *Ibid.*, p. __.

afloraram. A ocasião do primeiro confronto propriamente dito foi quanto ao posicionamento que o partido deveria tomar na festa de 1º de maio de 1890, quando a ala mais à esquerda convidou os trabalhadores para que suspendessem o trabalho e sem convocarem assembléias com a palavra de ordem da jornada de trabalho de 8 horas, enquanto o grupo parlamentar – em particular August Bebel – elaborou uma tática solicitando uma estrita subordinação das organizações do partido à direção central. Dessa divergência, nasceu o grupo opositor dos chamados “jovens”, definidos pelos dirigentes do partido como “literatos e estudantes de esquerda”. No primeiro congresso do partido, após a queda das leis anti-socialistas, realizado em Halle, de 12 a 18 de outubro de 1890, Bebel insistiu sobre a necessidade de manter a tática adotada durante o período da ilegalidade. Quanto ao posicionamento do grupo parlamentar afirmou que a tarefa deste era, por um lado, a salvaguarda das exigências da social-democracia, sem levar em conta os partidos burgueses e o Estado de classe; e, por outro, a “[...] busca de possíveis reformas, a serem obtidas no quadro da ordem social existente”. O confronto violento teve como consequência a expulsão dos chamados “jovens” do partido. Engels, nesse momento, posicionou-se a favor da direção do partido e fez duras críticas ao grupo, caracterizando seu plano teórico como um “marxismo convulsionado e distorcido”.

A discórdia no interior do partido caracterizava-se como uma questão tática: “Enquanto a direção autoritária do partido pelo grupo parlamentar e sua tática legal eram assim atacadas pela ala esquerda, e essa orientação era freqüentemente entendida como consequência de uma ‘maioria pequeno-burguesa no grupo parlamentar’, Georg von Vollmar alinhava-se à direita, em favor de uma atividade reformista do partido”. Vollmar em seus discursos apontava para a busca de uma nova tática, em razão do reconhecimento da força da social-democracia pela sociedade, e utilizando-se dessa força, a prioridade deveria ser o melhoramento concreto das condições de vida do proletariado. Todavia, se tais objetivos práticos são considerados urgentes, então é necessário considerar possível, como “premissa natural”,

[...] um melhoramento das condições do povo no atual ordenamento social e estatal. Em caso contrário, com efeito, teriam razão os que definem nossa atividade, voltada para tais objetivos, como uma inútil ficção e uma perda de tempo. A essa possibilidade, que está na base de toda a nossa tática e de nossa inteira concepção do crescimento gradual da nova sociedade no interior da velha, contrapõe-se diametralmente o hábito de voltar periodicamente a formular explicações extemporâneas, que apresentam como inteiramente inútil o trabalho no sentido de objetivos imediatos.¹⁵⁴

No Congresso de Erfurt, em 1891, uma resolução rechaçou a crítica de Vollmar, confirmando a tese de Bebel segundo a qual “[...] não há nenhuma razão para modificar a tática do Partido”. Emergia nesse momento, pela primeira vez, um conflito que, mais tarde, geraria a controvérsia sobre o revisionismo.

O Programa de Erfurt, formulado nesse Congresso desenvolve em primeira parte, no plano teórico, as linhas fundamentais do que Kautsky apresenta como uma interpretação marxista da história, enquanto na segunda parte, eram apresentados os caminhos práticos imediatos.

No projeto (...), as frases que foram depois objeto de maior discussão são retomadas quase literalmente de O Capital de Marx; e a parte geral do programa é apenas uma paráfrase da passagem sobre A Tendência Histórica da Acumulação Capitalista, contida em O Capital.¹⁵⁵

Kautsky, atendo-se estritamente ao capítulo 24, *A chamada acumulação primitiva*, contida na obra *O Capital*, de Marx, utiliza a crítica da economia política exclusivamente como “teoria do desenvolvimento necessário do modo de produção capitalista”. Podemos observar que, enquanto uma leitura adequada de *O Capital*, do ponto de vista teórico, entende a crítica de Marx como uma

[...] reconstrução das leis gerais de estruturação de uma economia puramente capitalista, e reconhece

¹⁵⁴ VOLLMAR *apud* FETSCHER, 1982, p. 264.

¹⁵⁵ KAUTSKY *apud* FETSCHER, 1982, p. 264.

ademais o carácter, sobretudo impessoal e coercitivo daquilo que prescreve o comportamento tanto dos indivíduos como dos grupos específicos, Kautsky – e, como ele, toda a Segunda Internacional – orienta-se no sentido de afirmações marxianas, mal-entendidas e acolhidas como obrigatórias, acerca do presumível modo de produção capitalista.¹⁵⁶

Essa visão deformadora da obra de Marx, que utiliza a crítica da economia política exclusivamente como “teoria do desenvolvimento necessário do modo de produção capitalista, confirma que o materialismo histórico de Kautsky representava uma mistura de determinismo biológico e de determinismo tecnológico, que a supõe como um “elemento da teoria da evolução da sociedade”, auxiliada pela teoria evolucionista de Darwin e de Haeckel.

Nesse sentido Kautsky chegou ao materialismo através de Darwin e, paradoxalmente, interpretou um sistema teleológico do biólogo mais flexível. Assim,

[...] ele pode situar em seu sistema também a vida ética, ainda que “fundamentado” o “prático” não sobre a liberdade ou a auto-consciência ou auto-reflexão, mas sim sobre a necessidade biológica.¹⁵⁷

Portanto, considerando o “materialismo histórico evolucionista” de Kautsky, seguindo os lineamentos de Darwin temos,

[...] como na evolução natural das raças animais se desenvolveram umas a partir das outras, e o homem seguiu os macacos, do mesmo modo o capitalismo – com uma necessidade igual à fixada pelas leis naturais – será seguida pelo socialismo. Essa concepção, tanto no plano psicológico quanto no plano ideológico, teve efeitos particularmente vantajosos para a coesão do

¹⁵⁶ FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: Hobsbawm E. J. *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 265.

¹⁵⁷ ARATO, A. A antinomia do marxismo clássico: marxismo e filosofia. In: Hobsbawm E. J. *História do Marxismo IV: O marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 107.

movimento operário e para sua certeza na vitória final. Ela representou, contudo, uma redução e uma vulgarização consideráveis da crítica da economia política empreendida por Marx.¹⁵⁸

Essa perspectiva teórica kautskyana de polarização da sociedade entre “magnatas do capital” – que tenderia a diminuir gradativamente no processo de desenvolvimento das forças produtivas – e de uma multidão de operários, assim como a teoria de pauperização e da perspectiva de colapso potencializam a interpretação reducionista, remetendo a análise de Marx a apenas uma “ciência materialista do desenvolvimento da sociedade”.

Para Kautsky, “[...] na lógica imanente de desenvolvimento do capitalismo, ‘necessária como uma lei natural’, não havia apenas a pauperização e a proletarização das massas, mas também a vitória final do socialismo”.¹⁵⁹ Mesmo que *a priori* o proletariado negligencia-se ao fato e às suas próprias tarefas revolucionárias, seria criada em última instância pela lógica dos fatos a produção socialista. Todavia, Kautsky deduz a inevitabilidade da vitória do proletariado da proletarização do povo e de sua pauperização absoluta. Kautsky admite que

[...] a simples aproximação a ela [a uma situação na qual a inteira sociedade fosse submetida à exploração de um único capitalista] já levaria os sofrimentos, os antagonismos e as contradições na sociedade a um nível tal de intolerabilidade que a sociedade se desagregaria e entraria em colapso, se não lhe fosse impressa a tempo uma outra direção de desenvolvimento.¹⁶⁰

Fetscher aponta que “[...] para Kautsky e para todos os demais teóricos da Segunda Internacional, trata-se, em última instância, de libertar antes de mais nada as forças produtivas (a técnica industrial) dos vínculos representados pelas

¹⁵⁸ FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: Hobsbawm E. J. *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 265.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 265.

¹⁶⁰ KAUTSKY *apud* FETSCHER, 1982, p. 266.

relações de produção capitalistas, e não de libertar os produtores associados. Nessa perspectiva, portanto, também as ‘leis’ do modo de produção capitalista assumem uma importância diversa. Enquanto para Marx elas são, inequivocamente, apenas leis desse específico modo de produção, histórico e transitório, cuja existência depende precisamente da casualidade e da anarquia da produção, tornam-se para Kautsky ‘leis objetivas’ que conservam sua validade inclusive além desse modo de produção, garantindo mesmo a transição ao socialismo”.¹⁶¹

Kautsky lançara um desafio a todos aqueles que considerassem equivocados os objetivos do Programa de Erfurt; para que demonstrassem a inexatidão da teoria marxista do desenvolvimento econômico, que o próprio Kautsky, como já foi observado, reduzira a crítica da economia política a uma teoria da evolução inevitável do capitalismo. Foram muitos os seus críticos, Georg Adler, Julius Wolf, Lujo Brentano, etc.

Numa série de artigos publicados em *Neue Zeit* e outros, Eduard Bernstein se propôs a refutar as críticas e posições dos “socialistas de cátedra”, principalmente nos períodos entre 1891 e 1893, mas surgiram, neles, dúvidas sobre a exatidão absoluta de suas respostas, pois mesmo tendo conseguido demonstrar os erros teóricos desses autores. Eis as considerações de Bernstein:

[...] já então não se me escondia o fato de que, com isso, as objeções por eles levantadas nos referidos escritos ainda não tinham sido inteiramente afastadas. Ainda que intimamente me defendesse contra tais dúvidas, elas começaram a me assaltar, envolvendo princípios que, até aquele momento, tinha considerado como irrefutáveis; e os anos seguintes foram férteis no fortalecimento ulterior dessas dúvidas.¹⁶²

¹⁶¹ FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: Hobsbawm E. J. *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 267.

¹⁶² *Ibid.*, p. 274.

Posteriormente, no seu escrito mais importante do revisionismo teórico, “há uma espécie de reabilitação” com os autores que até há pouco tempo refutava assiduamente:

A unilateralidade com que Schulze-Gävernitz descreveu a evolução histórica da Inglaterra moderna – que, na época, eu certamente refutei com bastante energia – não o impediu, tanto no já citado *Zum sozialen Frieden* quanto na monografia *Der Grossbetrieber Ein Wirtschaftlicher und sozialer Fortschritt*, de constatar uma série de fatos de enorme valor para o conhecimento do desenvolvimento econômico contemporâneo; e, bem longe de ver nisso um motivo de objeção, reconheço prazerosamente a Schulze-Gävernitz e a outros economistas da escola de Brentano (Herkner, Sinzheimer) o mérito de terem chamado a atenção para muitos fatos que, antes, eu não havia absolutamente avaliado ou só o fizera insuficientemente. Não me envergonho inclusive de admitir ter aprendido algo com o livro *Sozialismus and sozialistische Gesellschaftsordnung*, de Julius Wolf.¹⁶³

A mentalidade teórica de Bernstein era reconhecida por Engels, que ressaltava particularmente sua competência em matéria econômica e a superioridade de seus escritos com relação aos de Kautsky. Os elogios de Engels e a designação para ser seu executor testamentário impulsionaram Bernstein no interior do partido. Seus escritos a partir de 1896 – um ano após a morte de Engels – tinham duas motivações:

[...] a de superar a defasagem entre a teoria (radical-revolucionária) e a prática (reformista) do SPD e, queria rever as teses do marxismo, abaladas pelas críticas burguesas a Marx, e não mais válidas – era essa sua convicção – no plano empírico.¹⁶⁴

¹⁶³ BERNSTEIN *apud* FETSCHER, 1982, p. 274.

¹⁶⁴ FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: Hobsbawm E. J. *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 275.

Bernstein observara que as teses da “teoria marxista” concebidas e divulgadas no interior do SPD contribuíam apenas no sentido de orientar o trabalho político cotidiano – ainda que limitadamente. Bernstein buscava contornar essa debilidade teórica, inclusive na sua articulação com a prática estratégica e tática, valendo-se de alguns problemas táticos como ocasião para uma revisão da teoria, diferentemente do partido que “[...] transformava qualquer questão numa oportunidade para estabelecer princípios”. Interessava-lhe restabelecer “a unidade entre teoria e práxis”.

Em suas teses, Bernstein analisa que a concentração de empresas industriais não equivale a uma concentração paralela dos patrimônios. Isso pode ser observado pelo crescente número de acionistas, aos quais pertencem as grandes empresas industriais; “[...] é absolutamente falso considerar que o atual desenvolvimento indica uma relativa ou mesmo absoluta diminuição do número de proprietários” – ponto esse que diverge da teoria kautskyana. De acordo com Bernstein,

O número de proprietários aumenta não “mais ou menos”, mas simplesmente “mais”, ou seja, em sentido absoluto e em sentido relativo. Se a atividade e as perspectivas da social-democracia dependessem da diminuição do número de proprietários, ela poderia verdadeiramente “ir dormir”. Mas ocorre precisamente o inverso. As perspectivas do socialismo dependem não da recessão, mas do incremento da riqueza social. O socialismo [...] já sobreviveu a muitas superstições: sobrevirá também à que afirma que seu futuro depende da concentração da propriedade ou, se quer da absorção da mais valia por um grupo cada vez mais restrito de mamutes capitalistas.¹⁶⁵

As “camadas médias”, que se situam entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados não desapareciam com o desenvolvimento da produção. Havia determinados grupos em expansão. Pequenas e médias empresas, apesar de registrarem um crescimento menor que as de grande porte

¹⁶⁵ BERNSTEIN *apud* FETSCHER, 1982, p. 277.

também não desapareceram. Portanto, a teoria da pauperização e polarização entre as classes “orgânicas” não caminham drástica e concomitantemente como indicara Kautsky – lembrando que Bernstein utiliza-se de dados estatísticos para comprovar sua teorização. Outro ponto analisado por Bernstein decorre de acordos entre conjuntos industriais, trustes, etc., bem como a ampliação do sistema de crédito, o que torna capaz a atenuação da dureza das crises.

Marx e Engels haviam partido da hipótese de “crises de superprodução” que ocorriam de modo cíclico e que resultavam, em última instância, da contradição entre “a natureza das forças produtivas” e a das “relações de produção”. Bernstein, porém, crê que são inconsistentes, sobretudo, as referências teóricas de Marx e Engels à crise, já que para Marx “a causa última de todas as crises econômicas é sempre a limitação do consumo das massas, em contraste com a propensão da produção capitalista de desenvolver as forças produtivas a um grau que põe como seu único limite a capacidade de consumo absoluta da sociedade”. Marx, portanto, definiu a função de renovação da cota de capital fixo como causa de crises, convencido de que a crise,

[...] constitui sempre o ponto de partida para reinvestimentos em vasta escala, e, portanto, – do ponto de vista da sociedade em seu conjunto, – uma base material mais ou menos nova para o próximo ciclo de rotação.¹⁶⁶

Mas, a necessidade de se renovar essa cota de capital fixo não se dá de maneira homogênea, em todos os ramos da produção, e pode ser modificada graças ao desenvolvimento tecnológico. Marx observou que esses ciclos de crise do capitalismo tenham “assumido os traços de uma alternância, de caráter mais crônico, e distribuído nos diversos países em tempos diferentes, de períodos de recuperação relativamente breves e pouco marcados, por um lado, e, por outro, de períodos de depressão relativamente longos e sem solução”. Bernstein, partindo dessa hipótese de Marx, em decorrência do desenvolvimento do processo de

¹⁶⁶ BERNSTEIN *apud* FETSCHER, 1982, p. 279.

comunicação (telégrafo), as crises circunstanciais podem ser melhor neutralizadas, sobretudo as crises de especulação podem ser evitadas, ou pelo menos contidas, invertendo a lógica do pensamento de Marx. Marx esperava apenas um crescente aguçamento de tais crises, e é precisamente sobre isso que Bernstein o contradiz. Bernstein vê no papel das associações empresariais, dos cartéis, dos trustes, um meio para evitar as crises de superprodução. Por outro lado, não esconde absolutamente que esses acordos possuem efeitos negativos.

Bernstein observa, portanto, que o auxílio de créditos e de associações industriais não darão conta de garantir o bem-estar para todos; ele observa que as crises do capitalismo “concorrencial clássico” não se desenvolvem inteiramente, e que, portanto, não cabe falar de um “aguçamento de crises cíclicas”.

Para que avance a luta pelo socialismo, Bernstein constrói um ideário que coloca a democracia e a ética na base do socialismo, ressaltando o problema do desequilíbrio existente entre democracia política e vida econômica como motores centrais das condições inadequadas de vida dos trabalhadores. O único caminho a ser seguido, para a construção do socialismo se dá pela via da edificação da democracia.

A democracia é ao mesmo tempo meio e fim. É o meio de luta pelo socialismo e é a forma de realização do socialismo. É verdade que não pode fazer milagres. Não pode, num país como a Suíça, onde o proletariado industrial representa a minoria da população [...], atribuir a esse proletariado o poder político. Tampouco pode, num país como a Inglaterra, onde o proletariado é de longe a classe mais numerosa da população, fazer desse proletariado o dono da indústria, se o próprio proletariado em parte, não revela o menor desejo de tornar-se tal, e, em parte, não se sente ou não se sente ainda maduro para as tarefas que se ligam a essa condição. Mas, na Inglaterra e na Suíça, na França e nos Estados Unidos, nos países escandinavos, etc., ela demonstrou ser uma poderosa alavanca do progresso social.¹⁶⁷

¹⁶⁷ BERNSTEIN *apud* FETSCHER, 1982, p. 282.

A prerrogativa de Bernstein observa um princípio de que a democracia é a supressão do domínio de classe, embora isso não signifique de fato a supressão das classes. Quando aprecia o socialismo, Bernstein, de maneira cristalina afirma o caráter puramente ideológico do sistema, uma vez que “la fundamentación del socialismo fue puramente ideológica”.¹⁶⁸

Nesse sentido, a social-democracia deve colocar-se no terreno do sufrágio universal e da democracia

[...] devia se empenhar com todas as forças para dar vitalidade à democracia política e ao Parlamento, para dar vigor à luta pelas reformas.¹⁶⁹

A transição da sociedade capitalista para a sociedade socialista – não da ditadura burguesa para a ditadura do proletariado – deve ocorrer gradualmente, utilizando a democracia política.

A social-democracia não quer destruir essa sociedade ou proletarizar a inteira massa dos seus membros; ao contrário, ela atua incessantemente para elevar o trabalhador da condição social de proletário àquela de cidadão, e, portanto, para generalizar o sistema civil [Burgertum] ou a condição de cidadão [Burgersein]. Ela não visa a substituir a sociedade civil por uma sociedade proletária, mas a ordem social capitalista por uma ordem social socialista.¹⁷⁰

Para Bernstein, por mais que o liberalismo tenha sido originalmente um movimento burguês e capitalista, o socialismo pode ligar-se, sem problema algum, a ele.

¹⁶⁸ BERNSTEIN, E. Realidad e Ideologia em el Socialismo. In: *Socialismo y ética: textos para um debate*. Madrid: Editorial Pluma – Debate, 1980, p. 102.

¹⁶⁹ BERNSTEIN, E. *apud* SALVADORI, M. L. A social-democracia alemã e a revolução russa de 1905. O debate sobre a greve de massa e sobre as ‘diferenças’ entre Oriente e Ocidente. In: Hobsbawm E. J. *História do Marxismo III: O marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 243.

¹⁷⁰ BERNSTEIN *apud* FETSCHER, 1982, p. 283.

Na realidade, não existe idéia liberal que não pertença também ao patrimônio de idéias do socialismo.¹⁷¹

A base para o desenvolvimento da democracia tanto no aspecto econômico como no aspecto político tiveram, para Bernstein, um notável avanço tendo em vista sua efetivação na realidade concreta de sindicatos, comissões de arbitragem industriais, câmaras de trabalho, etc. O caráter de coesão social e a organização dos trabalhadores afirmam o caráter da democracia na sociedade. Segundo ele,

Nesse sentido, poder-se-ia mesmo definir o socialismo como um liberalismo organizador.¹⁷²

Lúcio Colletti criticou o reformismo de Bernstein afirmando que “[...] o ponto a que sua constante argumentação retorna [...] é, por um lado o da ‘contradição’ existente entre igualdade política e desigualdade social; e, por outro, o da capacidade do governo parlamentar ou Estado representativo moderno de compor e resolver progressivamente, até chegar mesmo a extirpar suas raízes, os conflitos e tensões que derivam das diferenças de classe”.¹⁷³ Nota-se uma incapacidade de “relacionar efetivamente o Estado moderno com suas bases econômicas”.¹⁷⁴ Diante dessa omissão podemos recordar as palavras com as quais Marx em 1850 analisou a Constituição democrática francesa:

A contradição, porém, que envolve toda essa Constituição reside no fato de que as classes cuja escravidão social ela deve eternizar – proletariado, campesinato, pequena burguesia – são colocadas, por meio do sufrágio universal, na posse da força política, enquanto subtrai as garantias políticas desse poder à classe cujo velho poder social ela sanciona. Põe a dominação política no quadro das condições democráticas, as quais facilitam a cada momento a vitória das classes inimigas e colocam em questão as próprias bases da sociedade burguesa. De umas, exige que não avancem da emancipação política até a

¹⁷¹ BERNSTEIN *apud* FETSCHER, 1982, p. 283.

¹⁷² *Ibid.*, p. 283.

¹⁷³ COLLETTI *apud* FETSCHER, 1982, p. 284.

¹⁷⁴ *Ibid.*, p. 284.

emancipação social; da outra, que não retroceda da restauração social à restauração política.¹⁷⁵

Portanto, de acordo com Marx, ainda que a democracia seja o terreno ideal para a explicitação da luta de classes, ela não pode, enquanto tal, permitir a composição ou a superação dos contrastes fundamentais.

A idéia fundamental de tais considerações é que Marx, seduzido pelas 'insídias do método dialético hegeliano', teria elaborado uma concepção da história que só é capaz de figurar um processo de desenvolvimento por meio do aguçamento das contradições, ou seja, de revoluções violentas.

Bernstein protesta contra essa orientação 'dogmática', em nome – por assim dizer – da ciência empírica. Porém, se o socialismo não pode mais ser deduzido (como ocorre, por exemplo, em Kautsky) do desenvolvimento da sociedade capitalista enquanto seu resultado necessário, ele deve então, enquanto objetivo, ser refundado – é o que afirma uma outra tese de Bernstein – sobre bases morais.

A base de massa do revisionismo bernsteiniano era constituída por funcionários sindicais e por dirigentes da social-democracia alemã. Essa base tinha força suficiente para impedir a expulsão do Partido do velho amigo de Engels, mas não para impor sua revisão teórica ao Partido. Somente o Programa de Görlitz do SPD (1921), de cuja redação o próprio Bernstein participou de modo decisivo, é que adotou *in totum* as concepções do revisionismo. Depois da reunificação dos socialistas majoritários com a ala direita do USPD, foi porém, mais uma vez alcançado um compromisso (como em Erfurt), concretizado no Programa de Heidelberg (1925), no qual os princípios marxistas não constituíam tanto o fundamento das diretivas práticas, mas antes uma sua cobertura.

¹⁷⁵ MARX *apud* FETSCHER, 1982, p. 284 – 285.

A “revisão” do marxismo oficial realizada por Bernstein no interior da social-democracia alemã e também pelos marxistas da Segunda Internacional gerou uma imensa polêmica, despertando duríssimas críticas a Bernstein. Kautsky, Rosa Luxemburgo e Lênin foram seus maiores críticos. Rosa Luxemburgo imediatamente após sua diplomação em 1897, empenhou-se na luta contra o revisionismo de Bernstein, atacando sua doutrina,

[...] mostrando os laços vivos e dialéticos que uniam a prática à teoria. Não satisfeita de refutar as análises econômicas de Bernstein sobre a natureza das crises e a flexibilidade de adaptação ao capitalismo, criticou não só a falsidade da sua tática, como a sua vontade de introduzir o “vírus burguês” na social-democracia, de substituir a visão do mundo proletário pelo mundo burguês.¹⁷⁶

Já em 1899, logo após a publicação da obra de Bernstein sobre *Os pressupostos do socialismo e as tarefas da social democracia*, saía a resposta de Rosa Luxemburgo: *Reforma social ou revolução?* O significado do escrito de Bernstein para Rosa consiste no fato de que forneceu ao oportunismo no Partido, pela primeira vez, uma base teórica. “Os oportunistas eram, a seus olhos, o ‘socialismo de Estado’ de Vollmar, o ‘socialismo agrário’ da Alemanha meridional, as ‘propostas de compensação’ de Heine (aprovação do orçamento militar em troca da concessão de direitos populares), as intervenções de Schippel em favor do protecionismo alfandegário, etc. No Congresso de Stuttgart, em outubro de 1898, todos os elementos oportunistas se haviam rapidamente agrupado sob a égide do ‘estandarte bernsteiniano’”.¹⁷⁷ No prefácio, Rosa Luxemburgo observa:

A corrente oportunista do Partido, que encontrou em Bernstein sua própria expressão teórica, não representa mais do que uma inconsciente aspiração a assegurar a hegemonia aos elementos pequeno-burgueses que entraram no Partido, de modelar a

¹⁷⁶ DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972, p. 61.

¹⁷⁷ FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: Hobsbawm E. J. *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 292.

práxis e as finalidades do Partido de acordo com o espírito desses elementos.¹⁷⁸

Rosa Luxemburgo concluí, escrevendo:

A construção bernsteiniana foi a primeira – mas também última – tentativa de dar um fundamento teórico ao oportunismo. Dizemos “a última” porque, no sistema bernsteiniano, foi tão longe, negativamente, o renegamento do socialismo científico, e, positivamente, o ecletismo e a confusão teórica, que não resta muita coisa a acrescentar. Com o livro de Bernstein, o oportunismo levou a cabo seu próprio desenvolvimento teórico, tirando as últimas conseqüências.¹⁷⁹

A questão do embricamento entre a concepção teórica de Rosa Luxemburgo e de Bernstein incide sobre o fato de que Bernstein abandonara o objetivo socialista – a socialização dos meios de produção e sua gestão pelos produtores associados, – substituindo-o por um progressivo melhoramento, segundo uma concepção social-reformista, das condições de vida dos operários no âmbito da ordem social existente.

O questionamento de Rosa Luxemburgo contesta também a utilização que Bernstein fez dos dados estatísticos de uma maneira superficial, ressaltando que tais dados freqüentemente não expressam a realidade, captando apenas de modo raso o desenvolvimento econômico capitalista. Portanto, ela pode facilmente demonstrar que, embora as pequenas e médias empresas não desapareçam, sua duração diminui, porém incessantemente:

Segundo a hipótese de Marx, no processo geral de desenvolvimento capitalista, o pequeno capital assume o papel de pioneiro da revolução técnica; e isso de dois ângulos, tanto em relação a novos métodos de produção em ramos antigos e estáveis, já solidamente enraizados, quanto também em referência à criação de novos ramos produtivos, ainda não explorados pelo grande capital. É absolutamente falsa a concepção de

¹⁷⁸ LUXEMBURGO *apud* FETSCHER, 1982, p. 292.

¹⁷⁹ *Ibid.*, p. 292.

um declínio gradual e retilíneo da média empresa capitalista.¹⁸⁰

A grande empresa, o grande capital asfixiam as empresas de pequeno e médio porte, o que não impede, porém, que surjam regularmente esses tipos de empresas. “De qualquer modo, para a criação de tais novas empresas, é necessário um capital marginal em contínuo crescimento; e, além disso, a existência dessas empresas autônomas se torna cada vez mais breve”.¹⁸¹

A visão de Bernstein definia a “capacidade de adaptação” do capitalismo às condições de contínuo crescimento econômico como possibilidade de evitar ou amenizar as suas crises. Já para Rosa Luxemburgo em 1908 – por ocasião da segunda edição do seu livro, – essa tese de Bernstein é negada taxativamente, tendo em vista a crise do período.

No que diz respeito ao papel dos sindicatos como meio para a diminuição da taxa de lucro industrial e para o aumento salarial, Rosa Luxemburgo é clara, convencida de que os sindicatos

[...] não estão verdadeiramente em condições de desenvolver uma política econômica agressiva em face do lucro, porque eles não são mais do que a defesa organizada da força de trabalho contra os assaltos do próprio lucro, não são mais do que a resposta da classe operária à tendência compressor da economia capitalista.¹⁸²

Portanto, os sindicatos estão limitados – dentro da ordem capitalista – a pelo menos redistribuírem o “valor” da relação capital-mercadoria-trabalho e não potencializam a diminuição ao mesmo tempo da taxa de lucro e da mais-valia dos empregadores; podem auxiliar o trabalhador a tirar vantagens do mercado de

¹⁸⁰ LUXEMBURGO *apud* FETSCHER, 1982, p. 293.

¹⁸¹ FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: Hobsbawm E. J. *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 293.

¹⁸² LUXEMBURGO *apud* FETSCHER, 1982, p. 293.

trabalho, mas não são capazes de influir na própria conjuntura, ou seja, o trabalhador busca a melhora na sua qualidade de vida, que por sua vez só é atendida quando não interferem na margem de lucro do empresariado. Rosa Luxemburgo aponta, portanto a luta sindical como limitada, embora,

[...] sempre indispensável, se é que o trabalhador em geral deve obter aquele nível salarial que lhe cabe conjunturalmente e [se é que] a lei capitalista do salário deve ser realizada.¹⁸³

Nem o cooperativismo, que é capaz, quando muito, de redistribuir os bens de consumo, nem os sindicatos – pensa Rosa Luxemburgo – podem desempenhar o papel atribuído por Bernstein. E, além do mais, se pensarmos no desenvolvimento da técnica produtiva, a influência dos sindicatos é prejudicial para a mesma, pois, com efeito,

[...] toda transformação técnica entra em choque com os interesses dos trabalhadores diretamente atingidos e piora a sua posição imediata, na medida em que envilece a força-de-trabalho, intensifica o ritmo de trabalho, tornando-o mais monótono e penoso. O sindicato, portanto, só pode se imiscuir no lado técnico da produção [...] do ponto de vista dos grupos singulares de trabalhadores diretamente interessados, ou seja, opondo-se às inovações. Nesse caso, todavia, ele não agiria no interesse da classe trabalhadora como um todo e de sua emancipação, que, ao contrário, se adequa melhor ao progresso técnico, ou seja, ao interesse capitalista singular; mas agiria num sentido reacionário.¹⁸⁴

Por outro lado, se os sindicatos quisessem determinar o volume da produção, isso se reduziria “[...] a um cartel dos trabalhadores e dos empresários contra [...] a sociedade consumidora”.

¹⁸³ LUXEMBURGO *apud* FETSCHER, 1982, p. 294.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 294.

Tampouco o Estado democrático – como Rosa Luxemburgo replica a Bernstein – pode ser instrumento para a transformação gradual da sociedade de capitalista em socialista: qualquer,

[...] reforma social encontra [...] seus próprios limites naturais [...] nos interesses do capital. [...] Tanto o Estado quanto o movimento sindical enfrentam barreiras insuperáveis no âmbito da ordem social existente.¹⁸⁵

A própria evolução, pensada por Bernstein, no sentido de uma limitação do direito de propriedade pelo Estado, não pode fazer pensar num caminhar para o socialismo. Rosa Luxemburgo coloca-se contrária a essa tese observando que com a passagem de funções de direção a funcionários pagos e executivos, “o direito de propriedade capitalista chega finalmente à sua completa realização”. Com efeito,

[...] o esquema histórico da evolução do capitalismo, tal como é descrito por Konrad Schmidt (do proprietário ao puro administrador), aparece assim como a inversão do desenvolvimento real, que, ao contrário, leva do proprietário e do administrador ao simples proprietário [...]. O que hoje funciona como “controle social” – proteção do trabalho, vigilância sobre as sociedades anônimas, etc. – não tem na realidade nada a ver com uma participação no direito de propriedade, com uma “superpropriedade”. Ele não funciona como limitação da propriedade capitalista, mas, ao contrário, como sua proteção [...]. Não constitui uma violação da exploração capitalista, mas uma sua normalização, uma sua regulamentação.¹⁸⁶

Para Rosa Luxemburgo, portanto, a normatização das relações de trabalho não pode ultrapassar os limites traçados pelas relações de propriedade. “Para o empresário individual, toda normativa representa na prática uma limitação ao seu direito de propriedade (o ‘jus utendi e abutendi’), o que, ao contrário, não ocorre

¹⁸⁵ LUXEMBURGO *apud* FETSCHER, 1982, p. 295.

¹⁸⁶ *Ibid.*, p. 295.

para a classe enquanto totalidade, a qual aliás, tem sua posição consolidada, de fato, precisamente pela legislação social”.¹⁸⁷

A tese fundamental bernsteiniana, segundo a qual a realização do socialismo trilha o caminho onde “a democracia é a grande lei do processo histórico geral”, é refutada por Rosa Luxemburgo que sublinha que

entre desenvolvimento capitalista e a democracia, não se pode construir nenhuma relação geral absoluta.¹⁸⁸

Rosa Luxemburgo demonstra que “a democracia se torna vital não na medida em que a classe trabalhadora renuncia à sua luta de emancipação, mas, ao contrário, na medida em que se torna bastante forte para lutar contra as conseqüências reacionárias da política de potência e da direção burguesa. Quem deseja reforçar a democracia, deve desejar também o fortalecimento – e não o enfraquecimento – do movimento socialista”.¹⁸⁹

O reformismo na legislação não dá conta de remover a exploração do trabalho assalariado enquanto tal:

Todas as relações fundamentais do domínio capitalista de classe não podem ser modificadas através de reformas legais sobre uma base burguesa, porque não são frutos de leis burguesas nem conservaram sua forma [...]. Não é a força coercitiva de nenhuma lei que subjuga o proletariado à burguesia, mas sim a situação de necessidade, a carência de meios de produção. Todavia, no quadro da sociedade burguesa, não há nenhuma lei que possa decretar a posse desses meios pelo proletariado, já que ele foi despojado dos mesmos não através de uma lei, mas de um processo econômico.¹⁹⁰

¹⁸⁷ FETSCHER, I. Bernstein e o desafio à ortodoxia. In: Hobsbawm E. J. *História do marxismo II: O marxismo na época da Segunda Internacional (primeira parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p. 296.

¹⁸⁸ LUXEMBURGO *apud* FETSCHER, 1982, p. 296.

¹⁸⁹ *Ibid.*, p. 296.

¹⁹⁰ *Ibid.*, p. 296 - 297.

Obviamente, isso não quer dizer que a democracia seja objeto desprezível e supérfluo, ao contrário, é importante um instrumento para a organização dos trabalhadores, que possibilitaram inúmeros avanços sociais, mas o grande erro de Bernstein, e agora o de Carlos Nelson Coutinho, consiste em crer na possibilidade de alcançar o socialismo gradualmente, através de um “compromisso histórico” entre as inúmeras vertentes sociais, inclusive com a burguesia, em torno do valor universal da democracia. Ora, até que ponto a ordem do capital possibilitaria outros avanços sociais, mesmo que pactuada com a burguesia?

Diante de tais contradições, temos o debate fervoroso entre Kautsky e Lênin acerca do “método democrático” e da “democracia de classe”, que será analisado no próximo item desta dissertação.

2.2 A polêmica entre KAUTSKY e LÊNIN

Faz-se necessário apreciarmos as posições controversas de Kautsky e Lênin, que darão solidez ao debate no interior do movimento operário europeu.

Para Kautsky há uma distinção entre dois métodos fundamentalmente diferentes, o método democrático e o método ditatorial, pois, efetivamente,

[...] a reivindicação pela livre discussão nos leva de antemão ao terreno da democracia. A finalidade da ditadura não é refutar a opinião oposta, mas suprir violentamente sua expressão. Assim, os dois métodos, a democracia e a ditadura, opõem-se de maneira irreduzível antes mesmo do começo da discussão. Uma exige a discussão, outra recusa-a.¹⁹¹

¹⁹¹ KAUTSKY, K. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: LECH, 1979, p. 04.

Kautsky afirma que algumas vezes foi feita diferença entre socialismo e democracia, entre socialização dos meios de produção e a própria produção, de maneira que, como afirma o autor,

[...] diz-se que o socialismo é nosso objetivo final, a razão de ser de nosso movimento, ao passo que a democracia não é senão o meio de chegar a ele; e que a democracia, uma vez atingida, revela-se inadequada e até mesmo um obstáculo. Em verdade, não é o socialismo nosso objetivo final, mas a abolição toda espécie de exploração e de opressão, quer seja dirigida contra uma classe, em partido, um sexo ou uma raça (Programa de Erfurt).¹⁹²

Portanto, a tese de Kautsky é cristalina, afirmando nova propositura no movimento operário europeu, o de não mais vislumbrar o socialismo como fim, mas sim a própria democracia, pois

[...] é lutando por conquistar, manter e expandir a democracia, aproveitando cada parcela de democracia para a organização, propaganda e conquista de reformas sociais, que o proletariado ganha maturidade de ano para ano e se transforma da camada mais baixa das massas populares em camada predominante. É ainda a democracia que não somente permite, mais do que qualquer outro meio, acelerar o processo de amadurecimento do proletariado, como ainda é aquele que mais ajuda a reconhecer o momento em que essa maturidade é alcançada.¹⁹³

Kautsky, portanto, acredita que a revolução proletária possa ser realizada pela “via pacífica, legislativa e moral”¹⁹⁴, e não recorrendo aos “meios de força física”, em países onde a democracia esteja enraizada, pois

A democracia permite o desenvolvimento de organizações de massas graças a um esforço administrativo que diz respeito às grandes massas. A democracia convida os cidadãos do Estado a discutir e

¹⁹² KAUTSKY, K. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: LECH, 1979, p. 05.

¹⁹³ *Ibid.*, p. 16.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 26.

a resolver numerosos problemas do dia a dia [...]. Sem democracia não há progresso.¹⁹⁵

Em resposta ao posicionamento de Kautsky temos a polêmica instaurada por Lênin, refutando o posicionamento “reformista” kautskysta. De maneira irônica, Lênin inicia sua exposição afirmando que

Kautsky, a autoridade suprema da II Internacional, mostra da maneira mais típica e mais estrondosa como, para alguns, o marxismo, reconhecido em palavras, se transformou na realidade em “struvismo” ou em “brentanismo”, quer dizer, na doutrina liberal burguesa que admite a luta de “classe” do proletariado, desde que ela não vá até a revolução.¹⁹⁶

Lênin parte do ponto inicial trabalhado por Kautsky, quando a teoria kautskysta diferencia método democrático e ditatorial, afirmando ser “renegação do marxismo”, deixando “Bernstein muito atrás de si (Kautsky)”. A questão central para Lênin reside no fato de que a “ditadura do proletariado” é relacionada com duas formas distintas de Estado, o proletário e o burguês e, conseqüentemente, entre democracia proletária e democracia burguesa. Logo, Marx afirma, reconhecendo a concretude histórica das diversas formações sociais existentes no mundo, que a “ditadura do proletariado” não se refere à ditadura no sentido literal da palavra. Para Lênin, Marx não fala de uma forma de governo, mas de uma situação em que se deve produzir, onde quer que o proletariado tenha conquistado o poder político,

[...] o que prova que Marx não tinha em vista uma forma de governo é a opinião que tinha de que na Inglaterra e na América, a transição poderia efetuar-se pacificamente, ou seja, por via democrática.¹⁹⁷

¹⁹⁵ KAUTSKY, K. *A ditadura do proletariado*. São Paulo: LECH, 1979, p. 26 - 27.

¹⁹⁶ LÊNIN. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: LECH, 1979, p. 91 - 92.

¹⁹⁷ *Ibid.*, p. 98.

De qualquer modo, para Lênin, a revolução proletária é impossível sem a total destruição do “Estado burguês” e sua substituição por uma nova ordem, que não é – como afirma Engels – “o Estado no sentido próprio da palavra”.

Marx e Engels fizeram uma análise apurada da Comuna de Paris, mostrando que seu mérito estava na tentativa de destruir a estrutura estatal vigente à época, liquidando o exército e o funcionalismo, pondo fim ao parlamentarismo, destruindo o “cogumelo parasita que é o Estado”. Sendo assim, Kautsky

[...] desnaturou de modo revoltante a noção de ditadura do proletariado transformando Marx em um liberal vulgar; ele próprio cai num liberalismo barato, quando recita frases vazias sobre “democracia pura”; quando mascara e deixa na sombra o conteúdo de classe da democracia burguesa e afasta com horror o emprego da força revolucionária pela classe servilizada [...] O renegado Bernstein não passa de pobre diabo perto do renegado Kautsky.¹⁹⁸

Nesse sentido, para Lênin não há “democracia pura” na sociedade capitalista, mas somente “democracia de classe”. Obviamente, a democracia burguesa significa imenso avanço quando comparada a regimes autocráticos, mas

[...] continua sendo, e não pode deixar de continuar a ser, sob a dominação capitalista, um regime estreito, acanhado, mentiroso, hipócrita, um paraíso para os ricos, armadilha, engodo para os explorados e pobres.¹⁹⁹

Ou seja, há uma limitação estrutural na conjuntura do Estado capitalista que impede que ocorra a emancipação humana e, nesse sentido, “o Estado representativo moderno é instrumento de exploração do trabalho assalariado pelo capital”²⁰⁰ pois, no mais democrático dos “Estados burgueses”, os trabalhadores

¹⁹⁸ LÊNIN. *A revolução proletária e o renegado Kautsky*. São Paulo: LECH, 1979, p. 104.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 106.

²⁰⁰ ENGELS *apud* LÊNIN, 1979, p. 106.

chocam-se, quotidianamente, com a gritante igualdade formal, proclamada pela democracia, e a brutal desigualdade material, cindindo o ser social.

Logo, estamos diante de duas concepções distintas de visões do mundo, em que temos a via democrática como um fim, como um autêntico patrimônio da humanidade, aproximando pensadores como Bernstein, Kautsky, os intelectuais do PCI e Carlos Nelson Coutinho, que vislumbraram a possibilidade de um “reformismo revolucionário” e da democracia como possibilidade de efetividade somente com a implantação do socialismo no mundo concreto, pois, na sociedade capitalista a democracia é limitada – ainda que seja um avanço se levarmos em conta regimes despóticos.

No próximo capítulo desta dissertação, analisaremos os discursos de alguns comentadores da obra de Carlos Nelson Coutinho, críticos e elogiosos, para que possamos compreender seu movimento no interior da sociedade brasileira.

CAPÍTULO 3

A TEORIA DA DEMOCRACIA COMO VALOR UNIVERSAL NO BRASIL

3.1 Os comentadores da produção de Carlos Nelson Coutinho

Vários autores fizeram a crítica das posições eurocomunistas dos comunistas brasileiros. Num artigo intitulado “A universalidade da democracia: esperanças e ilusões”, João Quartim de Moraes tentou responder aos argumentos de Coutinho, afirmando que:

Filosoficamente, atribuir universalidade a um valor é enunciar um juízo analítico: todo valor, como toda idéia, é um universal. Dizê-lo nada acrescenta a seu intrínseco significado. Politicamente, porém, a tese apresenta duas novidades: uma ruptura doutrinária (abandono, pelo comunismo italiano ou ‘eurocomunismo’, da tese marxista, fortemente enfatizada por Lênin, de que a democracia, longe de constituir o ‘fim da história’, era uma forma de dominação política do Estado capitalista) e uma tentativa de reformulação estratégica e programática (a idéia de revolução se dilui na de evolução: a ampliação da democracia é a forma política do socialismo; nada tem de gratuito, neste sentido, o interesse dos teóricos eurocomunistas por Rousseau: haverá socialismo quando a Vontade Geral coincidir com a Vontade dos trabalhadores).²⁰¹

Com essas considerações, Moraes visa a reconhecer nos clássicos um “fundamento ontológico da universalidade da democracia”. Perseguindo a filosofia política de Rousseau, assevera que seu fundamento se põe no plano ético-

²⁰¹ MORAES, J. Q. A universalidade da democracia: esperanças e ilusões. In: *Revista de Filosofia, Política e Ciência História*. Ensaios Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem. *Marxismo*. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, n. 1, t. 1, 1999, p. 160.

jurídico. Tomando duas questões extraídas do *Contrato social*, destaca a seguinte passagem: “Quero investigar se, na ordem civil, pode haver alguma regra de administração legítima e segura, considerando-se os homens tais como são e as leis tais como podem ser” (livro I, introdução). Assim, Rousseau supõe a República como “[...] todo estado regido por leis, qualquer que se possa ser sua forma de administração: somente então, com efeito, o interesse público governa e a coisa pública é alguma coisa” (livro II, Capítulo VI). Comparando com a idéia kantiana, segundo a qual “República” é uma idéia da razão prática na qual a máxima que orienta a ação de cada cidadão coincide com a lei universal. Nesse sentido, Moraes se pergunta se não “[...] seria este o significado filosófico do ‘valor universal da democracia’ proclamado pelo eurocomunismo nos anos 70”?

Ora, para esse autor, se a perspectiva do eurocomunismo italiano trata-se de uma “novidade”, para o liberalismo, esta tese não seria mais do que “a mera reiteração”, de tomar a democracia como um princípio de legitimidade, definindo-o de acordo com seu princípio ético-político, como o faz Giovanni Sartori.

Moraes recorda que Carlos Nelson Coutinho examina a “gênese histórica” da democracia nas revoluções burguesas, mas que se apropria do “arcabouço institucional da democracia política”, precisamente de “seu valor universal”, que seria preservado numa nova ordem, para além da sociedade do capital, pois, como sustenta Coutinho, apoiando-se aparentemente nos termos de Marx “segundo a qual a arte de Homero não perde sua validade universal – inclusive sua função de modelo – com o desaparecimento da sociedade grega primitiva que constitui sua necessária gênese histórica”.

Não aceitando esta apropriação indevida, Moraes afirma que:

A tese de Marx é cristalina: as formas artísticas estão vinculadas “a formas determinadas do desenvolvimento social”. Aplicar esta tese às formas políticas, como pretende Carlos Nelson Coutinho, levaria à conclusão exatamente oposta a do valor

perenemente universal da democracia: a saber, de que as formas democráticas estão vinculadas a determinados estágios do desenvolvimento social [...].²⁰²

Não sendo mera continuidade da democracia liberal, Coutinho a concebe como um *Aufhebung*, um movimento de ultrapassagem, que conserva e supera ao mesmo tempo.

“Muito mais consistente é o argumento de que a democracia socialista não pode ser vista ‘como uma simples continuação da democracia liberal...’”.²⁰³ Nesse sentido, “com a apropriação social dos meios de produção, a contínua ‘socialização da política’ exige a ‘socialização dos meios e dos processos de governar o conjunto da vida social’. Do mesmo modo que o socialismo suprime a contradição econômica fundamental do capitalismo, a democracia socialista suprimiria a contradição política fundamental da democracia liberal. Aquela seria a *Aufhebung* desta, isto é, sua ‘superação dialética’: ‘a primeira elimina, conserva e eleva a nível superior as conquistas da segunda’”.

Dessa forma, reduzida à sua forma parlamentar, a democracia – meio orgânico da dominação burguesa, – deixa intocável a natureza da relação-capital, fundada no corte entre proprietários dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e os não-proprietários. Os princípios da gênese do liberalismo se mantêm, do “direito natural” a propriedade privada, aos meios de produção. Portanto, tal como na visão liberal, que eterniza a *diferença histórico-social*, estabelecendo, assim, uma divisão ilusória do poder plural de categorias sociais antagônicas. Excluía-se, portanto, a idéia cara a Marx de que o Estado moderno, em qualquer de suas formas, é sempre forma de opressão, monopólio da violência, ditadura de classe, obstáculo à efetivação de uma autêntica

²⁰² MORAES, J. Q. A universalidade da democracia: esperanças e ilusões. In: *Revista de Filosofia, Política e Ciência História*. Ensaios Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem. *Marxismo*. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, n. 1, t. 1, 1999, p. 162.

²⁰³ *Ibid.*, p. 162.

emancipação humana; não sendo assim, senão o “anel de ferro” que se reproduz moto-contínuo.

A proposta eurocomunista, na verdade, se alinha ao campo daqueles que defendem o aperfeiçoamento das formas democráticas como estrutura a ser permanentemente ampliada pela absorção dos direitos sociais, autonomizando-se a esfera política das relações sociais de produção. Mais uma vez, aquilo que parecia uma reflexão rica na captura das determinações particulares do processo histórico brasileiro acabou por tomar de “empréstimo” a estratégia da “frente popular” que derrotou o fascismo italiano. Agora a conceituação gramsciana de “revolução/restauração”, pensada para o caso italiano, era transferida como referência modelar para a ação da “esquerda democrática” contra o regime militar.

A estrutura política montada pelos gestores do capital atrofico, a partir de 1964, passava a ser identificada como o “fascismo brasileiro”. O que ficará na sombra dessa transposição: como explicar a “transição transada” concebida e operada pelo próprio “Estado fascista”, sem sua derrubada por uma ação revolucionária de massas, pelas ações armadas do proletariado em aliança com o campesinato, numa frente composta também pelas frações *liberais* do capital? Como se deu a transformação dos “fascistas” em liberais? Tratava-se, nesse sentido, de montar em nosso país a mesma configuração e estratégia política usada pelos eurocomunistas italianos: a articulação de um “compromisso histórico” sob a direção hegemônica da “federação de oposições” de Ulysses Guimarães.

Desse modo, o crítico assinala que Coutinho, apoiando-se no austromarxista Max Adler, se posiciona “[...] ao nível da defesa corporativa de interesses puramente grupais e particularistas, reproduzindo assim a atomização da sociedade civil que serve objetivamente à dominação burguesa”.²⁰⁴ Segundo Moraes, há um nó não resolvido na trama de Coutinho, uma vez que,

²⁰⁴ ADLER *apud* MORAES, 1999, p. 163.

[...] o aprofundamento crítico desta complementaridade entre economia e política no socialismo consiste em examiná-las sinteticamente em sua determinação recíproca e, em especial, em sua crucial síntese objetiva: a planificação democrática. Parece-nos evidente que é este o “ponto nodal” tanto do colapso do bloco socialista do leste europeu quanto da refundação da perspectiva socialista. A elaboração democrática da planificação central supõe a apropriação social dos meios de produção e dos meios de dominação. Constitui (enquanto programa histórico) a superação efetiva do mercado como meio regulador da divisão do trabalho. Se estas hipóteses são justas, o estatuto de universalidade da democracia não há de ser substancialmente o de um valor perene como o encanto da *Ilíada* ou do *Don Quixote*. Será a universalidade enfim concreta da Vontade Geral, a direção social da produção social, a identificação da democracia com o socialismo.²⁰⁵

Para Carlos Nelson Coutinho, há assim uma secreta afinidade entre a concepção do socialismo como uma postura ética (mais igualdade, mais “justiça social”) e a da democracia como um “valor universal”.

Referindo-se ao ensaio de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder considera que,

[...] um marxista empreendia sobre a questão democrática uma reflexão mais vigorosa do que aquela que até então vinha sendo feita pelos liberais. Fazia uma opção radical pela democracia, que trazia com ela uma proposta de socialismo necessariamente nova (capaz de absorver elementos provenientes da democracia liberal, como a preservação dos direitos e garantias individuais, o fortalecimento da cidadania, a proteção das minorias, o pluripartidarismo, o respeito à alternância do poder, etc.).²⁰⁶

²⁰⁵ MORAES, J. Q. A universalidade da democracia: esperanças e ilusões. In: *Revista de Filosofia, Política e Ciência História*. Ensaios Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem. *Marxismo*. São Paulo: Estudos e edições Ad Hominem, n. 1, t. 1, 1999, p. 163.

²⁰⁶ KONDER, L. *Intelectuais brasileiros & marxismo*. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1991, p. 122.

Assumindo esta posição, outro autor, de extração weberiana e adepto da social-democracia, o secretário-geral do PT, Francisco Weffort, em sua obra *Por que democracia?*, sintetiza esta concepção:

Temos todo o direito de preferir uma democracia liberal ou socialista. Temos todo o direito de buscar assegurar a hegemonia burguesa ou lutar pela hegemonia dos trabalhadores. Mas esta luta de partidos, grupos de interesse, classes sociais, em torno do sentido da democracia só pode existir quando se vai além do seu significado meramente instrumental. Na própria luta dos divergentes e dos contrários, em torno do sentido da democracia, está a afirmação da democracia como um valor geral. Um valor que é de todos, espaço irrenunciável de realização da dignidade humana.²⁰⁷

Nessa acepção liberal democrática, os “divergentes e contrários” são perpetuamente conservados. Capital e trabalho disputam um lugar “digno” nesse espaço universalizado. O espaço da ética na política é, dessa forma, hipostasiado dos conflitos práticos da humanidade.

No lado da defesa da tese de Coutinho, cabe assinalar as posições do último Gorender. Ao refletir sobre o futuro do trabalho, da perda da centralidade desta atividade específica e peculiar do homem, Jacob Gorender assinala em sua obra *Marxismo sem utopias* que

O socialismo livre da centralidade do trabalho, sob o mando do planejamento e convivendo com formas esporádicas de mercado, tornaria a vida melhor. Recorde-se que Se o planejamento econômico, por si mesmo, contém tendências capazes de anular vantagens diante da economia de mercado, cumpre notar que a eliminação desta não é algo tão pacífico como pareceu aos dirigentes soviéticos. Tanto quanto possamos inferir das experiências passadas e do capitalismo de nossos dias, seria temerário pretender que o mercado virá a ser eliminado imediatamente pelo Estado dos trabalhadores. Ainda que fosse nos países de economia mais desenvolvida e avançada, como a

²⁰⁷ WEFFORT, F. C. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 61.

dos Estados Unidos e da Alemanha. Alega-se que o socialismo de mercado seria uma contradição em termos, um não-socialismo. [...] Na prática, porém, verifica-se que em nenhuma parte a economia já se socializou a ponto de poder dispensar o mercado.²⁰⁸

Como se pode notar, o historiador marxista capitula diante das tendências que consegue compreender de seu presente, é deste que extrai suas convicções, portanto, a partir dessa angulação, que confere uma perspectiva ao futuro da humanidade. Se Marx errou ao esperar que o proletariado fosse o condutor e indutor para uma nova forma de sociabilidade – outra “quimera”, outra “utopia”, que precisamos abandonar, diz respeito à superação da politicidade. A conquista do Estado do Bem-Estar, em sua visão, corresponderia à propensão ontológica da classe operária ao reformismo. Além disso, assumindo inteiramente as proposituras de Domenico Losurdo, afirma:

Sem dor de consciência, deixemos aos anarquistas a exclusividade da proposição acerca da extinção do Estado. [...] Losurdo mostrou como a defesa do Estado mínimo se conjugou, na trajetória teórica do liberalismo, à pregação do regime de repressão mais extremada e antidemocrática das classes subalternas. Losurdo tem também o mérito extraordinário de haver assinalado o utopismo contido na proposição da extinção do Estado e em outras quimeras de Marx acerca do comunismo.²⁰⁹

Jacob Gorender quer reduzir o papel de uma burocracia a uma atividade meramente administrativa, pois “Não há por que aniquilar os órgãos estatais dedicados a funções administrativas e técnicas”.²¹⁰ É um erro acreditar em sua superação radical, coisa de anarquista e das quimeras de Marx. Este problema do papel da burocracia deve ser resolvido pelo caráter democrático dado a esta Administração. Gorender se converte, assim, num saint-simoniano democrático. Passa, em consequência disso, ao elogio da tese da “Democracia como valor universal”, de Carlos Nelson Coutinho. O mesmo itinerário é seguido:

²⁰⁸ GORENDER, J. *Marxismo sem utopias*. São Paulo: Ática, 1999, p. 252 - 253.

²⁰⁹ LOSURDO *apud* GORENDER, 1999, p. 245.

²¹⁰ GORENDER, J. *Marxismo sem utopias*. São Paulo: Ática, 1999, p. 246.

O que Coutinho pretendia afirmar sobre a necessidade da democracia no socialismo é inteiramente justo. No socialismo a democracia é ainda mais, muito mais necessária do que no capitalismo. [...] A democracia socialista, como toda democracia, implica o pluralismo em todos os terrenos. Democracia de partido único é contradição em termos e contradição prática, empiricamente comprovada. Democracia socialista sem pluralidade partidária e plena liberdade de manifestação de opiniões não é democracia socialista.²¹¹

Apresentaremos, no próximo item desta dissertação, as contradições e limites no interior da produção teórica de Carlos Nelson Coutinho, enfocando o choque de concepções entre a ontopositividade e ontonegatividade da política.

3.2 A “revolução passiva” e a “via colonial de objetivação do capital” – “a determinação ontonegativa da politicidade”

Em seu ensaio “A democracia como valor universal”, Carlos Nelson Coutinho se apropria, de modo indevido, no nosso entendimento, acerca de uma afirmação de Marx sobre a arte grega, quando este distingue a gênese histórica e a validade universal das obras de arte da Grécia antiga. Segundo Coutinho,

[...] para o materialismo histórico [...] não existe identidade mecânica entre gênese e validade. É do próprio Marx a observação segundo a qual a arte de Homero não perde seu valor universal – e conserva até mesmo sua função de modelo – apesar do desaparecimento da sociedade grega primitiva na qual essa arte teve sua gênese.²¹²

Separando a democracia em sua dimensão histórica, democracia ateniense, democracia burguesa, etc. e seu valor universal, Coutinho acredita que

²¹¹ GORENDER, J. *Marxismo sem utopias*. São Paulo: Ática, 1999, p. 247 - 248.

²¹² COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 22.

mesmo com o fim da sociedade burguesa, as formas institucionais da *democracia política* não perdem seu valor universal, assim como no campo da arte. Aponta que se

[...] a observação de Marx tem alcance metodológico geral (independente das concretizações a serem feitas em cada esfera específica do ser social), podemos extrair dela uma conclusão acerca da questão da democracia: nem objetivamente, com o desaparecimento da sociedade burguesa que lhes serviu de gênese, nem subjetivamente, para as forças empenhadas nesse desaparecimento, perdem seu valor universal muitas das objetivações ou formas de relacionamento social que compõe o arcabouço institucional da democracia política.²¹³

Quando se refere à conceituação de “valor”, Coutinho ressalta que não se trata de uma norma “abstrata e intemporal” – como no pensamento de Kant – que teria como resultado um significado universalista moral, a idéia do valor da universalidade democrática estaria separado da concretude histórica, sendo portanto uma idéia , ou melhor uma “razão” inata e eterna. O autor enfatiza que sua análise parte das premissas do materialismo histórico, e baseia-se nos escritos de Georg Lukács, segundo o qual o valor em geral, e, conseqüentemente, o valor do meio político, resulta

[...] em última instancia da crescente socialização das forças produtivas, do processo econômico necessário que leva a um progressivo “recoo das barreiras naturais” (Marx), um processo que amplia e complexifica tanto os carecimentos humanos quanto as faculdades humanas.²¹⁴

Ao mostrar que no processo de movimentação do carecimento humano de determinadas objetivações ao desenvolvimento das faculdades humanas no itinerário da sociabilidade, ressalta que estas objetivações, dependendo da

²¹³ MARX *apud* COUTINHO, 1980, p. 23.

²¹⁴ COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980, p. 23.

[...] natureza do carecimento, podem se dar em qualquer esfera do 'ser social' desde a economia à ética e a estética, e até mesmo na da esfera política.²¹⁵

Georg Lukács em sua investigação sobre a arte elabora alguns conceitos acerca da singularidade concreta e da capacidade que a arte tem de ascender à universalidade como “autoconsciência do desenvolvimento da humanidade”. Em seus termos:

O particular como categoria estética abraça o mundo global, interno e externo, e precisamente como mundo do homem, da humanidade; as formas fenomênicas sensíveis do mundo externo, por isso são sempre – sem prejuízo para a sua sensibilidade intensificada, para a sua imediata vida própria – signos da vida dos homens, de suas relações recíprocas, dos objetos que mediatizam estas relações, da natureza em seu intercâmbio material com a sociedade humana. O universal, por seu turno, é tanto a encarnação de uma das forças que determinam a vida dos homens, como ainda – caso em que ele se manifesta subjetivamente como conteúdo de uma consciência no mundo figurado – um veículo da vida dos homens, da formação da sua personalidade e do seu destino.²¹⁶

Portanto, o particular como “categoria estética” transcende à universalidade na medida em que expressam os signos, as múltiplas relações humanas.

Com esta representação simbólica do singular e do universal, a obra de arte revela – em virtude da sua essência objetiva, independentemente das intenções subjetivas que determinam o seu nascimento – uma qualidade interna, em si significativa da vida humana, terrena. Por isso, podemos reviver essa transcendência nas obras do passado, mas a revivemos como destino humano, sob a forma de emoções e paixões humanas.²¹⁷

²¹⁵ MARX *apud* COUTINHO, 1980, p. 23.

²¹⁶ LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 262.

²¹⁷ *Ibid.*, p. 262.

Para Lukács, a obra de arte adquire tamanha importância histórica na construção do conhecimento humano, que,

[...] só podemos chegar ao passado humano através da arte; os grandes fatos históricos nos dariam, em geral, somente uma variação de diversas estruturas. A missão da arte é exatamente a de demonstrar que nestas variações há uma continuidade do comportamento do homem em relação à sociedade e à natureza.²¹⁸

Este “*prazer estético*” *transcendente*, este “*valor*”, que Marx divisa que não se situa fora das relações concretas, pois “[...] a história universal não existiu sempre; a história considerada como história universal é um resultado”.²¹⁹ Resultado esse que podemos caracterizar, no sentido ontológico, como sendo, na esfera da arte, “uma reprodução do processo mediante o qual o homem compreende a própria vida, na sociedade e na natureza, como vida que se refere a ele mesmo, com todos os problemas e com todos os princípios vantajosos e todos os obstáculos, etc., que a determinam”. Lukács afirmará, portanto, que

[...] existe aqui uma tendência unificadora que relaciona a realidade total com o desenvolvimento do homem ou, como digo na *Estética*, com a autoconsciência do homem.²²⁰

Os elementos apontados vislumbram a idéia que, por intermédio da arte, os homens revivem o passado e o presente, perspectivando ainda o futuro, mas ainda o revivem,

[...] não como fatos exteriores, cujo conhecimento pode ser mais ou menos importante, e sim como algo essencial para a própria vida, como momento

²¹⁸ LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 29.

²¹⁹ MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 129.

²²⁰ LUKÁCS, G. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969, p. 29.

importante também para a própria existência individual.²²¹

Mas Marx quando está falando da arte, e de sua historicidade, aponta para a possibilidade de haver uma relação desigual do desenvolvimento da produção material, em face da produção artística, numa determinada sociedade. Ainda para Marx,

[...] a dificuldade não está em compreender que a arte grega e a epopéia estão ligadas a certas formas de desenvolvimento social. A dificuldade reside no fato de nos proporcionarem ainda um prazer estético e de terem ainda para nós, em certos aspectos, o valor de normas e de modelos inacessíveis.²²²

Marx aponta que, embora a arte grega tenha a ver com o contexto social, continua tendo “valor universal”. Ele exemplifica o atributo do valor universal da arte ao falar da obra de Homero:

Um homem não pode voltar a ser criança sem cair na puerilidade. Mas não acha prazer na inocência da criança e, tendo alcançado um nível superior, não deve aspirar ele próprio a reproduzir sua verdade? Em todas as épocas, o seu próprio caráter não revive na verdade natural da natureza infantil? Por que então a infância histórica da humanidade, precisamente naquilo em que atingiu seu mais belo florescimento, por que esta etapa para sempre perdida não há de exercer um eterno encanto? Há crianças mal educadas e crianças precoces. Muitos dos povos da antigüidade pertencem a esta categoria. Crianças normais foram os gregos. O encanto que sua arte exerce sobre nós não está em contradição com o caráter primitivo da sociedade em que ela se desenvolveu. Pelo contrário, está indissolivelmente ligado ao fato de as condições sociais insuficientemente maduras em que esta arte

²²¹ LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 268, 269.

²²² MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 131.

nasceu, e somente sob as quais poderia nascer, não poderão retornar jamais.²²³

Aquilo que é adequado para o campo da arte, Coutinho lança para a esfera política. A arte é emancipadora e eleva nossa humanidade; a política degenera o homem. Estado é meio orgânico de dominação, seja a forma que for. Nasce no interior das desigualdades sociais, dos conflitos de classe. Segundo Marx, a política é tratada como uma esfera inessencial à entificação do gênero humano, porque é gestada a partir dos conflitos práticos da humanidade. A arte, ao contrário, é uma esfera essencial ao devenir homem do próprio homem, pois se caracteriza como a “autoconsciência do homem”, como emancipadora, pois ao expressar o homem local e sua sociedade particular, a obra de arte e sua respectiva historicidade podem transcender a singularidade, a história local, e tornar-se universal na medida em que se identifica com o “gênero humano”.

Vejamos como essa transferência é imprópria. Aquilo que a arte é em sua natureza ontológica não pode ser reproduzida *mecanicamente* no plano dos “combates práticos” da humanidade. É óbvio, se ficarmos no campo das formulações de Marx e de Lukács. Marx deixou claro em seus escritos, após a *viragem ontológica* em seu pensamento no ano de 1843 – mais precisamente na carta enviada em setembro de 1843, – onde a “determinação ontopositiva da politicidade”, que, anteriormente determinava seu pensamento, abre espaço para a decifração da “determinação ontonegativa da politicidade”.

Em “Glosas críticas ao artigo ‘O rei da Prússia e a reforma social’”, um de seus primeiros artigos de combate, fustigando as posições *politicistas* de seu amigo Arnold Ruge, Marx aponta os limites da esfera política:

Quanto mais o Estado é potente, quanto mais um país é político, tanto menos está disposto a buscar no princípio do Estado – isto é, na organização atual da

²²³ MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. In: *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1974, p. 131.

sociedade, da qual o Estado é a expressão mais ativa, consciente e oficial – a razão das taras sociais e a compreender-lhe o princípio geral. A inteligência política é precisamente política porque pensa no interior dos limites da política. Quanto mais ela é viva e penetrante, tanto menos é capaz de apreender a natureza das taras sociais. O período clássico da inteligência política é a Revolução Francesa. Longe de perceber no princípio do Estado a fonte das taras sociais, os heróis da Revolução Francesa, ao contrário, percebiam nas taras sociais a fonte dos males políticos. É assim que Robespierre não vê na extrema pobreza e na extrema riqueza a não ser um obstáculo para a democracia pura. Ele deseja, por isso, estabelecer uma frugalidade geral à espartana. O princípio da política é a vontade. Quanto mais o espírito político é unilateral, tanto mais é perfeito, tanto mais crê na onipotência da vontade, e tanto mais é cego em face dos limites naturais e espirituais da vontade, e por consequência, menos capaz é ele de descobrir a fonte das taras sociais.²²⁴

Antecipando sua formulação posterior, segundo a qual há que encontrar a raiz da política na *anatomia* da sociedade civil, nas contradições e conflitos da sociedade de classes, Marx mostra a base contraditória pela qual essa esfera se reproduz:

A menos que suprima a si mesmo, o Estado não pode suprimir a contradição, entre o papel e a boa vontade da administração, de um lado, seus meios e seu poder, doutro. Ele repousa sobre esta contradição. Ele é fundado sobre a contradição entre a vida pública e a vida privada, entre os interesses gerais e os interesses particulares. Por consequência, a administração deve-se limitar a uma atividade formal e negativa, pois seu poder pára precisamente lá onde principia a vida civil e o trabalho.²²⁵

Desvendada a contradição entre esfera privada e esfera pública, Marx conclui:

²²⁴ MARX *apud* CHASIN, 2000, p. 94.

²²⁵ *Ibid.*, p. 94 - 95.

Em verdade, a impotência é a lei natural da administração, quando ela é posta diante das conseqüências que resultam da natureza anti-social desta vida civil, desta propriedade privada, deste comércio, desta indústria, desta pilhagem recíproca das múltiplas esferas civis. Pois este esquiteamento, esta baixaza, esta escravidão da sociedade civil constituem o fundamento natural sobre o qual repousa o Estado moderno, do mesmo modo que a sociedade civil da escravidão é o fundamento natural do Estado antigo. A existência do Estado e a existência da escravidão são indissociáveis. [...] Para findar com a impotência de sua administração, o Estado moderno deveria findar com a vida privada de hoje. Se quisesse suprimir a vida privada, necessitaria suprimir a si mesmo, pois é unicamente por oposição à vida privada que o Estado moderno existe.²²⁶

O rompimento desse “anel de ferro” perpetuador da ordem existente, ou seja, a da reprodução e da manutenção do capital, se deve dar com a destruição do “círculo perverso da política”.

Na mesma direção, José Chasin chama a atenção para as determinações reflexivas entre Estado e capital, uma vez que,

O círculo mágico compreende o imenso papel que desempenha o poder político na auto-reprodução ampliada no universo regido pelo capital; e, vice-versa, o modo pelo qual a sociedade civil do capital representa e reproduz a formação política dominante segundo sua própria imagem.[...] Ou seja, a sociedade civil, articulada em torno do poder econômico, assegura a dominação capitalista sobre o estado político e, através deste, sobre o conjunto da sociedade, formando, assim, um anel autoperpetuador.[...] A questão para Marx, posta da perspectiva do trabalho, cifra-se precisamente pela ruptura do anel vicioso. Ou seja, antes de mais nada há que romper com o círculo perverso da própria política. Pondo-se com isto nas condições de

²²⁶ MARX *apud* CHASIN, 2000, p. 95.

desenvolver a luta contra o poder do capital na esfera do próprio capital.²²⁷

Há uma contradição intrínseca à natureza da política no Estado capitalista na medida em que

[...] o Estado elimina, a sua maneira, as distinções estabelecidas por nascimento, posição social, educação e profissão, ao decretar que nascimento, posição social, educação e profissão são distinções não políticas; ao proclamar, desconsiderando tais distinções, que todo membro do povo é participe igualitário da soberania popular, ao tratar a todos os integrantes da vida real do povo do ponto de vista do Estado.²²⁸

Mas é aí que se dá a contradição fundamental, visto que “[...] o Estado permite que a propriedade privada, a educação e a profissão atuem ao seu modo, a saber, como propriedade privada, como educação e profissão, manifestando sua natureza particular”.²²⁹ Portanto, “[...] longe de abolir essas diferenças efetivas, o Estado só existe na medida em que as pressupõe, [...] só se apreende como Estado político e só faz valer sua universalidade em oposição a tais elementos”.²³⁰ Em outras palavras, “unicamente por cima dos elementos particulares é que o Estado se constitui como universalidade”.²³¹

Temos, portanto, a essência da determinação do Estado para Marx: “[...] o Estado político perfeito é, por natureza, a vida genérica do homem, em oposição à sua vida material”. De um lado temos a “vida genérica do homem” de maneira abstrata, cindida da realidade constituinte de múltiplas diferenças sociais, dos possuidores da propriedade privada.

²²⁷ CHASIN, J. Democracia e emancipação humana. In: Revista de Filosofia, Política e Ciência História: Ensaio Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. 3 – *Política*, 2000, p. 93.

²²⁸ MARX *apud* CHASIN, 2000, p. 145.

²²⁹ *Ibid.*, p. 145.

²³⁰ *Ibid.*, p. 145.

²³¹ *Ibid.*, p. 145.

De acordo com Marx, tal contradição faz com que,

[...] onde o Estado político tenha atingido o pleno desenvolvimento, o homem leve, não só no pensamento, na consciência, mas na realidade, na vida, uma dupla existência – celeste e terrena. Vive na comunidade política, em cujo seio é considerado como ser comunitário, e na sociedade civil, em que age como simples indivíduo privado, tratando os outros homens como meios, degradando-se a si mesmo em puro meio e se tornando juguete de poderes estranhos. [...] O Estado político, em relação à sociedade civil, é precisamente tão espiritual como o céu em relação à terra.²³²

O Estado político e suas resoluções, portanto, tem um caráter inerentemente parcial, abstrato e contraditório, o que não impede de ser considerado um avanço. Marx reconhece seus significados, porém delimitando seu alcance e dimensão. “Sem dúvida, a emancipação política subentende um grande progresso. Porém, não constitui a forma final da emancipação humana, ainda que seja a última forma da emancipação humana dentro da ordem mundana atual. [...] Ninguém deve se iludir (ou enganar) a respeito dos limites da emancipação política”, os quais não constituem “uma fase, mas a consumação da emancipação política”, de modo que “não abole e nem procura abolir”, as limitações reais do homem”.²³³ Direta e explicitamente “[...] emancipação política em si não é emancipação humana”.

É importante perceber que não se trata apenas de ir contra o princípio de universalidade, que está implícito em todos os atos políticos, “[...] mas de uma subordinação degenerativa da política às particularidades da sociedade civil”, no sentido de que “a cidadania, a comunidade política são reduzidas a simples meio”, o que significa e se efetiva na estrutura do sistema, dado que “o cidadão é declarado servo do ‘homem’ egoísta, ou seja, a esfera em que o homem age como ser genérico é degradada ao plano em que ele atua como ser parcial”.

²³² MARX *apud* CHASIN, 2000, p. 145.

²³³ *Ibid.*, p. 146.

Chasin aponta brevemente que

[...] ao longo deste século, a decadência do marxismo, desencadeada pela II Internacional e levada ao paroxismo pela vulgata stalinista, é alimentada também, em que pesem diferenças agudas de níveis e meios, pela especulação epistemologista e politicista, formas da descaracterização e perda da revolução teórica realizada por Marx, através das quais é processado o empobrecimento da inteligência e da sensibilidade de todo o período, assim adubado à perfeição para o vicejar dos consolos irracionistas e o readvento triunfante do neoliberalismo.²³⁴

Se pensarmos nos eventos trágicos do nosso “Breve Século”, como pensou Hobsbawm, ou, no “longo século”, pois as guerras não só foram retomadas, mas agora num patamar novo, com uma hegemonia absoluta dos EUA, o exame de uma guerra intitulada “Liberdade do Iraque”, que se propõe fundar a democracia nos moldes norte-americanos em solo iraquiano, mas que se estenderá a todos os inimigos do “novo império”, podemos observar que há uma única forma conceitual de democracia em voga, que não leva em conta o fator “emancipação humana”, mas apenas interesses econômicos e políticos do centro capitalista mundial, os Estados Unidos da América.

Tendo em vista nossa realidade nacional, subordinada ao mercado internacional, à reprodução do capital na ordem global, perversa e excludente, podemos nos perguntar sobre a aplicabilidade e a efetividade do ensaio “democracia como valor universal” nos moldes desenvolvidos por Carlos Nelson Coutinho, e seus teóricos afins, haja vista as limitações que a ordem do capital impõe à “emancipação humana”.

²³⁴ CHASIN, J. Democracia e emancipação humana. In: Revista de Filosofia, Política e Ciência História: Ensaio Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. III – *Política*, 2000, p. 119.

Em confronto com a posição de Coutinho, a teoria da “*via colonial*” de J. Chasin que ao contrário das formulações eurocomunistas analisa o processo de desenvolvimento capital brasileiro atentando-se à particularidade,

[...] ou, realçando a dimensão ontológica, a verificação de que há modos e estágios de ser, no ser e no ir sendo capitalista, que não desmentem a universalidade de sua anatomia, mas que a realizam através de objetivações específicas, ou seja, à medida que os universais existem apenas na malha objetiva das relações sociais, as formas concretas de sua existência constituem a mediação real entre os atos e relações singulares de que é tecida e os traços comuns a um conjunto de modos de ser específicos, isto é, o universal.²³⁵

José Chasin analisando ontologicamente a particularidade histórica de objetivação do capitalismo no Brasil observa que:

[...] a via colonial, em suas determinações mais gerais, significa o estabelecimento da existência societária do capital sem interveniência de processo revolucionário constituinte. Por si só esta característica da história brasileira é responsável por traços fundamentais do modo de ser e de se mover da formação nacional.²³⁶

O filósofo paulista continua; “[...] sem revolução burguesa, o Brasil vem a ser a herança de uma unidade territorial e lingüística constituída na subsunção formal ao capital”²³⁷, ou seja, a inserção do Brasil no processo de acumulação primitiva de capital européia se deu na condição de “empresa mercantil colonial”, sendo portanto de origem histórica e é o sentido do grande latifúndio agrário brasileiro, forma que o processo de industrialização defrontará pela “via de conciliação pelo alto”, expurgando caminhos revolucionários, conservando assim a subordinação ao capital metropolitano e conciliando o arcaico com o novo, configurando o capitalismo brasileiro como “hiper-tardio e subordinado”,

²³⁵ CHASIN, J. *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 03.

²³⁶ Ibid., p. 220.

²³⁷ Ibid., p. 220.

apresentando uma determinação característica no processo da “via colonial” no qual a história brasileira é “rica” em ditaduras e “milagres”, e pobre em soluções democráticas efetivas. O processo da “via colonial” vem acompanhado da explicitação das razões do golpe de 1964, do caráter autocrático da burguesia e do Estado gestado nesse processo, haja vista o inacabamento das classes sociais, em específico a incompletude de classe de nossos proprietários, pois

[...] como poderiam coabitar com a “soberania do povo”, na inintegralidade de sua “soberania enquanto classe do capital? Ou seja, como dominariam materialmente, sob a soberania política do povo, se a sua própria dominação é vassala de sua própria estreiteza orgânica e de um outro capital soberano? Portanto, se o limite de sua soberania é o seu capital limitado, o segredo de seu monopólio do poder é a atrofia de sua potência política. Isto é, a verdade do deslimite de seu mando autárquico é a limitação de sua soberania atrofica.²³⁸

Cabe ainda observar que a “emancipação política”, ou “parcial é um avanço irrecusável, pela luta dos trabalhadores, mas não constitui o ponto de chegada da construção da liberdade, resume-se apenas à liberdade possível na ordem humano-societária do capital”. Que se entenda aqui que não recusamos as conquistas democráticas dos trabalhadores com seu sangue e suor, mas o que sinalizamos é o fato de se manter uma estrutura desumana estruturada e orquestrada pelo capital.

²³⁸ CHASIN, J. A esquerda e a Nova República. In: *A miséria brasileira: do golpe militar à crise social*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, 2000, p. 156. O autor em *As máquinas param, germina a democracia!* (p. 103-104) contrasta as diferenças das formas históricas no universal das não-clássicas: “A particularidade da via colonial [...] engendra uma burguesia que não é capaz de perspectivar, efetivamente, sua autonomia econômica, ou o faz de modo demasiado débil, conformando-se, assim, em permanecer nas condições de ‘independência neocolonial’ ou de ‘subordinação estrutural’ ao imperialismo. Em outros termos, as burguesias que se objetivaram pela via colonial não realizam sequer suas tarefas econômicas, ao contrário da verdadeira burguesia ‘prussiana’, que deixa apenas, como indica Engels, de realizar suas tarefas políticas. De modo que, se para a perspectiva de ambas, de fato, é completamente estranha a um regime político democrático-liberal, por outro lado, a burguesia ‘prussiana’ realiza um caminho econômico autônomo, centrado e dinamizado pelos seus próprios interesses, enquanto a burguesia produzida pela ‘via colonial’ tende a não romper sua subordinação, permanecendo atrelada aos pólos hegemônicos das economias centrais. Em síntese, a burguesia ‘prussiana’ é antidemocrática, porém autônoma, enquanto a burguesia colonial, além de antidemocrática, é caudatária, sendo incapaz, por iniciativa e forças próprias, de romper com a subordinação ao imperialismo”.

A emancipação humana é, portanto, para Marx, a auto revolucionamento permanente do homem e, enquanto tal infinita. Por ela devemos lutar, ao menos para superar as “embrutecedoras” ilusões politicistas que nossa história e a realidade social demonstram.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Respeitando as várias contribuições de Carlos Nelson Coutinho no que concerne à tradução, disseminação e problematização de obras de autores clássicos do marxismo, tais como as obras de Antonio Gramsci e parte de textos de Lukács, procuramos, nesta dissertação, por meio da análise imanente, compreender os nexos constitutivos de sua visão do mundo centrada na democracia política e no socialismo democrático. Esse autor se afasta dos lineamentos ontológicos do pensamento de Marx, ao reduzi-lo a mero epistemologismo, aproximando-se das teses lukacsianas de *História e consciência de classe* sobre a questão da ortodoxia metodológica. Com isso, escapa-lhe por inteiro as determinações ontonegativas da politicidade em Marx.

Coutinho, quando busca fundamentar-se em Marx, retrocede ao pensamento politicista e não ao da ruptura ontológica, assumindo-se continuamente como adepto da concepção ontopositiva da política. Dessa maneira, justifica uma espécie de Estado democrático na obra de Marx, mais precisamente na *Crítica da filosofia do direito de Hegel* quando acena que a possibilidade da “socialização da política” levaria a um impasse com a apropriação privada dos aparelhos de poder. Por essa razão, afirma que

Na democracia plenamente explicitada, desapareceria a alienação na esfera política: “A democracia – diz Marx – é o enigma resolvido de todas as constituições... A Constituição aparece como o que é: como livre produto do homem.... A democracia é a *essência de toda constituição política: é o homem socializado numa particular constituição política*”. Ou seja, ao proclamar a soberania popular, a igualdade de todos na formulação das leis etc., a democracia liberal proclama de certo modo – em princípio – a socialização da política e do poder. Todos são

cidadãos: e isso quer dizer que todos podem participar na formação do poder.²³⁹

Coutinho apresenta o socialismo democrático como alternativa ao capitalismo. Não percebe que cai na mesma formulação do revisionismo, segundo o qual o socialismo tem como pressuposto a liberal democracia. E é pensada como sua continuidade lógica: o aperfeiçoamento progressivo das formas políticas adensadas com direitos sociais.

Após sua ruptura ontológica com a filosofia especulativa e com a concepção ontopositiva da politicidade, Marx desvenda a natureza da política rompendo com a idéia do Estado como instituição racional. A presença do Estado é um obstáculo ao pleno desenvolvimento do indivíduo vivo e atuante. Para o filósofo alemão, não é a política que funda e condiciona o ser social, mas é precisamente a interatividade humano-societária que é a raiz dessa esfera.

De modo que a *ontonegatividade* da política refere-se ao fato de que esta não funda a sociabilidade, pressuposto basilar da determinação *ontopositiva*, na medida em que a sociabilidade é uma das determinações específicas do ser humano, sua substância constitutiva, enfim, a especificidade decisiva para a efetivação das individualidades. Em outros termos, a politicidade, na primeira acepção, aparece como resultante do modo de produção e reprodução dos meios de existência dos indivíduos, o qual é a instância determinante da sociabilidade. Diversamente, na segunda acepção, a politicidade emerge como condição de possibilidade da sociabilidade, constituindo o próprio modo de ser do ser social.²⁴⁰

A partir do momento em que Marx desvenda a raiz da política nas contradições de classes, na anatomia da sociedade civil regida pelo capital, não mais dissocia propriedade privada do Estado. O filósofo alemão também advertira

²³⁹ COUTINHO, C. N. Sobre a 'Questão democrática' em Marx e em alguns marxistas. In: *Por que Marx?*, Rio de Janeiro, Graal, 1983, p. 66.

²⁴⁰ SILVA, Sabina Maura. J. Chasin: para a crítica da razão política. In: *Revista de Filosofia, Política e Ciência História: Ensaios Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. 3 – *Política*, 2000, p. VI.

que a liberdade política não é a verdadeira forma do processo geral de libertação humana, tal liberdade política jamais se confunde com a última forma de liberdade. A democracia política pertence ao universo do capital.

Trata-se da *liberdade limitada de base limitada*. A construção da liberdade prossegue, portanto, só e somente só para além do capital e sob forma *não política*. A emancipação do homem, a construção humana do homem exige, pois, a ultrapassagem do capital e da política. A *humanidade social* ou a *sociedade humana* é a sociabilidade livre do capital e da política. A emancipação humana é a regência humana do homem, ou seja, o homem desvencilhado da sociedade civil – pleora das mônadas vergadas sobre si mesmas, o espaço da exclusão da comunidade, e desvencilhado também necessariamente da sociedade política – perímetro da comunidade abstrata. A emancipação humana tem por lugar a edificação infinita – a comunidade concreta dos homens concretos, ou seja, dos homens efetiva e universalmente sociais, dos homens que se tornam homens através da única maneira de que são capazes – pela interatividade que os instaura e faz com que individualidade e sociedade sejam pólos de um mesmo ser.²⁴¹

Esperamos ter mostrado a impropriedade que Coutinho operacionaliza quando transfere determinações do campo da arte extraídas das reflexões marxianas, de base ontológica, para sua imputação segundo a qual a democracia política é valor universal, como positividade e última forma de liberdade. Em sua lógica não há superação do capital e do Estado. A fórmula politicista consiste na separação das partes da totalidade concreta, dando autonomia à esfera da política. Para nós, ao contrário, a política é usurpação das energias sociais como inferiu Marx acerca do processo autogestionário dos produtores na Comuna de Paris. A arte, se levarmos em consideração a *Estética* de Lukács, é tomada como campo específico da atividade humana que, superando a crosta fetichista do mundo reificado, conduz à humanização radical no sentido da elevação à

²⁴¹ CHASIN, J. A morte da esquerda e o neoliberalismo. In: *Revista de Filosofia, Política e Ciência História: Ensaio Ad Hominem / Estudos e Edições Ad Hominem*. São Paulo: Estudos e Edições Ad Hominem, n. 1, t. 3 – *Política*, 2000, p. 123.

autêntica emancipação dos indivíduos. Aí, sim, afirma-se a universalidade humana pela reprodução estética de destinos singulares. O Estado, na acepção marxiana, é comunitariedade ilusória, pois se assenta nos pilares da sociedade civil sob a égide do capital. A arte possui validade universal porque nos liberta, porque ao desvelar as tramas das tragédias singulares, revela a essência e o núcleo da vida.

Se a política é organismo de dominação e opressão, a História se põe para Antonio Gramsci

[...] como livre desenvolvimento – de energias livres, que nascem e se integram livremente – diverso da evolução natural, assim como o homem e as associações humanas são diversas das moléculas e dos agregados de moléculas. (...) A liberdade é a força imanente da história, que faz rebentar qualquer esquema preestabelecido.²⁴²

Em sua visão de mundo, Carlos Nelson Coutinho sustenta a determinação ontopositiva da politicidade, em suas proposituras não surgem tarefas econômicas próprias a um programa de transição da perspectiva do trabalho, mas apenas se dedica a assegurar a formação de um “bloco histórico” em torno de um “compromisso” pela “conquista, conservação e aprofundamento da democracia”. Há que recordar, mais uma vez, que após a “distensão democrática” operada pelo próprio sistema ditatorial, Coutinho não levando em consideração as movimentações democráticas de massas, a partir das greves operárias, propôs o PMDB de Ulisses Guimarães como o centro ordenador do novo poder. Acreditava que sua organização, o PCB, sob a hegemonia dos eurocomunistas, pudesse vir a desempenhar o papel do PCI na derrota do fascismo italiano e que acabaria por levar a sociedade brasileira gradativamente ao socialismo, por meio do “reformismo revolucionário” e pela contínua “socialização da política”, incorporando seguimentos variados das classes subalternas, não apenas o movimento operário ao mundo parlamentar, assegurando uma nova direção e

²⁴² GRAMSCI *apud* DIAS, 2000, p. 114.

hegemonia no interior do Estado brasileiro, sem, no entanto, propor transformações no modo de produção e reprodução da vida material.

A adesão dos partidos comunistas à idéia da democracia como valor universal, abandonando as teses marxianas e leninianas, convertendo-os em “partidos da ordem”, não fez avançar o movimento operário na direção de sua emancipação econômica – a superação da propriedade privada dos meios de produção – a “sociedade civil”, o “anel auto-perpetuador”, e, tampouco, a constituição do “novo bloco histórico” assegurou conquistas democráticas, mas, com a derrota do “eurocomunismo” numa conjuntura histórica específica, assistiu à vitória parlamentar da extrema-direita, com os partidos a Liga do Norte e a *Allianza Nazionale* (1994), sob a direção do neofascista Silvio Berlusconi, no poder de Estado. Há que se repensar porque o PCI considerado uma das principais forças da esquerda da Europa se desintegrou a ponto de não imprimir direção e hegemonia no movimento operário italiano. Como observa Geoff Eley,

O eurocomunismo perdera a sua hora. A guerra de posições, estratégia assumida pela direção comunista, esvaziou as possibilidades históricas do antigo e guerreiro partido na luta contra o fascismo. A estratégia atolou. Em vez de trazer reformas estruturais, o Compromisso Histórico apenas reduziu o desafio do PCI. Os acontecimentos certamente tiveram sua participação. [...] No Compromisso Histórico, o PCI ensaiou o antigo dilema socialista, já conhecido desde Weimar e da Viena Vermelha. Ao aceitar as premissas do sistema – a OTAN, os democratas cristãos, o catolicismo e o capitalismo –, o PCI adotou um baralho de cartas marcadas. Em 1977/78, ele patrocinou uma versão do contrato social de Jack Jones na Grã-Bretanha: restrições salariais e produtividade para empregos e investimento, associadas ao fortalecimento político e à reforma social. [...] Além disso, o PCI não estava mais próximo do governo, apesar das intrincadas consultas. Os democratas cristãos envolveram o PCI em responsabilidades e sufocaram suas iniciativas com perícia consumada, reduzindo simultaneamente ao

silêncio sua oposição mais tradicional. Berlinguer estava acabado.²⁴³

Sem nenhuma forma de arrogância e pretensão teórica, mas na convicção de que Marx se afasta dessa ideologia politicista, reafirmamos as concepções chasinianas, ancoradas na determinação ontonegativa da politicidade, que

Até aqui, a capacidade do capital em ir deslocando suas contradições e a incapacidade operária de romper os alicerces daquele, uma potencializando a outra, tem reforçado o *círculo vicioso* dos pressupostos recíprocos do capital e do Estado, bem como energizado os poderes da ideologia liberal em sua tendência 'eternizante', com a qual intimamente se põe e pressupõe. [...] O *círculo mágico* compreende o imenso papel que desempenha o poder político na auto-reprodução ampliada do universo regido pelo capital; e, vice-versa, o modo pelo qual a sociedade civil do capital representa e reproduz a formação política dominante seguindo sua própria imagem. Um mundo articulado de dimensões solidárias entre si, graças à interdependência entre sociedade civil e Estado, tendo o capital como centro organizativo de ambos. Ou seja, a sociedade civil, articulada em torno do poder econômico, assegura a dominação capitalista sobre o Estado político e, através deste, sobre o conjunto da sociedade, formando assim, um anel auto-perpetuador.²⁴⁴

Há uma pertinente observação de Lukács acerca do *taticismo* stalinista, segundo o qual a estreiteza dogmática aboliria "[...] todas as mediações, a instituir uma conexão imediata entre os fatos mais crus e as posições teóricas gerais".²⁴⁵ Lukács, com sua genialidade, observava que os grandes teóricos do marxismo não abandonavam a perspectiva de futuro, a finalidade de todo o movimento: a revolução social, a emancipação humana geral, mas Coutinho a abandona. Para Lukács, a revolução política é considerada como um meio, ação prática das massas sob o prisma da lógica onímoda do trabalho para o alcance da superação

²⁴³ ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005, p. 472 - 473. Tradução Paulo Cezar Castanheira

²⁴⁴ MÉSZÁROS apud CHASIN, 2000, p. 93.

²⁴⁵ LUKÁCS, G. Carta sobre o stalinismo. In: *Revista Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: Grijalbo, n. 1, 1977, p.5.

do capital e do Estado. É a fase propriamente destrutiva da revolução política. Como escrevia o próprio Gramsci:

Essa ação destrutiva e de controle deve ser imediatamente acompanhada de uma obra positiva de criação e de produção. Se esta obra não tem êxito, é vã a força política, a ditadura não consegue sustentar-se: nenhuma sociedade pode manter-se sem a produção e muito menos a ditadura que, realizando-se em condições de esfacelamento econômico produzido por cinco anos de guerra exasperada e de meses de terrorismo burguês armado, tem assim necessidade de uma intensa produção.²⁴⁶

A hegemonia que se busca não é um compromisso histórico cimentado por meio de alianças classistas, mas com a revolução. Portanto, segundo Gramsci,

O conselho, embrião da futura cidadania dos produtores e, ao mesmo tempo, o início de sua realização, tem como tarefa imediata fazer com que a massa operária se torne o mais rápido possível capaz de gerir a produção, afastando a presença dos capitalistas. A produção deverá melhorar e aos que “objetam que deste modo se está colaborando com os adversários, com os proprietários das empresas, respondemos que, pelo contrário, este é o único meio de fazê-los sentir concretamente que está próximo o fim de seu domínio, porque a classe operária concebe daqui por diante a possibilidade de fazer por si mesma e de fazer bem”.²⁴⁷

Mais uma vez, nas posições de Coutinho desaparecem por completo as mediações da perspectiva de futuro. Nas *Teses sobre Feuerbach*, Marx assinalou que “[...] o ponto de vista do velho materialismo é o da sociedade civil; o ponto de vista do novo materialismo é a sociedade humanizada”. Ou seja, a perspectiva do “eurocomunismo”, a mesma de Coutinho, é a perspectiva do *velho materialismo*, da sociedade de classes, do “fortalecimento da sociedade civil”, o que significa dizer o fortalecimento das instituições políticas, como o parlamento, os partidos, e,

²⁴⁶ GRAMSCI *apud* DIAS, 2000, p. 127.

²⁴⁷ DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim – a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000, p. 180.

no plano do metabolismo social, as classes sociais. O taticismo aqui elide por completo a perspectiva de futuro, o ponto de vista do *novo materialismo*, da sociedade sem classes.

Em que pese a riqueza de suas formulações ao abraçar o conceito de “via prussiana”, Coutinho não aventou acerca das possibilidades reais da democracia burguesa em nossa formação histórica. Assim como os comunistas no passado, que apostaram todas as fichas na revolução democrático-nacional, Coutinho também desconsiderou a natureza antidemocrática dos proprietários nacionais. Ao longo deste trabalho mostramos como esse intelectual de peso pronuncia o valor universal da democracia, nos moldes da teorização do Partido Comunista Italiano, sem, no entanto, apontar os seus limites. O que implicaria um ajuste de contas com o revisionismo e a própria falácia do “eurocomunismo” europeu.

Na acepção de Lukács, diferentemente de Coutinho, o socialismo não é continuidade da democracia burguesa. A democracia burguesa parte do homem cindido duplamente, na esfera pública e na privada, confirmando a premissa da

[...] divisão do homem em *citoyen* na vida pública e *bourgeois* na vida privada – um investido de direitos políticos universais, o outro, a expressão de interesses econômicos desiguais e privados.²⁴⁸

De acordo com Mészáros, o Leste Europeu se constituiu por sociedades pós-revolucionárias que superaram o capital privado, mas não o capital coletivo, a questão, portanto, cai mais uma vez no terreno do politicismo²⁴⁹ porque se

²⁴⁸ LUKÁCS, G. *apud* SADER, Emir. As críticas gêmeas. In: Op. Cit., p. 97.

²⁴⁹ CHASIN, J. A determinação ontonegativa da politicidade. *Revista Ensaio Ad Hominem*, nº1, t. 3 – *Política*, São Paulo, Estudos e Edições Ad Hominem, 2000.

Em sua trincheira exercida nos editoriais da revista *Ensaio*, José CHASIN especificou a gênese, a determinação social e a finalidade histórica do fenômeno do *politicismo*, na história brasileira, transformada em arma consciente da burguesia autocrática e instrumento manipulatório dos gestores do capital atrofado, ao conduzirem as oposições para o campo de sua própria auto-reforma política, deixando intocáveis a estrutura econômica subordinada, a anatomia da sociedade, a forma particular da organização produtiva baseada na superexploração da força de trabalho. As reflexões chasinianas, ancoradas na filosofia marxiana, especificaram de modo ontológico a *determinação ontonegativa da politicidade*. CHASIN configura concretamente esta

acredita que o “socialismo burocrático” seria substituído pelo “socialismo democrático”. Essa substituição, na percepção de Coutinho com relação ao “caso brasileiro”, partiria da estruturação e aplicação de um esquema que previa a construção de um “bloco histórico” em torno do “compromisso histórico”, que pela “guerra de posições” faria por socializar o poder. Nessa perspectiva, os esquemas criados por Coutinho de transformação social vão se conformando a ponto de se solidificarem numa perspectiva sem volta.

Se o Brasil é hoje uma sociedade ‘ocidental’, então não mais se podem imaginar formas de transição ao socialismo centradas na ‘guerra de movimento’, no choque frontal com os aparelhos coercitivos do Estado, em rupturas revolucionárias entendidas como explosões violentas e concentradas num breve lapso de tempo. (...) Ora, no caso brasileiro, isso significa que a consolidação da democracia pluralista, bem como seu ulterior aprofundamento numa ‘democracia de massas’, devem ser considerados ponto de partida e, ao mesmo tempo, condição permanente de nosso caminho para um socialismo democrático.²⁵⁰

Para István Mészáros, diante de tal concepção esquemática, há que se fazer um questionamento sobre a teoria do “eurocomunismo”.

No contexto da nova concepção de pluralismo, seria possível escapar ao bem conhecido destino histórico da social-democracia, que se resignou à ilusão de

determinação como força social pervertida e usurpada, cuja raiz é a sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado, conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação na forma da alienação. (p. 34). Poder político, na ontologia marxiana, significa, pois, em qualquer de suas formas, sempre uma forma de dominação, ou seja, de negação da liberdade, da autonomia de uma parte dos homens. (p. 18). Nesse sentido, é por natureza irresolutiva, de modo que é uma ilusão castradora assentar sobre ela a esperança de que as questões humano-societárias possam por seu meio ser efetivamente resolvidas. (p. 39). Respeitadas as circunstâncias históricas atuais marcadas pelo prolongamento da utilidade histórica do capital e do colapso das sociedades pós-revolucionárias, a propositura da democracia como valor universal desnatura ontologicamente o peso determinativo da anatomia da sociedade, separando e tomando a política como esfera central e decisiva, em sua determinação ontopositiva, vislumbrando de modo permanente o aperfeiçoamento positivo do poder político. Esquecendo-se de que *o politicismo é intrínseco à ordem do capital*. Ao contrário, a emancipação humana geral só é possível em sua orientação metapolítica: *a superação da política é a condição necessária da reposição do imperativo da revolução social*. (p. 53).

²⁵⁰ COUTINHO, C. N. *Gramsci – um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1999, p. 218.

'dividir o poder' com a burguesia enquanto de fato, ajudava a perpetuar o domínio do capital sobre a sociedade?²⁵¹

Como pudemos observar, a perspectiva de Carlos Nelson Coutinho corrobora com a manutenção reformada da sociedade do capital, já que reforça os preceitos da social-democracia européia, impossibilitando a superação do capital e a plena emancipação humana, que, para Marx, nada mais é do que “uma associação onde o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos”.

²⁵¹ MÉSZÁROS, I. Poder político e dissidência nas sociedades pós-revolucionárias. In: *Revista Ensaio – filosofia, política e ciência da história*. Tradução Pedro W. Leitão e J. Paulo Netto. Revisão técnica Ester Vaisman. São Paulo: Ensaio, n. 14, 1985. p. 31.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FONTES

COUTINHO, Carlos Nelson. - *A democracia como valor universal*. São Paulo: LECH, 1980.

_____. *Democracia e socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.

_____. Introdução. In: GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1, 1999.

_____. Alternativas da Transição. In: *Revista Presença* n.º 3, maio 1984.

_____. *Gramsci: Um Estudo Sobre Seu Pensamento Político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 01, jul. 1978.

- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 02, ago. 1978.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 03, set. 1978.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 04, out. 1978.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 05, nov. 1978.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 06, dez. 1978.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 07, jan. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 08, fev. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 09, mar. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 10, abr. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 11, maio 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 12, jun. 1979.

- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 13, jul. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 14, ago. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 15, set. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 16, out. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 17, nov. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 18, dez. 1979.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 19, jan. 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 20, fev. 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 21, mar. 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 22, abr. 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 23, maio 1980.

- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 24, jun. 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 25, jul. 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 26, 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 27, 1980.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 28, 1981.
- *REVISTA ENCONTROS COM A CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 29, 1982.

OBRAS

ANDERSON, P. & CAMILLER, P. (orgs.). *Um mapa das esquerda na Europa Ocidental.* Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1996.

BERLINGUER, Enrico. *Do compromisso histórico ao eurocomunismo.* Lisboa: Edições Antídoto, 1977.

BERLINGUER, Enrico. *La cuestión comunista.* Barcelona: Edições Fontamara, 1977.

BERNSTEIN, Eduard. *Socialismo evolucionário.* Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do Pensamento Marxista.* Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

CARDOSO, F. H. *Autoritarismo e democratização.* 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. *O modelo político brasileiro.* São Paulo: Difel, 1972.

_____. *As idéias e seu lugar.* Petrópolis: Vozes, 1980.

CHASIN, J. *A miséria brasileira*. São Paulo: Ad Hominem, 2000.

_____. **Democracia política e emancipação humana.** In: *Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Ensaio, t. 3, 2000.

_____. **Poder, política e representação.** In: *Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Ensaio, t. 3, 2000.

_____. **A morte da esquerda e o neoliberalismo.** In: *Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Ensaio, t. 3, 2000.

_____. **Marx – A determinação ontonegativa da politicidade.** In: *Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Ensaio, t. 3, 2000.

_____. **O futuro ausente.** In: *Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Ensaio, t. 3, 2000.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim – a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

DROZ, Jacques. *História geral do socialismo*. Lisboa: Livros Horizonte, 1972.

ELEY, Geoff. *Forjando a democracia*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

FERNANDES, Florestan. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.

_____. *A revolução burguesa no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

FERNANDES, Florestan (org.). *Marx/Engels: história nº 36*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983.

GORENDER, Jacob. *Marxismo sem utopia*. São Paulo: Ática, 1999.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 1, 1999.

_____. *Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais*. In: *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 2, 2000.

GUSTAFSSON, Bo. *Marxismo y revisionismo*. Barcelona: Grijalbo, 1975.

HOBBSBAWN, E. *História do marxismo II: o marxismo na época da Segunda Internacional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

_____. *História do marxismo III: o marxismo na época da Segunda Internacional (segunda parte)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. ***História do marxismo IV: o marxismo na época da Segunda Internacional (terceira parte)***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. ***História do marxismo V: o marxismo na época da Terceira Internacional***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. ***História do marxismo X: o marxismo na época da Terceira Internacional***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

INGRAO, Pietro. ***Crise e terceira via***. São Paulo: LECH, 1981.

KAUTSKY, K. ***A ditadura do proletariado***. São Paulo: LECH, 1979.

KONDER, L. ***Intelectuais brasileiros & marxismo***. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

LÊNIN. ***A revolução proletária e o renegado Kautsky***. São Paulo: LECH, 1979.

LEFORT, C. ***As formas da História***. São Paulo: Brasiliense, 1979.

LUKÁCS, G. ***Conversando com Lukács***. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

_____. ***Introdução a uma estética marxista***. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

MARX, Karl. *A ideologia alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Hucitec, 1999.

MÉSZÁROS, I. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo: Ensaio, 1993.

_____. *O poder da ideologia*. São Paulo, Ensaio: 1996.

MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Edições Antídoto, 1978.

MORAES, J. Quartim de. *A universalidade da democracia: esperanças e Ilusões*. In: *Ensaio Ad Hominem*. São Paulo: Ensaio, t. 1, 1999.

NETTO, José Paulo. *Democracia e transição socialista – escritos de teoria e política*. Belo Horizonte: Nosso Tempo (Oficina dos Livros), 1990.

NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política 1958-1979 (DOCUMENTOS)*. São Paulo: LECH, 1980.

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

RAGO FILHO, Antonio. *A Ideologia 1964: os gestores do capital atrofico*. Tese (Doutorado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: UNESP, 1993.

SADER, Emir. *Estado e política sem Marx*. São Paulo: Cortez, 1993.

TEIXEIRA, Francisco J. Soares. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

TOCQUEVILLE, A. *A democracia na América*. Livro I: *Leis e costumes*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TOGLIATTI, Palmiro. *Socialismo e democracia*. Rio de Janeiro: Edições Muro, 1980.

WEFFORT, F. C. *Por que democracia?*. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

WOLFGANG, Abendroth. *A história social do movimento trabalhista europeu*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

ZAPARETO, Virgilio. *Socialismo y ética: textos para um debate*. Madrid: Editorial Pluma – Editorial Debate, 1980.